

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

João Geraldo dos Santos Júnior

Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP):
um Movimento Ultramontano na Igreja Católica do Brasil?

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

João Geraldo dos Santos Júnior

Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP):
um Movimento Ultramontano na Igreja Católica do Brasil?

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, área de concentração: Religião e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Silas Guerriero.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

Dedicatória

Dedico este trabalho e todo o esforço nele empregado a pessoas muito especiais para mim: a Deus, meus pais João Geraldo e Edna, esposa Rosana e a meu filho Vítor.

Agradecimentos

Meu agradecimento muito especial para alguém que foi fundamental para a realização deste trabalho: meu orientador, Professor Doutor Silas Guerriero.

Agradeço também à FATEA (Faculdades Integradas Teresa D'Ávila), onde leciono, e que me apoiou financeiramente no início deste mestrado, bem como à CAPES, que através da PUC – SP, concedeu-me bolsa para que fosse possível chegar até aqui!

Resumo

Este trabalho discute a instituição TFP e retoma a história da Igreja Católica no Brasil e no mundo nos anos que antecederam sua fundação (1960).

O objetivo deste é justamente analisar a TFP enquanto um movimento dentro da Igreja Católica durante os anos em que viveu seu fundador, Plínio Corrêa de Oliveira. Embora externamente católica, a TFP muitas vezes demonstrou discrepância entre suas idéias e práticas e a pregação da Igreja. Seria então um movimento ultramontano conservador ou uma seita? Simplesmente afirmar que a TFP foi um reduto ultramontano ou sectário não a caracterizaria corretamente, dado que são características diferentes e, teoricamente, incompatíveis. Porém, podemos dizer que a TFP conciliou o Ultramontanismo, externamente, com um Sectarismo, internamente, fazendo dela um movimento ímpar, com características muito próprias.

Este trabalho utilizou em sua análise referências bibliográficas da própria TFP, bem como obras publicadas por ex-membros da instituição, além de livros de autores que de maneira geral já discutiram o tema seita e ultramontanismo em outros contextos.

A TFP, considerada assim neste trabalho, foi católica oficialmente, jamais a Igreja se pronunciou ao contrário, teve fortes características sectárias e ao lado do ultramontanismo tradicional, foi um movimento não classificável de maneira generalizada, mas único em suas posturas

Palavras –chave: TFP; Movimentos Ultramontanos; Seitas Católicas.

Abstract

This paper discusses the institution TFP and repeats, in principle, the history of the Catholic Church in Brazil and the world in the years preceding the founding of the TFP (1960).

The purpose of this is precisely analyze the TFP as a movement within the Catholic Church over the years that lived its founder, Plínio Corrêa de Oliveira.

Although externally Catholic, the TFP, often showed discrepancies between their ideas and practices and preaching of the Church. It then traditional ultramountainous movement or a sect?

Simply say that the TFP has been a ultramountainous sanctuary or a sectarian or not to characterize correctly, because they are different concepts, and theoreticalment incompatible, but that seemed TFP reconcile internally, making it and odd move, with characteristic very own.

This work used in its analysis of the references your TFP, as well as works published by egresses the institution, in addition to books of authors who generally already discussed the issue and Ultramountainism or sect in other contexts.

The TFP, considered in this study, was officially Catholic, the Church never has spoken to the contrary, had strong sectarian characteristics and even time of the traditional Ultramountainism was thus a movement, not classifiable generalized manner, but only in their postures.

Key-words: TFP; Ultramountainism; Sect.

Sumário

Resumo.....	06
Abstract	07
Introdução	10
Capítulo I – TFP:Origens	13
1- O Pontificado de Pio IX e Pio X	13
1.1- O desenvolvimento ultramontano fora da Magistério	14
1.1.1- La Civiltá Cattolica e L`Univers	14
1.1.2- Joseph de Maistre	15
1.1.3- Félix Sarda y Salavany	15
1.2- A Ação Católica Brasileira	20
1.3- O Nascimento da TFP	28
1.3.1- Quem foi Plínio Corrêa de Oliveira	28
1.3.2- Nasce a TFP	30
1.4- Obra inspiradora da TFP: Revolução e Contra-Revolução	32
Capítulo II- Seria a TFP uma Seita	39
2- 1960: fundação da TFP e seu desenvolvimento	39
Capítulo III- TFP: o “Ultramontanismo Sectário	47
3.1- O início: 1960-1964	47
3.1.1- Reforma Agrária-Questão de Consciência	47
3.1.1.1- Repercussão da obra	48
3.1.1.2- Reação do Episcopado à obra RA-QC	49
3.1.1.3- A Arquidiocese de Belo Horizonte contradiz a obra RA-QC ...	51
3.2- 1964-1970	52
3.2.1- Grave atrito entre a TFP e a hierarquia católica brasileira: a TFP acusa os frades dominicanos de serem terroristas	53
3.2.2- Junho de 1969: uma bomba explode na TFP	53
3.2.3- O Concílio Vaticano II e a TFP	54
3.2.3.1- Plínio Corrêa em Roma durante o concílio	56
3.3- 1970-1979	58

3.3.1- TFP enfrenta a burguesia “sapa	58
3.3.2- TFP enfrenta o “anti-anticomunismo” eclesiástico	60
3.3.2.1- O caso Dom Eugênio Sales	60
3.3.2.2- Dom Sigaud rompe relações com a TFP	60
3.3.2.3- 1976: A Igreja ante a Escalada da Ameaça Comunista – Apelo aos Bispos Silenciosos	61
3.4- 1980-1988	63
3.4.1- O conturbado ano de 1980	63
3.4.2- 1981: Sou Católico: Posso ser Contra a Reforma Agrária	65
3.4.2.1- Argumentação de Plínio contra a Reforma Agrária	66
3.4.2.2- Alguns pronunciamentos dos últimos papas que respaldam as palavras de Plínio Corrêa	69
3.4.3- Arcebispo de Uberaba diz que a TFP não é católica	72
3.4.4- O caso Revista Manchete	72
3.4.5- As CEBs das quais muito se fala, pouco se conhece – A TFP as descreve como são	73
3.4.6- O caso Dom Mayer: bispo emérito de Campos rompe com a TFP ..	76
3.4.7- O caso Orlando Fedeli	80
3.4.8- O caso Ablas	81
3.4.9- Mais uma vez a CNBB	87
3.4.10- Guerreiros da Virgem – A Vida Secreta da TFP	89
3.4.11- O crescimento da obra de Plínio no mundo	90
3.4.12- Anos 90, a decadência da TFP	91
3.4.13- A TFP após Plínio	92
3.4.14- Orlando Fedeli e a Associação Cultural Montfort trazem novas informações sobre a TFP	96
Conclusão	99
Referências Bibliográficas	101
Anexo	105

INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP. Trata-se de um movimento que teve seu nome repercutido no Brasil, sobretudo nos “anos de chumbo” da ditadura militar.

Nele estudamos, portanto, a TFP como um movimento ligado à Igreja Católica, sob o enfoque, sobretudo, do Ultramontanismo. Mas não é o único e não responderemos ao término deste, qual o melhor enfoque para se estudar e compreender a TFP, isto é, qual seria o melhor adjetivo para classificá-la, dado que nosso trabalho não deseja e nem é conclusivo.

No capítulo I apresentamos o contexto histórico da Igreja Católica no Brasil nos anos que antecederam a fundação da TFP.

Começamos lembrando da figura do arcebispo de Olinda-Recife, depois do Rio de Janeiro, o cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira e Cintra, que ainda em 1916, preparava o Brasil para a Ação Católica, movimento arquitetado pelo papa Pio X, visando uma maior inserção do laicato católico, em total obediência à hierarquia, nos assuntos políticos, sociais e econômicos dos países com o fim de “catolicizar” o Mundo.

Recordamos mais adiante que as intenções de Pio X e depois de seus sucessores imediatos: Bento XV, Pio XI e Pio XII eram a luta contra o Modernismo, doutrina que, segundo a Igreja, tinha a intenção de destruí-la. O Modernismo era encarado como um fruto do Renascimento, da Revolução Francesa e de outros momentos históricos nos quais a Igreja havia perdido seu espaço no campo da política e da economia, isto é, sua hegemonia sobre as mentes e nações.

Contra o Modernismo surge na Igreja o Ultramontanismo, um movimento católico, envolvendo leigos e clérigos, com uma visão restauradora de um passado glorioso da Igreja, vivido sobretudo na Alta Idade Média.

No Brasil a Ação Católica Brasileira, na primeira metade do século XX, manteve a estrutura eclesiástica afastada dos “ventos” modernistas, sobretudo com o apoio do

governo Vargas durante os 15 anos ininterruptos em que esteve no poder (1930-1945). Excepcionalmente, o único bispo no Brasil que não manteve esta linha tradicional e de direita, tendendo para o esquerdismo político, foi excomungado, não só por suas opiniões políticas, mas também sob outras acusações, era ele Dom Carlos Duarte Costa.

Passada a Era Vargas, o Brasil foi redemocratizado, novas idéias pareciam surgir, inclusive na Igreja. Falava-se agora de uma maior participação dos leigos na Igreja, inclusive na liturgia, maior autonomia do laicato, mesmo antes do Concílio Vaticano II, nesta ocasião o leigo já era visto como parte ativa da Igreja em muitos movimentos. Estas novas idéias agradam ao arcebispo de São Paulo, Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e desagradam a Plínio Corrêa de Oliveira, redator do mensário católico *O Legionário* e congregado mariano influente na Arquidiocese de São Paulo. Começaram a partir daí os inúmeros desentendimentos entre Plínio Corrêa de Oliveira, advogado, professor e católico engajado e a hierarquia católica.

Após cair no ostracismo durante alguns anos, Plínio e mais um grupo de amigos mais próximos, incluindo dois bispos, fundam a TFP, com uma visão de Igreja diferente daquela que a própria Igreja tinha de si em 1960. Começam novos enfrentamentos.

No capítulo II analisamos a TFP sob outro enfoque: o de seita.

Após analisarmos o Ultramontanismo presente nas ações externas da TFP, verificamos que em algumas de suas atitudes, sob alguns aspectos, a TFP divergiu daquilo que poderíamos classificar como um movimento ultramontano. Além disso, verificamos que a TFP manteve um descompasso com a hierarquia da Igreja, algo que se traduziu em desobediência e insubordinação, atitudes pouco típicas para um movimento professadamente católico.

O fato de a TFP estar organizada em torno de um líder “poderoso” e aclamado “santo em vida”, foi o que nos levou a analisá-la também como seita. Porém, o conceito de seita, que normalmente usamos não responde adequadamente à nossa dúvida: seria a TFP uma seita?

Acreditamos que muitas características da TFP façam dela uma seita sim, mas nem todas. Ela jamais quis romper com a Igreja Católica, seus discursos sempre se pautaram em documentos da Igreja, porém, documentos muito antigos, escritos em um contexto eclesiástico e histórico diferente deste vivenciado no século XX, quando a TFP foi fundada.

No capítulo III, analisamos o desenvolvimento da TFP a partir de 1960, destacando os principais eventos que marcaram sua trajetória até 1995, quando morreu o fundador, Plínio Corrêa de Oliveira.

Neste capítulo destacaremos os principais desentendimentos entre a TFP e Plínio e a hierarquia católica, que várias vezes caíram em contradição, embora, destacamos, alguns padres e bispos do Brasil tenham continuado a dar apoio às campanhas da TFP.

Lembraremos também alguns episódios em que a TFP apareceu na mídia, inclusive na TV, sempre acusada de ter comportamento incomum, bem como, de ter acusado os frades dominicanos de São Paulo de serem terroristas, acusado bispos de serem infiéis, apontando discrepâncias em atitudes e escritos de papas como Paulo VI e João Paulo II.

Concluimos este capítulo analisando a TFP nos anos 90 do século XX. Já no ostracismo, Plínio adoeceu e morreu, a TFP enfrentou divisões e processos judiciais que culminaram na posse da sigla e de quase todos os bens móveis e imóveis da antiga entidade nas mãos de uma nova personalidade jurídica erigida e aprovada pela Igreja: Arautos do Evangelho.

Incluimos também, ao final deste trabalho, um anexo que contém um artigo publicado pela TFP por ocasião da morte de Plínio. E por fim, um artigo sobre o Modernismo, do ponto de vista de um padre tradicionalista ligado a Fraternidade Sacerdotal São Pio X, de Mons. Lefebvre.

De 1960 a 1995, foi possível perceber o quanto a TFP afastou-se da hierarquia católica do Brasil, fechando-se em seus próprios conceitos e práticas religiosas, nem sempre comuns ao catolicismo. Por isso no título e no texto indagamos: seria a TFP um movimento ultramontano? Talvez, em alguns aspectos! Seita? Talvez, em alguns aspectos! Um novo conceito? Acreditamos que sim!

Capítulo I - TFP: Origens.

Para que compreendamos melhor o contexto histórico em que é fundada a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (a partir de agora denominaremos apenas como TFP) é necessário que analisemos os fatos ocorridos na Igreja no Brasil e no mundo nos anos que antecederam 1960 (ano de sua fundação).

Em 1916, o então arcebispo de Olinda-Recife, Dom Sebastião Leme da Silveira e Cintra publicou uma carta pastoral onde comentava os “graves” problemas que afligiam não só sua arquidiocese, mas toda a catolicidade brasileira: falta de padres, ignorância religiosa por parte dos leigos, falta de liderança católica na política e na vida pública com um todo (CALDEIRA, p. 52).

Dom Leme, na verdade, trazia ao Brasil de maneira mais clara algo que já era desejo do Papa Bento XV (1914-1922) e posteriormente de Pio XI (1922-1939) e de alguns antecessores seus (principalmente Pio IX e Pio X): tornar a Igreja mais participativa na vida social e política das nações, isto é, reverter o quadro de secularismo que separava Igreja e Estado e que se alastrava por todo o mundo católico, desde a Revolução Francesa.

1.- O Pontificado de Pio IX e Pio X;

Os movimentos ultramontanos (“além das montanhas”, tem aqui o significado de ultrafidelidade à Igreja, sua tradição e ao papa) caracterizados pela fidelidade aos ensinamentos pontifícios, de uma maneira radical, já existiam na Europa no início do século XIX. Contudo, não eram movimentos apoiados diretamente pela Santa Sé, embora ela os olhasse com benevolência. A Santa Sé só apoiará e se inspirará nestes movimentos a partir do final da primeira metade do século XIX, quando movimentos liberais passam a se tornar numerosos na Europa. Durante o longo pontificado de Pio IX (1846-1878) a Santa Sé viu seus territórios desaparecerem em prol da unificação italiana, fato que se consumou em 1871 com a tomada de Roma pelas tropas unificadoras do Reino do Piemonte-Sardenha. Surgia aqui o Reino da Itália, tendo como capital, Roma. Pio IX se declara prisioneiro do Palácio Vaticano e lança a excomunhão

sobre a família real italiana, bem como sobre todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a unificação italiana e consequente perda de terras da Igreja. Inclua-se aqui a Carbonária, maçonaria italiana. Pio IX ainda estendeu a excomunhão sobre toda a Maçonaria mundial.

Nota-se, historicamente, que a Igreja sempre se adaptou às diversas circunstâncias da realidade onde se encontrava, às vezes condenando certos costumes como heresia, outras vezes adaptando-os ao seu pensamento.

A partir da Idade Moderna novos movimentos chocaram-se com a estrutura hegemônica ocupada pela Igreja Católica na Europa: a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Estes movimentos incentivaram, por parte de alguns católicos (eclesiásticos e leigos), posturas diferentes: alguns passaram a defender a tese de um diálogo com a modernidade e com novos movimentos, outros, ficaram acirrados em posturas “cristalizadas” em defesa do discurso católico. São, estes últimos, os ultramontanos.

1.1- O desenvolvimento ultramontano fora do Magistério;

Analisaremos aqui o desenvolvimento do ultramontanismo fora do âmbito oficial hierárquico, aqui citaremos padres e leigos, que independentemente da hierarquia, desejaram defender a Igreja contra o Modernismo.

1.1.1- *La Civiltà Cattolica* e *L'Univers*;

Ainda no século XIX, os jesuítas italianos criaram a revista *La Civiltà Cattolica*, seu primeiro número foi lançado em abril de 1850, em Nápoles.

Na França, surgiu a revista *L'Univers*, chefiada por Louis Veillot e pelo espanhol Donoso Cortés. Ambos defendiam teses ultramontanas em seus artigos, levavam a clérigos e a um refinado e culto laicato o pensamento da hierarquia da Igreja contra o Liberalismo e o Modernismo, apresentado como os grandes inimigos da Igreja.

La Civiltà e *L'Univers* defendiam também posições políticas conservadoras, com privilégios para a Igreja nos estados nacionais, enfim, um retorno ao “Ancien Régime”.

Em relação à revista *L'Univers*, sua conduta era de

(...) exaltação da Inquisição, da teocracia medieval e da religião de Estado. Numa de suas polêmicas, Louis Veillot teria dito: ‘ se há alguma coisa a lamentar, é que John Huss não tenha sido condenado à fogueira mais cedo e que Lutero não tenha sido condenado como ele (...)’ (CALDEIRA, , 2005, p. 40).

1.1.2- Joseph de Maistre (1753-1821);

De Maistre destacou-se como um precursor e inspirador de muitos outros ultramontanos. Ele assistiu a Revolução Francesa e por toda a vida a atacou, sempre em defesa da sociedade tradicional do “Ancien Régime” e dos privilégios da Igreja numa sociedade cristã e hierárquica.

Segundo de Maistre, os homens aspiram à obediência e a

(...) superação dessa aspiração à obediência acarretaria a dissolução dos vínculos sociais e, com isso, o desaparecimento do homem individual, vítima de seus próprios apetites (SEIBLITZ, 1992, p. 254).

Deus seria, portanto, a suprema autoridade a que se deveria obedecer e servir, d’Ele emanaria todo poder. Seus legítimos representantes na terra seriam: no plano espiritual, o papa. No plano temporal, o rei. A plena harmonia entre estes poderes é que daria coesão à sociedade, coesão plena, o que incluiria harmonia entre classes, enfim, a felicidade do Estado, sem a necessidade de revoluções e revoltas por parte de qualquer classe ou grupo. Todos unidos, tendo como chefe e líder, no plano político e social, o rei.

1.1.3- Félix Sarda y Salvany (1844-1916);

Sacerdote, lançou em 1884 o livro “El Liberalismo es Pecado”.

Conforme o título sugere, condenou veementemente o Liberalismo. São suas as seguintes palavras:

Todos os erros que produziram nossa revolução caíram, para parafrasear Santo Agostinho, como numa imensa cloaca, que quiseram chamar de liberalismo [que] se insinua com as lisonjas de liberdade, de luzes, de progresso, de pátria e com seus cem tentáculos acaba dessangrando os povos como um polvo, e, tendo sugado o ouro de seus bolsos e o sangue de suas veias, visa a alma, da qual tira todo o tesouro do céu, toda a fé, esperança, conforto, para joga-los nos braços da dúvida, no desespero, no suicídio (CALDEIRA, 2005, p. 43).

As obras de Plínio¹ concordam plenamente com esta visão de mundo. Poderíamos, numa visão simplista, afirmarmos que Plínio e depois a TFP, eram ultramontanos, mas, conforme exporemos no cap. III, estes autores certamente foram fonte de inspiração e até bibliográfica para Plínio, mas trata-se de movimentos e pessoas com interesses diversos, isto é, Plínio, exteriormente, era um bom católico, ortodoxo ao extremo em suas convicções, como os escritores acima elencados, mas, dentro dos centros da TFP a fé que se praticava divergia daquela praticada pela Igreja em toda sua história. Sobre esse fato, trataremos mais adiante, mas outra hipótese se levanta: seria a TFP uma seita?

Preocupada com os ideais de liberdade, os quais a Igreja comparou aos da Revolução Francesa, a Santa Sé passou a condenar todos os movimentos que de alguma forma defendessem a Liberdade, Igualdade e a Fraternidade, lema da referida revolução.

Além das revoluções liberais inspiradas de alguma forma na Revolução Francesa, a Europa sofreu também mudanças que abrangeram toda a organização social: a Revolução Industrial, o êxodo rural, o nascimento da classe operária, o surgimento do (...) socialismo em força política via marxismo (...) (CALDEIRA, p. 25).

Tudo isso ia de encontro às idéias hegemônicas por tantos séculos, e que a Igreja defendia por interesses próprios: a monarquia católica, o não direito à liberdade de imprensa, de consciência, de religião, etc.

Sendo um dogma de fé² da Igreja Católica que ela é a única e verdadeira Igreja de Jesus Cristo, fora dela não haveria possibilidade de salvação, portanto, qualquer liberdade de se pensar ou se falar o contrário ela também o proibia, para evitar que

¹ Optamos, neste trabalho, ao nos referirmos a Plínio Corrêa de Oliveira, designá-lo por Plínio, como ele era e é conhecido nos meios católicos.

² Verdade revelada por Deus através da Sagrada Escritura ou pela Tradição do Magistério.

idéias de “inimigos” da fé se propagassem. Isto explica a instituição da Inquisição na Idade Média, o que inclui também a proibição de se ler certos autores e obras que pudessem levar os leitores a duvidarem de verdades de fé. Duvidar de um dogma de fé, além de gravíssimo pecado, levaria o infiel à excomunhão automática.

É no século XIX que a Igreja passa a privilegiar a dimensão coercitiva da autoridade, reduz o espaço para debates e pesquisas no campo teológico, reduzindo os estudos teológicos à mera confirmação das doutrinas já postas como inquestionáveis.

A Igreja, portanto, insistia nos seus “direitos” por ser uma sociedade “perfeita”, “Corpo Místico de Cristo” e “verdadeira” Igreja, depositária das verdades “reveladas” por Deus.

Em 1864 vem à tona o Syllabus (Silabo), lista de “erros” apontados e condenados pela Igreja. Vem como anexo à Encíclica *Quanta Cura* (poderíamos traduzir por “Quanto Cuidado!”). Neste se condena o liberalismo, o indiferentismo, a liberdade religiosa e também a separação Igreja-Estado, o que inclui a liberdade religiosa. A Igreja entendia, portanto, que a nobreza deveria ser católica e transmitir esta fé ao povo, dentro dos moldes de um Estado católico, no qual as leis temporais pudessem estar em perfeita harmonia com as leis “eternas”.

Insistia a encíclica também que a Igreja e o papa jamais poderiam dialogar ou se aproximarem destes novos movimentos, chamados aqui de modernistas (que incluíam o liberalismo e qualquer outro movimento ou idéia que trouxesse alguma inovação ao que a Igreja vinha ensinando durante sua existência).

Estes movimento e idéias modernistas seriam não só a Maçonaria, mas qualquer outro que levasse os fiéis a questionarem a ordem vigente, ou que um dia foi vigente e que a Igreja entendia como o modelo ideal, uma sociedade de privilégios para ela e seus clérigos, para a nobreza e famílias reais, todos em união com o papa e, portanto, perfeitamente católicos e obedientes à Santa Sé. É notório que a Igreja resistiu muito às novidades no campo social, bem como no campo econômico, desejando cristalizar a sociedade em moldes já bem ultrapassados em meados do século XIX. Ela desejava assim manter seus privilégios e hegemonia ideológica, cada vez mais minados.

O processo histórico que levou a cabo o que se conhece como modernidade substituiu a cosmologia aristotélica cristã, ou seja, a escolástica, oferecendo elementos para a

configuração de um novo paradigma na estruturação de sentido dos indivíduos. O eixo de percepção do mundo passou a se deslocar de um mundo hierarquicamente construído, no qual a instituição religiosa tinha o papel significativo, para uma nova forma de organização social, na qual o indivíduo se encontra imbuído de seu próprio destino (CALDEIRA, 2005, p.18).

Em 1868 Pio IX convocou o Concílio Ecumênico Vaticano I através da Bula *Aeterni Patris* (Eterno Pai). Este concílio teve por finalidade confirmar e até radicalizar a luta da Igreja contra o Modernismo.

O concílio foi aberto em 1869 e suspenso em 1870 devido à invasão de Roma pelas tropas italianas unificadoras. Deste concílio, pela primeira vez, participaram bispos brasileiros.

Este concílio teve como ápice a promulgação do Dogma da Infallibilidade Papal. Este dogma foi construído, segundo Caldeira, através de manobras políticas de Pio IX, contudo, não foi aprovado da maneira que o papa desejava, mas de forma restrita, somente no tocante a assuntos referentes à Fé e à Moral, tendo o papa o desejo de enquanto pastor e doutor de todos os cristãos e para toda a Igreja, dizer antes a fórmula “*ex cathedra*” (no sentido de que da cátedra de Pedro ele ensina para o mundo).

A Igreja assim reafirma seu compromisso com uma sociedade “necessariamente” hierárquica e detentora de autoridade.

Além do combate ao Liberalismo, a Igreja ataca firmemente o Socialismo e isso aparece de maneira mais acentuada na Encíclica Papal *Rerum Novarum* (Das Coisas Novas) de Leão XIII, promulgada em 1891. Nela o papa ensina a necessidade das diferenças de classes, mostra que ela é quista por Deus e poderíamos dizer, inclusive, que a Igreja não se preocupa em mudar a situação de exploração do operariado por parte dos burgueses capitalistas, ainda assim, podemos considerar Leão XIII foi mais tolerante com o Liberalismo (CALDEIRA, p. 36).

De qualquer forma a Igreja oficialmente continuou a condenar ferrenhamente o Modernismo que incluía o Liberalismo.³

³ Explicando melhor este termo, podemos defini-lo como “Doutrina de caráter, ao mesmo tempo, econômico e político, calcada na idéia de liberdade individual. Em sua dimensão econômica, trata-se da defesa da liberdade de comprar e vender bens, sustentáculo das modernas economias de mercado. Em sua dimensão política, o liberalismo teve o sentido de ser um conjunto de salvaguardas (liberdades), obtidas

De 1903 a 1914 a Igreja foi governada por Pio X, mais um “incansável” lutador contra o modernismo. Teve como lema de seu pontificado “renovar todas as coisas em Cristo”. Diminuiu a idade para as crianças receberem a primeira eucaristia (sete anos), reformou a disciplina dos seminários, encomendou a preparação do *Codex Iuris Canonici*⁴ (promulgado somente em 1917, sob o pontificado de Bento XV), mas sobretudo exigiu que padres, bispos e religiosos no dia de suas ordenações ou emissão de votos, proclamassem em alta voz uma fórmula de abjuração ao Modernismo.

Desta forma queria Pio X que fosse extirpado do clero as idéias modernistas, afinal os clérigos estariam jurando, “perante” Deus, não aceitarem e até lutarem contra o Modernismo.

Pio X foi também o iniciador daquilo que a Igreja chamou de “Ação Católica”, isto é, a ação dos católicos, leigos, na sociedade, para catolicizá-la, dando assim força e destaque para a Igreja num mundo secularizado e modernista. Ai o sentido de “renovar todas as coisas em Cristo”.

A Ação Católica foi mais uma tentativa da Igreja de novamente aparecer na sociedade secularizada, que aos poucos se esquecia dela.

Sobre aquilo que a Igreja entendeu como Modernismo, trataremos mais adiante quando analisarmos a obra *Revolução e Contra-Revolução*, de Plínio Corrêa. Este analisou com detalhes todo o processo de “destruição” da Civilização Cristã, que teria iniciado com a Reforma Protestante, sobretudo.

Apesar de todas as restrições impostas pela Igreja ao Modernismo, a figura do católico liberal continuou a existir, frente aos ultramontanos.

Eram os ultramontanos orgulhosos de sua fidelidade ao magistério, enquanto os liberais desejavam ver a Igreja dialogando com a modernidade de maneira mais aberta, já que a *Rerum Novarum* foi apenas um modesto princípio deste diálogo.

Os católicos liberais eram vistos como mais perigosos ao catolicismo que os acatólicos, pelo fato de estarem dentro, de alguma forma, da vida eclesiástica. Portanto,

pelas classes burguesas durante o processo histórico de sua ascensão a condição de classes dominantes, contra o poder discricionário do rei ou da nobreza, em nome da liberdade do povo” (Ghiraldelli, 2003. p.48).

⁴ Código do Direito Canônico, conjunto de normas jurídicas que orientam as ações da Igreja na sociedade, bem como, internamente.

ser católico de fato, era ser ultramontano: defender um Estado católico, privilégios para a Igreja e seus clérigos, uma sociedade hierárquica e aristocrática.

(...) a liberdade era a amiga mais fiel e cara do demônio porque (...) abria o caminho a inúmeros e quase infinitos pecados, qualquer migalha de liberdade (...) deveria ser condenada, a liberdade de consciência (...) era loucura, a liberdade de imprensa (...) um mal que jamais (...) seria suficientemente deplorado (MARTINA, p. 172).

É neste contexto que Dom Sebastião Leme incentiva a Ação Católica no Brasil, conforme já comentamos no início deste capítulo.

1.2- A Ação Católica Brasileira.

A Carta Pastoral de Dom Leme marca o início de um período denominado no Brasil “neocristandade” (Mainwaring, Igreja Católica..., 2004, p. 16), uma alusão a uma nova cristandade comprometida com a Igreja que nasceria a partir daquele momento.

Dom Leme, após sua passagem pela Arquidiocese de Olinda-Recife, foi transferido para a Arquidiocese do Rio de Janeiro, sendo Arcebispo Coadjutor com direito à sucessão, conforme o Código de Direito Canônico. Ele substituiria, portanto, o Cardeal Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, após seu falecimento, o que ocorreu em 1930, sendo a partir desta data, Dom Leme, o Arcebispo do Rio de Janeiro e depois também elevado ao cardinalato pelo papa Pio XI. Dom Leme faleceu em 1942, aos 60 anos.

A Ação Católica, intimamente ligada ao modelo de Igreja da neocristandade, irá encontrar seu apogeu no Brasil com o início da “era Vargas” (1930-1945), quando, aliada ao presidente autoritário a Igreja consegue levar à política e às instituições seu modelo de sociedade, seja no campo moral, da educação, entre outros.

O interesse do governo Vargas em se manter em harmonia com a Igreja foi meramente político, uma “troca de favores”, para uma maior legitimação de seu governo autoritário junto ao povo (Mainwaring, História da Igreja, 2004, p. 43).

A Ação Católica brasileira teve também como instituição aliada e incentivadora de suas atividades o Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro. Este centro se caracterizava

então como um círculo de varões católicos e intelectuais a serviço da hierarquia eclesiástica, com fins de cristianizar a “elite pensante” carioca e posteriormente a brasileira. Por ocasião da fundação do referido centro, Dom Sebastião Leme era arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. O arcebispo metropolitano era o cardeal Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante.

Fizeram parte do grupo dos primeiros membros do Centro Dom Vital: Jackson de Figueiredo (falecido prematuramente em 1928), Alceu Amoroso Lima, Pe. Hélder Câmara, Gustavo Corção, Sobral Pinto e o próprio Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da TFP.

O Centro Dom Vital dentro do “espírito” da neocristandade incentivou o surgimento de novos movimentos de Igreja voltados principalmente para a classe média urbana: Liga Brasileira das Senhoras Católicas (1910), Congregação Mariana (em 1924, movimento do qual participou Plínio Corrêa de Oliveira), Círculos Operários (1930), Juventude Universitária Católica (1930), entre outros (Mainwaring, História da Igreja, 2004, p. 47).

Na imprensa surgem os periódicos: *O Mensageiro do Coração de Jesus*, *Lar Católico*, *O Lutador*, *Almanaque de Nossa Senhora Aparecida (Ecos Marianos)*, *O Legionário*, entre outros.

Destes supracitados, ainda existem *O Mensageiro do Coração de Jesus*, *O Lutador e Ecos Marianos*. Hoje são publicações a serviço da Igreja, dentro da perspectiva do pós Concílio Vaticano II, porém são leituras populares, sem aprofundamentos teológicos, como já eram quando foram criados.

O Centro Dom Vital, dirigido a princípio por Jackson de Figueiredo, adota uma postura ultramontana, inspirada no Syllabus e propaga a idéia de uma monarquia de direito divino, unida à Santa Sé e a ela totalmente obediente (CALDEIRA, p.55).

Com a morte de Jackson, duas correntes antagônicas se formam dentro do Centro Dom Vital. Alguns membros passam a adotar posturas mais liberais, postura esta adotada lentamente também pela hierarquia, enquanto outros membros se “cristalizam” mais ainda em idéias ultramontanas, como para fazer frente aos demais (Gustavo Corção e Plínio Corrêa).

Apesar de toda crítica ao Modernismo, um certo liberalismo adentra os ambientes católicos, naturalmente, já que a sociedade “respirava” outros ares e seria impossível manter a Igreja fechada em uma “redoma”, isolada dos acontecimentos. Corção e Plínio, apesar de compartilharem das mesmas idéias, generalizando, não foram bons amigos, dado que ambos criaram movimentos ideológicos e com discípulos e conseqüentemente, disputavam atenção na sociedade. Porém, Plínio conseguia ser mais cristalizado que Corção em assuntos referentes à política e à sociedade.

É notório que a maior flexibilidade do discurso do Centro Dom Vital e mesmo da hierarquia se dá de maneira natural, em resposta ao contexto histórico que se vivia naquela ocasião, sendo por demais alienado um discurso monarquista-absolutista em meados dos anos 1930 no Brasil. Todavia Plínio e outros se fechavam para a realidade e abraçavam um “mundo” irreal e ideal que aspiravam construir.

Estava muito em voga, nesta época, nos meios eclesiásticos, a figura do pensador católico francês Jacques Maritain. Maritain defendia a possibilidade de um diálogo entre a Igreja e a modernidade, visando aquilo que ele chamou de “Humanismo Integral” ou Humanismo Cristão. Consistia este pensamento em não atacar o mundo moderno-contemporâneo, nem tentar viver do passado medieval, mas acatar o mundo em que vivemos, porém dialogando com ele e nele recolocar Deus e a Igreja Católica, afastados das atividades da sociedade pelos diversos antropocentrismos humanistas. Maritain, portanto, defendia uma maior presença da Igreja e de Deus na política, nas artes, nas legislações nacionais, etc.

Aparentemente os ideais de Maritain e dos ultramontanos parecem se adaptar, mas o desentendimento consiste justamente na defesa de Maritain em relação ao diálogo com o mundo moderno-contemporâneo. Isto seria, na visão ultramontana, uma perigosa aproximação e tolerância com a Revolução e conseqüentemente uma tentativa de aproximação com o erro e com o pecado.

Com o erro e com o errado não se discute, não se faz concessões, conceder ao erro é aprová-lo, é ser tolerante. Assim discursavam os ultramontanos.

Maritain distinguia na vida humana dois planos: o espiritual (maior em importância) e o temporal. O plano espiritual se refere à relação do homem com Deus, este é imutável, mas o plano temporal se refere à relação do homem com a sociedade, o que inclui aspectos políticos, intelectuais, científicos, entre outros. Neste caso, dizia

Maritain, o homem contemporâneo precisa fazer certas concessões, sem contudo ferir sua relação com o divino. Esta flexibilidade de Maritain trazia consigo uma série de aspectos, que pormenorizados, contrariariam a posição cristalizada dos ultramontanos.

Maritain acreditava que o homem deveria agir na sociedade civil iluminado pela vontade de Deus, mas, sendo o mundo material passível de erros e distorções, haveria a necessidade de se manter o espírito de fraternidade e respeito aos direitos políticos para que se realize a paz entre os povos. Neste sentido, tanto as diferenças culturais como o desenvolvimento da civilização seriam noções eminentemente imbricadas à vida material, ao humano propriamente dito, com características finitas, e as religiões cristãs (sic) pertenceriam ao domínio espiritual, divino; portanto, infinito. O catolicismo, por conseqüência, não pertencia a nenhuma cultura ou civilização, era transcendente, supra-racial e universal. Daí insistir na diferenciação entre ‘catolicismo’ e ‘mundo católico’: o catolicismo era transcendental, uma revelação que vinha de Deus; já o mundo católico, estaria sujeito ao plano temporal, sob o domínio da atuação humana (GROPPO, p.50).

Esta postura de Maritain, citada por Célia Maria Groppo, demonstra que Maritain considerava que a Doutrina Católica não possui falhas, já que é revelada por Deus, mas o mundo católico pode errar. Isto significa não só que os indivíduos erram, mas que a instituição Igreja também pode errar através de seus membros, que erram enquanto indivíduos e que fazem de sua opinião/visão particular a opinião/visão da Igreja, levando-a assim também ao erro ou a pronunciamentos duvidosos.

Deve ficar bem claro que estas conclusões tiradas da obra de Jacques Maritain não contrariam o princípio da infalibilidade dos concílios ecumênicos ao ensinarem “ verdades de fé” (conforme a Doutrina Católica, dita perfeita por Maritain), bem como o dogma da infalibilidade papal. Erros cometidos pela instituição Igreja, através de seus membros influenciados por suas personalidades e/ou pela sociedade, só aconteceriam no tocante a assuntos nos quais fosse possível discutir e opinar, sem um pronunciamento oficial e dogmático previamente dado pelo Magistério da Igreja.

De qualquer forma, esta “brecha” de flexibilidade deixada por Maritain despertava sérias desconfianças por parte dos ultramontanos, pois ela abria possibilidades diversas para o diálogo com o “mundo moderno”.

Dessa forma, em vez de propor uma volta ao modelo de cristandade medieval, onde o temporal é sacralizado, Maritain defende a idéia da construção de uma ‘nova cristandade’, que pudesse assimilar algumas das transformações provocadas pela modernidade (as quais na opinião deste seriam irreversíveis). Ao invés de negar a modernidade (característica dos tradicionalistas conservadores), propunha reformá-la pela sagrada liberdade das criaturas no caminho da graça de Deus (GROPPO, p.51).

Maritain defenderá em suas obras a “aristocracia popular”, a democracia e até uma possível regeneração dos comunistas, dado que estes têm um grande mérito: o de desejarem regenerar o mundo, falta-lhes apenas fazer isso sob a “luz” de Deus e da Igreja. Maritain, portanto, abre novamente possibilidades de crítica ao seu pensamento por defender valores não comuns ao pensamento social da Igreja na ocasião, ou seja: democracia, vontade popular, república. Maritain se defendeu de grande parte dos ataques que sofreu.

Jacques Maritain influenciou membros do Centro Dom Vital no Rio de Janeiro, daí o “racha” dentro do movimento e o conseqüente afastamento de Plínio Corrêa de Oliveira e Gustavo Corção. Plínio dará origem a TFP, Gustavo Corção à Associação Cultural “Permanência”.

Assumiu a presidência do Centro Dom Vital, após a morte de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde).

Plínio participou mais ativamente na sede do Centro Dom Vital em São Paulo, uma filial do centro do Rio, no qual com outros companheiros participou de um movimento paralelo (cujos membros eram em sua maioria os mesmos do Centro Dom Vital paulista), o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova. Tal centro tinha por finalidade lutar contra as idéias liberais na sociedade, principalmente entre os jovens, além de divulgar a monarquia de direito divino, a pátria e a “raça” brasileira. Um ideal político de divulgar o Brasil para os brasileiros (MALATIAN, p. 37).

Em 1933 quando Vargas marca o início de uma Assembléia Constituinte, a hierarquia católica vê neste episódio a oportunidade de ganhar mais espaço e funda a LEC (Liga Eleitoral Católica), um movimento suprapartidário que visava pressionar pelos interesses da Igreja na assembléia.

Nesta ocasião um jornal publicado em São Paulo, ligado à Arquidiocese, o Legionário, que tinha como um de seus principais redatores Plínio Corrêa, publica um artigo do mesmo em que afirma:

Ou o Catolicismo conseguirá vencer nas urnas, e fazer progredir resolutamente o país no caminho da restauração religiosa ou o socialismo extremado se apoderará do Brasil para fazer dele a vítima dos numerosos Galles e Lenines que pululam nos bastidores de nossa política sequiosos de ‘mexicanizar’ e ‘sovietizar’ a Terra de Santa Cruz (OLIVEIRA, O Legionário 15/01/1933).

Em 3 de maio de 1933 Plínio é eleito deputado estadual por São Paulo, o candidato mais votado do Brasil, tendo na ocasião vinte e cinco anos incompletos.

Além de se dedicar à política, Plínio passou também a se dedicar ao magistério no Colégio Universitário da USP, na Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento e na Faculdade Sedes Sapientiae. Essas últimas se fundiram posteriormente com outras faculdades católicas dando origem à PUC – SP, onde Plínio também lecionou.

Em 1934 com a promulgação da nova constituição, a LEC perde sua razão de ser e em 1935 é fundada oficialmente no Brasil a Ação Católica Brasileira (ACB), movimento já existente na Europa desde o pontificado de Pio X. Conforme Bruneau, a ACB cresce rapidamente e já logo em seguida perde seu brilho, pois parece desnecessária em um país no qual o presidente já faz sozinho o papel que a ela caberia: lutar contra o comunismo e o liberalismo, bem como apoiar a Igreja em suas necessidades.

De fato, Getúlio Vargas se mostrava extremamente solícito com a hierarquia católica, isto lhe granjeava simpatia popular, demonstrava ser um homem devoto, freqüentando Aparecida – SP, vez por outra, o que causava boa impressão à população majoritariamente católica. Vargas manteve também externada amizade com o arcebispo do Rio de Janeiro, Card. Dom Leme. Getúlio respondia aos anseios da Igreja no Brasil de então.

Em 1940 Plínio Corrêa toma posse como presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica de São Paulo. Foi convidado diretamente pelo arcebispo Dom José

Gaspar de Affonseca e Silva. Convite que alegremente aceitou e participou, então, da organização do Congresso Eucarístico Nacional, realizado em São Paulo em 1942. Um ano depois do congresso, morre Dom José Gaspar, ainda muito jovem, em um trágico acidente de avião no Rio de Janeiro. O Papa Pio XII nomeou como arcebispo de São Paulo, o depois cardeal, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Mota. Começaram aqui os desentendimentos de Plínio com a hierarquia católica, dado o fato de não concordar com certas diretrizes pastorais do novo arcebispo, Plínio considerava o Cardeal Mota tendencioso para o Modernismo já nos anos 1940.

Outros fatores que, posteriormente, vieram a macular a figura e o discurso de Plínio foi seu arrogante anti-semitismo, muitas vezes estampados nas páginas do jornal “O Legionário”. Neles, Plínio insiste que foram os judeus os responsáveis pela Reforma Protestante, pelo Renascimento e pelo Comunismo, já que Marx era judeu (Caldeira, 2005, p.69).

Segundo o livro “Meio Século de Epopéia Comunista”, publicado pela TFP em 1980, foi a partir de 1935 que começaram a chegar ao Brasil, de maneira velada, as primeiras idéias de conciliar a Igreja com o mundo moderno. Estas primeiras idéias chegavam na forma de discursos relativos a uma nova interpretação da Teologia Moral, reformas eclesiais e litúrgicas, por exemplo .

No tocante à liturgia, movimentos que visavam uma maior participação dos leigos nas cerimônias religiosas já existiam desde 1933. Estes visavam esclarecer os leigos sobre o ritual da Missa principalmente, ensinando as pessoas a participarem da Missa dialogada, respondendo em latim ao padre, bem como participando com toda a Igreja do Ofício Divino, até então reservado a eclesiásticos e religiosos.

Plínio e seu grupo do Legionário viam nestes movimentos uma tentativa, ainda que distante, de se colocar os leigos no mesmo patamar de dignidade do sacerdote. Achavam que tal participação leiga poderia levar os fiéis à noção de estarem celebrando com o padre. De fato, estes conceitos já imaginados por Plínio nos anos 30, são hoje mais aceitos nos meios católicos. Plínio demonstrava ter uma afeição enorme por tudo que demonstrasse organização hierárquica, temia ver a Igreja perder estas tradições que nos lembravam que a aristocracia e as elites “são necessárias e quistas por Deus”, conforme Plínio sempre frisou em seus discursos. Se a Igreja, portanto, perdesse sua tradicional compostura, o que poderia acontecer na sociedade, no Estado? Plínio tentava

descobrir e achava que descobria em pequenos detalhes a “centelha” do modernismo e como bom católico deveria denunciá-la e extirpá-la (OLIVEIRA, Revolução e Contra-Revolução, 1959, p.34).

Esta destreza para perceber o “erro” nas coisas, posteriormente, fez os discípulos de Plínio, e quiçá ele próprio, acreditarem que se tratava de um dom especial dado por Deus a um homem especial, surge daí as primeiras homenagens a Plínio como sendo um “profeta”.

A apreensão de Plínio e do grupo do Legionário em relação a tudo que “cheirasse” uma leve tendência que fosse, em aproximar a Igreja do Modernismo, Plínio condenava por escrito. E assim ele fez ao lançar em 1943 o livro “Em Defesa da Ação Católica” (CALDEIRA, 2005, p. 76).

Neste livro, Plínio defende a Ação Católica, mas a Ação Católica tradicional, totalmente sob o controle clerical e condena a Ação Católica de então que, segundo ele, propagava nos meios católicos justamente aquilo que deveriam combater: a participação maior do leigo na vida da Igreja (coisas que poderiam levar ao modernismo e ao igualitarismo clero-leigos), o horror à ascese, ao sacrifício, ao esforço .

Plínio via na Ação Católica Brasileira certo “ar” de “Maritanismo”, uma espécie de tentativa de se democratizar a Igreja, isto é, um papel supostamente delegado pelo papa aos leigos, delegação esta que Plínio insistia não existir. A Ação Católica deveria ser utilizada como um “braço” da hierarquia em prol da sociedade e da Igreja, sobretudo. Plínio defendia, portanto, outro tipo de Ação Católica: aquela que chegou ao Brasil seguindo o modelo italiano de Pio XI e não o modelo francês de Maritain, que dava maior liberdade para os leigos, igualando-os, segundo Plínio, com a hierarquia.

Com a posse de Dom Carlos C. de Vasconcelos Motta como arcebispo de São Paulo, o jornal O Legionário começou a ser menos lido nas paróquias, a tiragem caiu vertiginosamente. Plínio disse estar sendo caluniado e culpou o arcebispo por isso. O que de fato acontecia é que Plínio e seus seguidores querendo ser ultrafiéis à Igreja, dela se distanciavam ao assumir uma postura e um discurso diverso daquele que a hierarquia então fazia. Daí os conflitos surgidos. Mons. Antônio de Castro Mayer foi removido de cargo dentro da Arquidiocese, sendo portanto afastado de Plínio. Pe. Sigaud, SVD foi transferido por seus superiores para a Espanha. Os redatores do jornal perderam seus

cargos na Arquidiocese, assim como o próprio Plínio deixou de ser presidente da Junta Arquidiocesana de Ação Católica.

Após sua demissão, Plínio assistiu o aproximar da Ação Católica em direção aos movimentos sociais, ao povo. Plínio assistiu emitindo críticas, mas sem nada poder fazer de concreto, já não pôde barrar a “Revolução” nos meios eclesiais.

A Ação Católica, principalmente após o Concílio Vaticano II (1962-1965), foi base em São Paulo e em diversas outras dioceses do Brasil de movimentos sociais que defendiam e lutavam por um mundo melhor, menos desigual, mais justo.

Plínio, como sempre, via nestes movimentos a “sombra” do Marxismo, a ameaça comunista na sociedade e sobretudo no interior da Igreja.

Dentre os movimentos desenvolvidos a partir da Ação Católica, podemos citar as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), comunidades católicas, fortemente envolvidas por leigos engajados e com espírito de liderança. Nas CEBs se procura ouvir e viver a Palavra de Deus no meio dos homens, isto é, na sociedade, tentando transformá-la. É lugar de formação de novas lideranças, lugar onde se discute política e problemas sociais.

Plínio dedicou às CEBs um livro inteiro, do qual falaremos com mais detalhes no cap.3.

1.3 – O nascimento da TFP;

1.3.1 – Quem foi Plínio Corrêa de Oliveira;

Nascido em 13 de dezembro de 1908, seus pais – o advogado João Paulo Corrêa de Oliveira e Dona Lucília Ribeiro Corrêa de Oliveira – pertenciam a velhas famílias da aristocracia rural, respectivamente dos Estados de Pernambuco e de São Paulo. Por exemplo, seu tio-avô, o Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, foi senador do Império, Conselheiro de Estado, Presidente da Província de São Paulo, várias vezes membro do Conselho de Ministros e, por fim, Primeiro-Ministro. Foi no exercício desse cargo que, com a Princesa Isabel, ele assinou a Lei Áurea (TFP, Um Homem..., 1988, p. 26).

Falar de sua família e das “glórias” de sua família foi traço marcante na vida de Plínio, conforme atestam seus escritos, além de depoimentos daqueles que com ele conviveram. Plínio era muito ligado a questão “sanguínea”, isto é, ele era o que era porque vinha de uma extirpe “nobre”, além de ter tido uma educação esmerada em um lar católico e perfeitamente harmonioso no qual pareciam não existir problemas. De seu pai, pouco falava, mas de sua mãe muito falou, fazendo surgir dentro da TFP um certo culto à sua progenitora, prática incomum aos católicos.

Conforme dissemos, a TFP, bem como o próprio Plínio, sempre fizeram questão de destacar a origem aristocrática da família Corrêa de Oliveira. Plínio foi aluno do Colégio São Luís em São Paulo, dos padres jesuítas, teve uma infância confortável, foi um jovem da elite paulistana do início do século XX. Coursou direito na Faculdade do Largo São Francisco, hoje USP, e foi lá, durante o quarto ano de direito que

(...) fundou em 1929 a Ação Universitária Católica (AUC), a qual se tornou em breve uma realidade vitoriosa da vida acadêmica de então. A Ação Universitária Católica, ao mesmo tempo em que ia crescendo em número e influência no Largo de São Francisco, se estendeu rapidamente, da Faculdade de Direito para as demais escolas superiores de São Paulo. A AUC foi absorvida em 1938, por decisão da autoridade eclesiástica, pelo setor correspondente da Ação Católica, isto é, a Juventude Universitária Católica (JUC). Esta tomou itinerário ideológico próprio, e veio a se tornar mais tarde tristemente célebre na história do catolicismo brasileiro (TFP, Um HOMEM..., p. 26).

Plínio fundou a AUC juntamente com outros colegas do direito, todos congregados marianos (Congregação Mariana, confraria de homens leigos, cuja finalidade é propagar a devoção à Nossa Senhora em todos os ambientes) da elite paulistana. A partir de 1938 a AUC dá lugar à JUC, que conforme a opinião da TFP, acima expressa, desvia-se para caminhos não condizentes com o catolicismo, trata-se do “esquerdismo” e dos movimentos sociais, com os quais Plínio brigará por toda a vida.

Com o Estado Novo (1937), Plínio afastou-se definitivamente da vida política pública e passa então a presidir a Junta Arquidiocesana de Ação Católica de São Paulo, conforme já apontamos anteriormente.

1.3.2 – Nasce a TFP;

O poder de influência da Igreja sobre o Estado e as leis, encontrou seu fim somente a partir de 1945 (fim da Segunda Guerra e da Era Vargas). Agora o Brasil se redemocratiza, a cultura da autoridade e do autoritarismo passa a ser menos valorizada na sociedade. A Igreja tem que modificar seu discurso para que não fique demasiado fora da realidade dos fatos (MAINWARING, p. 55).

A partir da redemocratização reaparecem no país movimentos populares, de classes sofridas lutando por seus direitos. Membros do clero, aos poucos, começam a apoiar estes movimentos e são criticados pelas alas mais conservadoras, acusando-os de pactuarem com o Modernismo e até com o Comunismo, principalmente no tocante ao polêmico tema da Reforma Agrária.

Após caírem no ostracismo, Plínio e seu pequeno grupo de fiéis seguidores começaram a se reunir em uma casa no bairro Santa Cecília. Lá se formou um grupo que era uma “família de almas”, como o próprio Plínio depois designou, que pensavam e sentiam juntos o sofrimento da Igreja e da sociedade que se encaminhava para o caos. Deste grupo tão coeso surgiria em 1960 a TFP.

Em janeiro de 1947 e em 1948 duas notícias alegram este grupo de Plínio: seus defensores, por parte do clero, foram nomeados bispos: Dom Sigaud, SVD, bispo de Jacarezinho-PR e Dom Antônio de Castro Mayer bispo coadjutor com direito à sucessão de Campos-RJ .

Estes dois sacerdotes que haviam sido afastados de suas antigas funções dado o apoio que deram ao livro “Em Defesa da Ação Católica”, agora eram nomeados bispos. Para o grupo do Legionário este era um claro sinal de apoio da Santa Sé aos dois, bem como aos ideais de todo o grupo.

Em 1951, Dom Antônio de Castro Mayer funda em Campos-RJ, o mensário “Catolicismo” (hoje publicado em São Paulo pela Editora Pe. Belchior de Pontes) com a finalidade de divulgar à catolicidade brasileira os princípios norteadores da fé católica, o que incluía a divulgação dos ideais antimodernistas, o ideal de civilização cristã nos moldes medievais e feudais, os desvios da democracia e da soberania popular, entre outros .

Plínio passa a ser o principal redator do mensário, mesmo residindo em São Paulo, e sua principal coluna era *Ambientes, Costumes e Civilizações*, na qual apresentava aspectos da arte cristã e da arte moderna, como sendo paganizada e bestial. Analisava também a maneira de se vestir das elites européias, principalmente francesas, no “Ancien Regime”, contrapondo com as vestimentas inglórias do homem contemporâneo.

Plínio parecia “delirar” com uma sociedade que supostamente teria vivido harmoniosamente, sem conflitos, hierarquicamente, na qual nobres se vestiam bem e se consideravam fiéis servos de Deus e da Igreja, uma sociedade perfeitamente cristã e católica.

Estes devaneios de Plínio, típicos de alguém que conhecia pouco sobre a história da sociedade medieval, o levavam a sonhar, imaginar castelos, cerimônias e isto ele deixava transparecer em seus artigos, um mundo de sonhos e felicidade, coisas utópicas e surreais, não condizentes com uma mente adulta, mas muito próxima de fantasias infantis.

O grupo do Catolicismo começou a fazer adeptos em grandes centros urbanos, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Sete anos antes da publicação da obra *Revolução e Contra-Revolução*, de Plínio, a Igreja no Brasil criou a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Esta já em 1957 alertara o clero brasileiro para que além de apontar os erros do comunismo, apontasse também os erros do capitalismo que gera miséria. Não bastaria apenas, portanto, combater o comunismo, dando a impressão de que a Igreja apóia ou simpatiza-se com as estruturas capitalistas (CALDEIRA, p.78).

Estas observações da CNBB provocaram preocupação em Plínio, poderia ser um sinal de certa tolerância do episcopado brasileiro com o Comunismo e suas idéias. Plínio achava que já era uma “leve fumaça” do Modernismo que rondava a CNBB para se abrir a uma pequena tolerância para com ele.

Plínio cria, conforme o Catecismo da Igreja, que o pecado deve ser evitado e a menor tolerância para com ele colocaria tudo a perder, inclusive a salvação da alma, portanto, a necessidade de não se ter tolerância com o Modernismo e o Comunismo, nem sequer diálogo, pois o certo não poderia dialogar com o errado em busca de um acordo, já que estando errado, não seria possível achar no erro algo bom e aproveitável.

Em 1959 Plínio publicou, como um ensaio, no mensário “Catolicismo”, sua obra *Revolução e Contra-Revolução*, provocando nos grupos do *Catolicismo* o desejo de se organizarem melhor em prol de uma “guerra santa” visando a reconstrução de uma civilização cristã nos moldes medievais. É fundada então, oficialmente em julho de 1960, a TFP, incluindo em seu grupo rapazes muito jovens, inclusive dois príncipes brasileiros: Dom Luís de Orleans e Bragança (herdeiro do trono brasileiro, se este existisse) e seu irmão Dom Bertrand.

1.4 – Obra inspiradora da TFP: *Revolução e Contra-Revolução*;

Este livro que ainda é o “livro de cabeceira” dos seguidores de Plínio foi publicado primeiramente como um ensaio no mensário *Catolicismo* de abril de 1959. Trata-se de uma obra de orientação a todos que quiserem abraçar a obra da contra-revolução, isto é, aos “verdadeiros católicos”, conforme entendia Plínio. Trataremos neste tópico com mais detalhes o conteúdo desta obra que serviu de modelo e inspiração para a fundação da TFP brasileira e outras entidades congêneres no mundo.

A obra se preocupa, primeiramente, em explicar o que é a Revolução e seu processo dialético de desenvolvimento. Segundo Plínio, o mundo passaria por transformações, a Igreja Católica perdendo seu espaço na sociedade, o secularismo crescendo, as pessoas não se preocupando mais com as orientações da Igreja e do clero, não se preocupando mais com o pecado e com a fuga do mesmo, Deus estaria esquecido!

É com este tipo de discurso que Plínio tentou nos explicar o que é a Revolução, é uma força avassaladora que na história se constrói e se desenvolve, de maneira diabólica, em vista de apagar do mundo a Civilização Cristã e o Reino de Deus e de Maria (OLIVEIRA, p. 02).

A origem da Revolução seria o orgulho e a sensualidade (o pecado), que foram inspirando pequenas revoluções que fazem parte do quadro maior revolucionário. Estas pequenas revoluções seriam três:

a Pseudo-Reforma [Reforma Protestante, assim chamada por Plínio em sua obra], a Revolução Francesa e o Comunismo (Ibid).

Explicou também que

O orgulho leva ao ódio a toda superioridade, e, pois, à afirmação de que a desigualdade é em si mesma, em todos os planos, inclusive e principalmente nos planos metafísico e religioso, um mal. É o aspecto igualitário da Revolução.

A sensualidade, de si, tende a derrubar todas as barreiras. Ela não aceita freios e leva à revolta contra toda autoridade e toda lei, seja divina ou humana, eclesiástica ou civil. É o aspecto liberal da Revolução.

Ambos os aspectos, que tem em última análise um caráter metafísico, parecem contraditórios em muitas ocasiões, mas se conciliam na utopia marxista de um paraíso anárquico em que uma humanidade altamente evoluída e ‘emancipada’ de qualquer religião vivesse em ordem profunda sem autoridade política, e em uma liberdade total da qual, entretanto, não decorresse qualquer desigualdade.

A Pseudo-Reforma foi uma primeira revolução. Ela implantou o espírito de dúvida, o liberalismo religioso e o igualitarismo eclesiástico, em medida variável, aliás, nas várias seitas (sic) a que deu origem.

Seguiu-se lhe a Revolução Francesa, que foi o triunfo do igualitarismo em dois campos. No campo religioso, sob a forma do ateísmo, especiosamente rotulado de laicismo. E na esfera política, pela falsa máxima de que toda a desigualdade é uma injustiça, toda autoridade um perigo, e a liberdade o bem supremo.

O Comunismo é a transposição destas máximas para o campo social e econômico.

Estas três revoluções são episódios de uma só Revolução, dentro da qual o socialismo, o liturgicismo, a ‘politique de la main tendue’ etc. são etapas de transição ou manifestações atenuadas (ibid, p. 02).

Como se vê, Plínio concatena alguns acontecimentos históricos como sendo fases de uma única Revolução, e dá pistas para identificarmos outros sinais da mesma na sociedade e na Igreja.

Este processo diabólico teria por fim o caos na sociedade e a destruição da fé, via a destruição da própria Igreja. Conforme a doutrina católica, a Igreja jamais será destruída, mas a Revolução estaria tentando fazer isto, afastando os fiéis do verdadeiro caminho e colocando-os a mercê do pecado e perdendo suas almas. Os novos

movimentos de Igreja, como o liturgicismo e outros, inspirados no diálogo com a modernidade, inspirados nas obras Maritain, Plínio já os via, em 1959, como disfarces da Revolução para se infiltrar na Igreja e iniciar internamente na mesma um processo de auto-destruição.

Plínio considerava esta Revolução como uma profunda crise, passível de ser revertida, embora reconhecesse as dificuldades, e apelasse para a fé e para a promessa de uma suposta aparição de Maria em Fátima, Portugal, na qual ela afirmaria que no final seu “Imaculado Coração” triunfaria.

Explicada a Revolução, Plínio nos deixou também o que seria a Contra-Revolução, uma reação, num sentido por ele “arquitetado” e que foi o grande ideal da instituição por ele fundada, a TFP. (...) a Contra-Revolução é, (...), uma ‘re-ação’. Isto é, uma ação que é dirigida contra outra ação (OLIVEIRA, p.28).

A Contra-Revolução seria, algo novo, destinada a lutar contra os adversários de hoje, sem se contaminar por nada que seja, de alguma forma, ainda que de maneira mínima, ligado ao Modernismo/Liberalismo (Ibid, p.28).

Como reação que é, a Contra-Revolução pretendeu ser inovadora, conforme explicou Plínio. Ela deveria seguir os valores medievais, mas ser atual para lutar à altura, contra a Revolução.

(...) a Ordem nascida da Contra-Revolução deverá refulgir, mais ainda do que a da Idade Média, nos três pontos capitais em que esta foi vulnerada pela Revolução:

Um profundo respeito dos direitos da Igreja e do Papado e uma sacralização, em toda a extensão do possível, dos valores de vida temporal, tudo por oposição ao laicismo, ao interconfessionalismo, ao ateísmo e ao panteísmo, bem como a suas respectivas seqüelas.

Um espírito de hierarquia, marcando todos os aspectos da sociedade e do Estado, da cultura e da vida, por oposição à metafísica igualitária da Revolução.

Uma diligência no detectar e no combater o mal em suas formas embrionárias ou veladas, em fulminá-lo com execração e nota de infâmia, e em puni-lo com inquebrantável firmeza em todas as suas manifestações, e particularmente nas que atentarem contra a ortodoxia e a pureza dos costumes, tudo por oposição à metafísica liberal da Revolução e à tendência desta a dar livre curso e proteção (OLIVEIRA, p. 29).

Como demonstramos, Plínio insiste na inovação, mas com aspirações realmente muito tradicionais. Plínio confirma que, embora inovadora, a Contra-Revolução é ao mesmo tempo conservadora. Ele prefere chamá-la assim, ao invés de tradicionalista, pois segundo ele, o (...) tradicionalismo (...) conserva certos ritos, estilos ou costumes por mero amor às formas antigas e sem qualquer apreço pela doutrina que os gerou. Isto seria arqueologismo, não sadio e vivo tradicionalismo (OLIVEIRA, p. 30).

Sendo, portanto, a Contra-Revolução, conservadora, segundo a visão de Plínio, não podemos dizer que ela o seja em relação a tudo que remonte o período medieval, nem tampouco a Idade Contemporânea (Plínio acreditava que coisas boas e sãs também existem e poderiam continuar existindo na sociedade atual). Somente aquilo que é bom para a humanidade, para a Igreja e para a “alma” deve continuar existindo. Outras coisas, a Contra-Revolução deveria extirpar.

Para lutar contra esta Revolução, os “soldados” da Contra-Revolução deveriam ser escolhidos com muito cuidado e esta seleção, coube a Plínio.

Plínio define a princípio dois tipos de contra-revolucionários: aqueles que o são em estado atual e os que o são em estado potencial.

Em estado atual seriam contra-revolucionários aqueles que:

- Conhecem a Revolução, a Ordem e a Contra-Revolução em seu espírito, suas doutrinas, seus métodos respectivos.
- Amam a Contra-Revolução e a Ordem Cristã, odeiam a Revolução e a ‘anti-ordem’.
- Fazem desse amor e desse ódio o eixo em torno do qual gravitam todos os seus ideais, preferências e atividades (OLIVEIRA, p. 31).

Plínio chamou a atenção também para aqueles católicos que são “semi-contra-revolucionários”, isto é, que aparentemente são conservadores, mas não o são por completo. Plínio insistiu, portanto, que ser contra-revolucionário seria viver plenamente os “Dez Mandamentos de Deus”, os mandamentos da Igreja, crer e praticar tudo que ensina a Igreja Católica, seus dogmas, sua moral, sem titubear em nada. Viver plenamente de acordo com o ensinamento da Igreja e de sua hierarquia. Ser contra o

Modernismo, o Liberalismo e contra o diálogo com qualquer pessoa ou movimento que de alguma forma represente a Revolução ou seus ideais; ser um lutador para divulgar para a sociedade contemporânea os ideais e valores da cristandade medieval teocêntrica. Também seriam filhos da Revolução os semi-contra-revolucionários.

Os contra-revolucionários em estado potencial são aqueles que

(...) tem uma ou outra das opiniões e dos modos de sentir dos revolucionários, por inadvertência ou qualquer outra razão ocasional, e sem que o próprio fundo de sua personalidade esteja afetado pelo espírito da Revolução. Alertadas, esclarecidas, orientadas, essas pessoas adotam facilmente uma posição contra-revolucionária. E nisto se distinguem dos 'semi-contra-revolucionários' (OLIVEIRA, p.32).

Plínio, no entanto, não era contra o uso de meios modernos, se fossem usados para o bem da Contra-Revolução, como exemplo, os meios de comunicação que possam atingir massas. A Contra-Revolução deveria se utilizar dos meios de comunicação modernos para divulgar suas propostas e ideologia, bem como, os meios tradicionais, como campanhas em praças públicas, discursos públicos, panfletos, alto-falantes, palestras, aulas, encontros, jornadas, entre outros. Caberia sempre ao contra-revolucionário atacar diretamente tudo o que se refere à Revolução, sem tentar ser simpático à alguma idéia revolucionária para atrair aqueles que já estão entregues a ela. O contra-revolucionário não deveria aceitar jamais o diálogo com o “erro” e deveria fazer sempre o papel de acusador da mentira para assim extirpá-la da sociedade (OLIVEIRA, p.35 e seguintes).

A obra *Revolução* se detém também em explicar detalhadamente como se dá, na prática, o processo revolucionário em seu nível social. E, segundo Plínio, as “almas” se perderiam no processo revolucionário de duas formas distintas: através de uma marcha rápida, ou de uma marcha morosa, que seria a mais comum.

Na marcha rápida, (...) vimos que algumas almas se empolgam pelas suas máximas num só lance e tiram de uma vez todas as conseqüências do erro (OLIVEIRA, p.37).

Na marcha morosa,

(...) vão aceitando lentamente e passo a passo as doutrinas revolucionárias. Muitas vezes, ate, esse processo se desenvolve com continuidade através das gerações. Um ‘semi-contra-revolucionario’ muito infenso aos paroxismos da Revolução tem um filho menos contrario a estes, um neto indiferente, e um bisneto plenamente integrado no fluxo revolucionário. A razão deste fato, como dissemos, esta em que certas famílias tem em sua mentalidade, em seu subconsciente, em seus modos de sentir, um resíduo de hábitos e fermentos contra-revolucionários que as mantêm ligadas, em parte, à Ordem. A corrupção revolucionaria nelas não e tão dinâmica e, por isso mesmo, o erro só pode progredir em seu espírito passo a passo e como que se disfarçando.

A mesma lentidão de ritmo explica como muitas pessoas mudam enormemente de opinião no decurso da vida. Quando são adolescentes tem, por exemplo, a respeito de modas indecentes uma opinião severa, consoante o ambiente em que vivem. Mais tarde, com o ‘evoluir’ dos costumes num sentido cada vez mais relaxado, essas pessoas se vão adaptando as sucessivas modas. E no fim da vida aplaudem trajés que em sua juventude teriam reprovado fortemente. Chegaram a essa posição porque foram caminhando lenta e imperceptivelmente através das etapas matizadas da Revolução que se fazia nelas e em torno delas. E, gradualmente, acabaram chegando talvez tão longe quanto um revolucionário da idade delas que na adolescência tivesse adotado a primeira velocidade. A verdade e o bem existem nessas almas num estado de derrota, mas não tão derrotados que, diante de um grave erro e um grave mal, não possam ter um sobressalto às vezes vitorioso e salvador que as faça perceber o fundo perverso da Revolução e as leve a uma atitude categórica e sistemática contra todas as manifestações desta. E para evitar esses sadios sobressaltos de alma e essas cristalizações contra-revolucionarias, que a Revolução anda passo a passo (OLIVEIRA, p. 37).

Como vemos, Plínio teorizou todo o processo revolucionário dentro das famílias e como a “Contra-Revolução” pode despontar dentro das pessoas. Com isto ele se pôs na posição de alguém que conhece a solução para o problema revolucionário e passou a defender uma conversão na sociedade, uma conversão para aquilo que ele via como o ideal, mas sobretudo uma conversão à sua teoria, que abrangeria a “excelência” humana e conseqüentemente da sociedade. Seria uma sociedade “justa” nos moldes da Igreja, mas imbuída da consciência do mal na sociedade, a Revolução, e que veria em Plínio um modelo de contra-revolucionário e “descobridor” de suas artimanhas. Posteriormente, dentro das sedes da TFP, o livro Revolução passou a ser venerado como profético e revelador, uma obra incomum e genial, digna de ser carregada em procissões internas e estudada detalhadamente. Estes estranhos rituais que, segundo ex-membros da entidade, ocorriam em seu interior, levantaram uma dúvida crucial sobre a ortodoxia e submissão à Igreja por parte da TFP.

Conforme já comentamos, estas instruções que formam a obra *Revolução e Contra-Revolução* serviram de “estatuto” para o antigo grupo do *Legionário* que seguia Plínio e suas idéias, evoluindo para um fanático culto ao fundador.

Cap. II – Seria a TFP uma seita?

2 - 1960: fundação da TFP e seu desenvolvimento.

Em 1960 foi fundada oficialmente como entidade civil sem fins lucrativos a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Perante a Igreja, trata-se de uma agremiação de fiéis, sem necessidade de aprovação eclesiástica para existir e de qualquer forma, nunca Plínio solicitou à Igreja que se manifestasse oficialmente sobre a TFP. O que aconteceu durante sua trajetória foram apoios de alguns eclesiásticos, apoios estes que não foram dados em nome da Igreja, mas em caráter particular. Condenações oficiais, no entanto, existiram, por parte da CNBB, como veremos no cap. III.

De 1960 à 1995 a TFP sempre se pautou em *Revolução e Contra-Revolução* como obra mestra, orientadora de suas atividades, bem como, no próprio Plínio, que acompanhava de perto todas as atividades da instituição. Sobre *Revolução e Contra-Revolução*, vale ressaltar, e em 1976 a TFP lançou uma nova edição, acrescida de uma nova parte, solicitada pela TFP italiana, foi publicada no Brasil em 1977.

Nesta edição Plínio analisou o caminhar do processo contra-revolucionário sob uma visão bastante otimista e cita como exemplo a multiplicação das TFPs pelo mundo, inclusive Itália, França, Alemanha, Espanha, Portugal, África do Sul, Filipinas, entre outros.

Plínio também destacou o papel das TFPs em combater, no campo religioso, o esquerdismo católico (entendido aqui como movimentos religiosos de alguma forma ligados à questões sociais, como o foi a Teologia da Libertação) e no campo temporal, o comunismo.

Em 1983 um cooperador da TFP, casado, ex-aluno de Plínio na PUC de São Paulo, se rebelou em relação à entidade. Arrastou consigo outros membros e alegou, como fizera um ano antes Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo emérito de Campos-RJ, que a TFP era uma entidade acatólica, que prestava um culto idolátrico ao seu fundador e à mãe dele (Lucília Corrêa de Oliveira), mantendo inclusive em sua sede-mãe em São Paulo uma “sociedade secreta”, formada pelos membros “mais chegados” a Plínio, sociedade esta que possuía rituais próprios e servia para cultivar a mentalidade

de que Plínio seria imortal, um profeta e nunca errava. Chamava-se esta agremiação interna: “Sempre Viva”. O grupo que seguiu este ex-membro, de nome Orlando Fedeli, se organizou juridicamente como Associação Cultural Montfort, cuja função seria a de divulgar e viver plenamente os ideais do catolicismo romano. Trata-se também de uma associação de fiéis leigos, organizada como a TFP já estava, porém agora, sem cultos estranhos à fé católica.

Em 1992, finalmente, a TFP publicou uma nova edição de *Revolução e Contra-Revolução*, na qual Plínio acrescentou mais alguns parágrafos nos quais tratou de uma nova etapa da Revolução, a quarta, que seria o “Tribalismo”, trazido pelo Liberalismo pós Comunismo e pós União Soviética. Plínio via no Liberalismo e no Comunismo, aparentemente conflitantes, faces diferentes do Modernismo, condenado pelos papas e pela Igreja de maneira oficial.

Em 1993 Plínio publicou sua última obra: *Nobrezas e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*, prefaciado pelo príncipe Dom Luís de Orleans e Bragança. Faleceu em outubro de 1995, aos 87 anos incompletos. Após sua morte, seu principal assessor, acreditando-se herdeiro de Plínio no carisma de liderar o movimento, se levantou contra a direção da TFP e gerou uma cisão na instituição, após uma longa luta judicial pela divisão dos bens da mesma, nasceram os “Arautos do Evangelho”, fundados por João Scognamiglio Clá Dias.

Os Arautos do Evangelho adotam uma postura de maior proximidade com a hierarquia da Igreja, inclusive a CNBB. Recebem apoio de sacerdotes e bispos de várias partes do mundo, não falam mais (ao menos publicamente) em Plínio e Lucília, ganharam na justiça o direito de usarem a sigla TFP, que caiu em desuso, para não “manchar” a nova instituição. Em tudo parece um novo movimento de Igreja, fundado tão somente por João Clá. Internamente, para um público seletivo, os Arautos passaram a publicar uma nova revista: *Dr. Plínio*, que além de exaltar a vida de Plínio, dedica grande parte de suas páginas para uma apologia à pessoa de Lucília Corrêa de Oliveira.

Através de uma aprovação papal os Arautos se propagaram pelo mundo, reconhecidos pela Santa Sé, solicitaram e obtiveram da Igreja a ordenação sacerdotal do fundador (nunca foi seminarista, não tendo portanto formação específica para o sacerdócio católico) e de mais outros membros mais “próximos”. Hoje os “Arautos”

possuem autorização para formarem seus próprios padres, na cidade de São Paulo, estes trabalharão nas próprias comunidades e auxiliarão o clero das dioceses onde estiverem.

Maiores detalhes sobre o desenvolvimento da TFP após 1960, trabalharemos no cap. III, onde trataremos melhor da TFP até 1995, quando da morte de Plínio.

– O “profeta” e seus seguidores.

Ernst Troeltsch no início do século XX, em seu artigo *Igreja e Seitas*, procurou explicar e diferenciar estes termos. As Igrejas seriam conservadoras, porém, aceitam a ordem secular e possuem grande entrosamento com a mesma.

As seitas são grupos mais fechados, constituídos em torno da figura do fundador, um “profeta”, considerado pelos seus seguidores como alguém que detém um carisma especial e escolhido por Deus para fundar aquela “obra”.

Plínio Corrêa teve, por parte de seus seguidores mais fiéis, um culto à sua pessoa, bem como à de sua mãe. Também ele, foi considerado alguém especial, que merecia ser ouvido, pois era “sobrenatural”.

As seitas tem uma

(...) atitude em relação ao mundo, ao Estado e à Sociedade [que] pode ser de indiferença, tolerância ou hostilidade, já que não tem interesse em controlar e incorporar estas formas de vida social – pelo contrário, tendem a evitá-las; sua meta normalmente é ou tolerar a presença destas instituições sociais ao lado de sua própria organização ou mesmo substituir aquelas por esta (TROELTSCH, p. 134).

Aqui é importante destacarmos que a TFP assumiu uma atitude de intolerância ao mundo, à sociedade e posteriormente à própria Igreja Católica, a qual, dizia estar totalmente submissa, mas, no entanto, a julgava negativamente, bem como à sua hierarquia.

A TFP, portanto, não desejou destruir a instituição Igreja (oficialmente a defendia), mas tentou mostrar que os verdadeiros católicos estavam com ela e com Plínio.

(...) as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural (BOURDIEU, p.57).

As palavras de Bourdieu representam bem as práticas de diversos grupos religiosos, sobretudo a TFP, que através de suas campanhas, livros, artigos, revistas, tentou criar, de maneira sutil, uma atmosfera de rebelião à hierarquia da Igreja, trazendo para si a imagem de uma instituição puramente católica, fiel aos ensinamentos de sempre, devotos de Nossa Senhora e de grandes defensores da Igreja contra seus “temíveis” inimigos que, muitas vezes, estavam dentro de sua própria hierarquia. Vendo e denunciando defeitos, heterodoxias, falhas, em tantos grupos e na própria hierarquia, parecia que realmente, somente a TFP ainda era fiel, somente nela se praticava a “verdadeira fé católica”. Sobre alguns casos específicos envolvendo esta visão da TFP, trataremos no cap. 3, quando trataremos dos diversos casos de ex-membros que denunciaram e trouxeram à tona os fatos ocorridos internamente nas sedes da instituição.

A Igreja Católica foi e é a denominação cristã majoritária em nosso país, já esteve ligada ao Estado, mas mesmo após a República, continuou sendo a Igreja da maioria dos brasileiros, com maior destaque na mídia e em eventos civis. Sem dúvida foi também, além de Igreja das massas, a Igreja das elites dominantes.

A TFP, ou melhor, o comportamento da TFP, segundo a definição de Troeltsch, nos leva a considerá-la uma seita, embora não se encaixe perfeitamente nas características enumeradas por ele, nem por Bourdieu ou outros autores que tentaram definir com precisão o termo seita. É um termo variável, além de que, em nosso país, o termo adquiriu uma conotação pejorativa, que não desejamos que tenha neste trabalho.

A TFP esteve em torno de um “profeta”, porém, como uma instituição hierarquicamente organizada e sem o interesse claro de se separar da Igreja Católica.

Com a morte do “profeta”, a instituição se dividiu, mas não se extinguiu e fez surgir um novo “profeta”, “herdeiro” de Plínio, agora oficialmente ligado à hierarquia.

Portanto, nem sempre existem características muito claras que possamos tomar por base para definirmos uma seita. A própria Igreja pode, e já o fez, oficializar movimentos sectários como sendo novos movimentos religiosos a ela ligados e assim diminuir o choque das divisões. Talvez aqui possamos enquadrar a TFP e a nova instituição que dela surgiu: Arautos do Evangelho, em torno de João Scognamiglio Clá Dias.

Voltemos novamente a Troeltsch

(...) a seita é uma comunidade de voluntários, cujos membros entram para ele por livre e espontânea vontade. Assim, a própria existência da seita depende do serviço individual e da cooperação; como membro independente, cada indivíduo tem seu papel dentro do grupo; o vínculo que os une não é conferido indiretamente através da posse comum da graça divina, porém é diretamente realizado nos relacionamentos individuais da vida (TROELTSCH, p. 141).

A TFP congregou seus afiliados, sobretudo os jovens, pela prática esportiva principalmente, como o judô, e nestes encontros aproveitavam para “catequizar”. Falavam que o passado medieval era melhor, que a Igreja Católica era a melhor e mais que isso, falavam de Plínio, sua vida, sua obra, um herói e que por isso tantos jovens o seguiam. Esse discurso afastava muitos que estavam ali apenas pelo interesse esportivo, mas cativou e converteu outros tantos, que, a priori, entraram para o movimento voluntariamente, ainda que vítimas de algo que popularmente chamamos de “lavagem cerebral”. Portanto cabe aqui ressaltarmos também que algumas destas atitudes foram muito comuns também em ordens e congregações religiosas que recrutavam adolescentes em suas casas de formação para prepará-los para a vida religiosa e/ou sacerdotal, isto é, um “culto” ao superior da comunidade, ao fundador, como pessoas especiais, assistidas pela “graça” divina, com dons dados especiais dados a ela, para fundar ou simplesmente para ocupar determinando cargo. Poderíamos então considerar que a TFP apenas seguiu aquilo que instituições anteriores a ela também praticaram, porém, com menos exageros no tocante ao culto ao fundador.

Na seita, o progresso espiritual não depende da concessão objetiva da Graça através do Sacramento, e sim do esforço individual; (...). Isto não quer dizer que o espírito de

companheirismo seja enfraquecido pelo individualismo; pelo contrário, é fortalecido, pois cada indivíduo prova que tem o direito de pertencer ao grupo pelos serviços que presta a ele. É, no entanto, naturalmente uma forma limitada de companheirismo, e o dispêndio de tanta energia gera uma certa indiferença em relação a outras formas de companheirismo baseadas em interesses seculares; por outro lado, todos os interesses seculares são atraídos para dentro dos limites estreitos da seita e testados com base nos padrões dela, na medida em que tais interesses possam ser assimilados pela seita (TROELTSCH, p. 141).

Como Troeltsch comenta, e os fatos nos levam a concordar, as seitas, diferentemente das Igrejas, tem maiores dificuldades em concordar com a realidade social nas quais estão inseridas.

A TFP não foi exceção neste caso, pois sempre pareceu ser uma instituição saudosista, vivendo de um passado glorioso que julgava ter existido e sobre este passado alicerçou toda sua pregação e ensinamento, seja no campo religioso, político, social e até econômico.

Os artigos, livros e comentários de autoria de Plínio, muitas vezes se prestaram a uma análise da realidade mundial e brasileira e quase sempre com conclusões desoladoras sobre a realidade, pecados (inclusive no seio da Igreja), imoralidade, Modernismo e sobretudo a Reforma Agrária, acompanhada por greves, movimentos sociais de esquerda, enfim, sempre uma visão caótica da realidade.

Deste pessimismo é que a TFP criou no fim dos anos 80 a campanha “Vinde Nossa Senhora de Fátima, não Tardeis!” com a finalidade de converter os brasileiros para o “reino vitorioso” do Imaculado Coração de Maria (alusão à suposta aparição de Nossa Senhora em Fátima no ano de 1917), mas que foi uma campanha que arrecadou muito dinheiro através de doações.

Vale lembrar que a TFP sobreviveu sempre através de doações de cooperadores ou mesmo de simpatizantes, pessoas de todas as classes que, muitas vezes, contribuía por ser um “movimento de Igreja”, de devotos de Nossa Senhora... Estas pessoas eram geralmente as mais simples e mais pobres, portanto, as menos favorecidas pelo discurso da TFP, que ensinava que a sociedade deveria ser hierárquica, dando grandes privilégios para as elites tradicionais e nobrezas.

Não duvidamos que todo o interesse de Plínio, e depois da TFP, em prol de uma sociedade de privilégios, da defesa intransigente da propriedade privada, de valores medievais em relação às elites, tinham na verdade um interesse financeiro, já que, segundo ex-membros do movimento, Plínio, a partir de 1960, não mais exerceu a advocacia e vivia apenas da renda arrecadada pela TFP, sendo uma vida de luxo, em sedes ricamente decoradas, em tudo lembrando antigas construções européias, além de freqüentar bons restaurantes, viajar pela Europa com relativa freqüência, possuir carros novos e caros, entre outros...

Plínio era admirador de uma “Igreja Católica” muito distante, de uma sociedade estamental, mas não podemos negar que ele se apoiou justamente em documentos da Igreja para reforçar seu discurso elitista e arrogante.

Segundo Bourdieu,

Em uma sociedade dividida em classes, a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas próprias aos diferentes grupos ou classes, contribui para a perpetuação e para a reprodução da ordem social [foi o caso da Igreja Católica] (...) ao contribuir para consagrá-la, ou seja, sanciona-la e santifica-la. Tal sucede porque no momento mesmo em que ela se apresenta oficialmente como una e indivisa, esta estrutura se organiza em relação a duas posições polares, a saber: 1) os sistemas de práticas e de representações (...) tendentes a justificar a hegemonia das classes dominantes; 2) os sistemas de práticas e de representações (...) tendentes a impor aos dominados um reconhecimento da legitimidade da dominação fundada no desconhecimento do arbitrário da dominação e dos modos de expressão simbólicos da dominação (por exemplo, o estilo de vida bem como a religiosidade das classes dominantes), contribuindo, desta maneira, para o esforço simbólico da representação dominada do mundo político (...) (BOURDIEU, p. 53).

A Igreja Católica realmente, como já aludimos, deu durante quase toda sua história grande apoio ideológico e teórico para justificar a riqueza de poucos sobre a miséria de muitos. As obras de Plínio mostrarão bem isso: hierarquia social, política, eclesiástica e até celestial. Cada indivíduo, cada ser, tem seu papel na sociedade, no mundo e lutar para mudar isso seria ir contra aquilo que o Criador estabeleceu. Este discurso, usado pela Igreja e por Plínio, serviu e ainda pode servir para conformar os anseios das classes menos favorecidas, para que de fato acreditem que sua situação de

carência reflete a vontade de Deus e que as classes devem conviver harmoniosamente, cada um no seu lugar, no seu papel social. Acreditamos que este discurso e que as campanhas encabeçadas por Plínio e a TFP, sobretudo aquelas contra a Reforma Agrária, tenham lhe rendido bastante dinheiro por parte de doadores proprietários de terra, que viram nas campanhas da TFP uma aliada contra a Reforma Agrária e posteriormente contra o MST. Para “salvar” os “pobres” fazendeiros ameaçados pelas ideologias comunistas, a TFP criou, nos anos 80 a campanha “SOS Fazendeiro”, que, entre outras bandeiras de defesa, solicitava mensalmente aos simpatizantes doações em dinheiro para sustentar a campanha e a luta contra a Reforma Agrária.

Todas estas informações nos levam a encarar a TFP como um movimento sectário, aquilo que a Igreja chamou e chama, em sua história, de um movimento cismático, tendencioso à separação. Ao mesmo tempo que fazemos esta observação, paralelamente, temos também a impressão de um acirramento do Ultramontanismo por parte de Plínio e da TFP. Este acirramento, que encantou a muitos saudosistas do catolicismo pré-Vaticano II, talvez tenha sido, pensamos, apenas um “rótulo” mascarando o que na verdade seria mesmo uma seita, embora nunca tenha havido na TFP o desejo de ruptura oficial com a Igreja e sim, o contrário.

Analisaremos com maiores detalhes este tema no próximo capítulo.

Cap. III – TFP: o “Ultramontanismo Sectário”

Nosso objetivo neste capítulo é demonstrar como a TFP se desenvolveu e como, evolutivamente, cristalizou-se como um movimento ultramontano de posições irreduzíveis, chocando-se de “frente” com a hierarquia católica por diversas vezes em sua história, bem como, segundo ex-integrantes, passou a praticar cultos e rituais estranhos à fé católica. Nosso enfoque neste capítulo será estudar a TFP de 1960 (ano de sua fundação) à 1995, ano em que morreu o fundador, Plínio Corrêa de Oliveira.

3.1- O início: 1960- 1964;

Nesse período da história do Brasil, como ainda hoje, se falava muito em Reforma Agrária, políticos se dividiam em opiniões diversas, alguns com forte carisma popular. Na hierarquia católica alguns bispos se manifestavam pró Reforma Agrária, entre eles Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e posteriormente arcebispo de Olinda-Recife. Entre os padres, muitos se manifestaram também a favor, inclusive os dominicanos de São Paulo, o mesmo ocorreu entre leigos ligados a movimentos sociais de inspiração católica, oriundos da Ação Católica “maritanista”, tão depreciada por Plínio.

A TFP, resguardando a tradição católica e defendendo também a economia do país (além da defesa da fé católica, a TFP em seus documentos sempre fez questão de convidar profissionais de áreas técnicas, aquém da catolicidade, para fazerem apertes em suas obras na intenção de mostrar que sua defesa não era apenas de fundo religioso, mas também continha uma preocupação com a economia brasileira e com o bem-estar da população), já nasceu “gritando” que a Reforma Agrária é confiscatória, pecaminosa e que desrespeitava dois mandamentos da “Lei de Deus”: Não Roubar e Não Cobiçar as Coisas Alheias.

3.1.1 – Reforma Agrária – Questão de Consciência;

Preocupado com os rumos do país, Plínio lançou ainda em 1960, em co-autoria com os bispos Antônio de Castro Mayer e Geraldo de Proença Sigaud e com o economista Luiz Mendonça de Freitas, o livro “Reforma Agrária – Questão de Consciência”. Este livro mostrou a inadequação de um processo de Reforma Agrária no Brasil do ponto de vista religioso, da moral católica, já que feria, conforme Plínio demonstrou, diversos ensinamentos pontifícios, mas também, através da última parte do livro, como que a Reforma Agrária poderia ser desastrosa no país sob o enfoque econômico, jogando o país para uma produção agrícola de subsistência e carência.

O lançamento do livro ocorreu em 10 de novembro de 1960, teve divulgação em jornais e até mesmo na TV. Dada a pertinência do tema naquela ocasião, a vendagem do livro superou as expectativas da TFP, o que a mesma considerou um imenso sucesso, gerando polêmicas em diversos setores da sociedade, inclusive nos meios eclesiásticos.

Em junho de 1961, segundo o jornal “O Globo”, *Reforma Agrária – Questão de Consciência (RA-QC)* já era o livro mais vendido do país, 30 mil exemplares vendidos em apenas 7 meses (TFP, p. 67).

3.1.1.1- Repercussão da obra;

Conforme as estatísticas mostram, a obra *RA-QC*, foi aquilo que poderíamos chamar de um *best-seller*, vendeu muito e as repercussões foram diversas.

Entre políticos, muitos se pronunciaram a favor da obra: vereadores, prefeitos, deputados, senadores, além de órgãos de classes, professores, juristas, agricultores e empresários.

A grande “aprovação” à obra certamente foi o convite feito aos autores, seis dias após o lançamento, para que se pronunciassem sobre o assunto em uma reunião da Comissão de Economia da Assembléia Legislativa de São Paulo, onde os autores, bem como a obra, foram aplaudidos e questionados, denotando portanto, da parte da Assembléia Legislativa de São Paulo, respeito pela obra, dado seu discurso metodologicamente organizado e baseado em documentos oficiais, bem como em estatísticas econômicas. É provável que tal obra tenha influenciado as decisões dos membros desta casa de leis...

RA-QC passa a ser utilizada também por proprietários de terras como uma “arma”, repleta de argumentos para se defenderem das investidas dos “esquerdistas” e até do “clero de esquerda”.

Em defesa da Reforma Agrária houve um pitoresco pronunciamento do então secretário de agricultura de São Paulo, José Bonifácio Coutinho Nogueira:

Inoportuna, desde que poderá causar trauma ideológico no espírito dos católicos. Somente D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta está autorizado a falar em nome da Igreja em São Paulo e a ele cabe a última palavra sobre o assunto. Sabemos que a opinião de Sua Eminência é favorável ao projeto [de revisão agrária], conforme manifestação anteriormente feita, bem assim como de outro príncipe da Igreja, D. Hélder Câmara, do Rio de Janeiro. Os autores do referido livro...pertencem a uma parcela de reacionários apegados a sistemas superados (TFP, p. 69).

Causou certa perplexidade, principalmente entre os leitores e admiradores do livro o fato do secretário de agricultura falar sobre a Igreja com uma certa autoridade que não lhe competia, como se de Igreja ele entendesse. O fato é que interessava à hierarquia, sobretudo, camuflar algo que parecia escandaloso, aos olhos dos fiéis, principalmente: membros da hierarquia não se entendiam e caíam em contradição. Porém é notório que o livro *RA-QC* estava perfeitamente de acordo com a Doutrina Social da Igreja, segundo os documentos que Plínio usou, todos antigos, remontando, inclusive, aos papas Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X e Bento XV. Plínio se esquivava em citar documentos que ele julgava tendenciosos ao Modernismo/Comunismo, mesmo que fossem documentos pontifícios! Vale lembrar que nem todos os ensinamentos emanados da Santa Sé são infalíveis, sobretudo os de ordem temporal. A Igreja mudou, muda e certamente ainda mudará durante toda sua existência histórica sua opinião sobre diversos assuntos, conforme o contexto histórico.

3.1.1.2 – Reação de Episcopado à obra *RA-QC*:

Cerca de um mês após o lançamento do livro, chegou ao fim uma reunião do episcopado paulista, nesta, o livro foi o tema principal.

Em 05 de dezembro de 1960, o secretário-geral da CNBB e bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, acompanhado do arcebispo de Vitória e de mais cinco bispos representantes das províncias eclesiais (conjunto de dioceses em torno de uma arquidiocese) do estado de São Paulo foram a TV afirmar que a Reforma Agrária estava de acordo com a Doutrina Social da Igreja sim⁵ e que o Brasil era feliz por estar a caminho da socialização das terras sem conflito armado:

Sentimo-nos felizes de poder afirmar que se trata de um documento [o projeto de revisão agrária] inspirado nos princípios da doutrina social da Igreja. A Providência nos está permitindo, por um processo evolutivo, o que outros países só obtiveram através de revoluções sangrentas.

Mais adiante, se dirigindo aos proprietários rurais Dom Hélder diz:

Ou se tem o bom senso de aceitar o projeto de Revisão Agrária...ou virá a revolução agrária, para a qual já há balões de ensaio no nosso próprio país.

Quando vos disserem que família e propriedade são termos correlatos [precisamente uma das teses defendidas por RA-QC] e daí deduzirem um argumento em favor de vossas propriedades, pensai também nas famílias numerosíssimas sem propriedade (TFP, p. 70).

O pronunciamento dos bispos na TV parece não ter chocado os fiéis católicos por terem contemplado um “racha” de opiniões e posturas na hierarquia, visto que o pronunciamento não alterou a vendagem da obra RA-QC.

Importante notar também que Dom Hélder disse na TV que falava

Expressamente autorizado por todos os Arcebispos e Bispos de São Paulo (TFP, p.70).

Tal fato não se verifica, dado que esteve ausente na reunião Dom Henrique Gelain, bispo de Lins e Dom José Maurício da Rocha, bispo de Bragança Paulista, bem

⁵ Aparece aqui uma divergência de interpretação, bastante notória, entre estes príncipes da Igreja!

como Dom Germano Vega Campón, bispo titular de Oreó, que se manifestaram publicamente a favor do livro.

Estes desacordos de opinião do episcopado levaram, a título de esclarecimento aos fiéis, o Pe. João Bloes Netto, secretário da Diocese de Campos-RJ, a publicar em jornais regionais um artigo que dizia que os bispos podem falar por si com autoridade dada pelo próprio Cristo, mas em caso de divergência, o fiel deveria analisar os fatos à luz do ensinamento oficial da Igreja, emanado do Magistério. Sendo assim, teve-se a impressão que a TFP estava com a razão até aquele momento.

Para maior alegria dos membros da TFP, em 31 de dezembro de 1960, o bispo de Jacarezinho, Dom Geraldo Sigaud, foi nomeado arcebispo de Diamantina – MG. Esta promoção significou confiança da Santa Sé naquele prelado.

É notório que a TFP teve como grande adversária no Brasil a hierarquia da Igreja. Mas esta mesma hierarquia, em outros países, muito a apoiou, favorecendo o surgimento de filiais TFP's em diversas nações. Nem todos os eclesiásticos, portanto, estiveram de acordo com uma Igreja mais voltada para o povo, mais simples, mais em diálogo com o mundo. No Brasil 6 padres estiveram diretamente filiados à TFP, entre eles citamos: Côn. José Luiz Marinho Villac, Pe. Olavo Pires Trindade e Pe. Gervásio Gobato.

3.1.1.3 – A Arquidiocese de Belo Horizonte contradiz a obra *RA-QC*;

Poucos dias antes da queda de João Goulart (golpe militar de 1964), o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, acompanhado dos deputados Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio, estiveram em Belo Horizonte para uma conferência na qual exporiam os planos de Reformas de Base do governo janguista, o que incluía a Reforma Agrária com desapropriação de terras e com o pagamento aos proprietários com títulos da dívida pública, a longo prazo, sendo o valor pago inferior ao real.

O auditório onde deveria ocorrer tal evento estava lotado de pessoas anti-reforma agrária e a mesa na qual deveriam assentar-se os palestrantes estava também ocupada por senhoras de famílias tradicionais de Belo Horizonte portando nas mãos rosários ou terços!

O evento não ocorreu, dado que não havia “clima” para isso.

No dia seguinte a Ação Católica de Belo Horizonte divulgou na imprensa local ferrenha crítica à atitude conservadora da população e insistiam que os católicos não deveriam temer a Reforma Agrária. Este pronunciamento continha a aprovação de então arcebispo coadjutor de Belo Horizonte, Dom João Rezende Costa. Mais uma vez caem em contradição as opiniões da hierarquia da Igreja no Brasil.

Acreditamos que foi e ainda hoje é, para o católico do povo, pessoa simples, adaptar-se às mudanças advindas com uma nova concepção de Igreja, ou seja, com a nova visão de mundo adotada pela Igreja. Neste caso ocorrido em Belo Horizonte, nota-se que as pessoas que participaram, maioria mulheres, eram piedosas senhoras, católicas praticantes, que cresceram em uma Igreja que criticava a Reforma Agrária, o Comunismo ou qualquer coisa que lembrasse o Socialismo. Nesta ocasião elas fizeram aquilo que a Igreja sempre ensinou: protestar e evitar o Comunismo, ainda que fosse através da reza do terço e das devoções diversas. Causou grande surpresa a aprovação de Dom Rezende aos políticos supracitados que eram considerados comunistas ou de esquerda naquela época, ao menos popularmente.

3.2- 1964- 1970;

Após o golpe de 1964 (queda de Jango) os ideais agro-reformistas continuaram vivos e em abril de 1964, (...) *uma lei de reforma agrária de caráter fortemente dirigista, a qual importava em considerável mutilação do direito de propriedade* (TFP, Um Homem...p. 81), é apresentada ao Congresso. Mais uma vez a TFP se manifesta através dos autores de *RA-QC*. A TFP entrega ao governo federal (o presidente da república era o Gal. Castelo Branco), à Câmara e ao Senado um novo estudo, baseado na obra *RA-QC*, alertando que após o golpe, continuar falando e agindo em prol de uma Reforma Agrária seria dar vitória a Jango, um “Janguismo sem Jango”, como a TFP intitulou.

Mais uma vez a TFP entra em cena e como a única voz que aponta, mesmo no regime militar, resquícios do socialismo na política.

Novamente a intervenção da TFP pareceu ter dado certo: a propositura já aprovada na Câmara foi barrada no Senado.

3.2.1- Grave atrito entre a TFP e a hierarquia católica brasileira: a TFP acusa os frades dominicanos de serem terroristas;

No dia 04 de novembro de 1969 foi morto em São Paulo, pela polícia, o guerrilheiro Carlos Marighela, acusado pelo regime militar de ser terrorista. No momento de sua morte ele se aproximava de dois religiosos dominicanos. Eles haviam marcado um encontro, previamente agendado através da Livraria Duas Cidades, dirigida pelos dominicanos (TFP, Um Homem... p. 90).

Tal fato provocou uma reação imediata da TFP, que alegando ser um fato escandaloso dois religiosos manterem contatos e amizade com um terrorista de alta periculosidade, chocando a população católica brasileira.

A TFP exigiu investigações, no campo eclesiástico, por parte da CNBB, para que a infiltração comunista fosse extirpada da Igreja o quanto antes, porém nenhuma atitude foi tomada pela CNBB.

3.2.2- Junho de 1969: uma bomba explode na TFP;

Quatorze dias depois do assassinato de Marighela e da denúncia da TFP contra os frades dominicanos, um oratório é inaugurado no jardim da sede principal da TFP na rua Martim Francisco, em São Paulo.

Em junho de 1969, durante uma campanha da TFP contra o “progressismo” católico, uma bomba foi detonada, durante a madrugada, na referida sede da TFP, destruindo parte da fachada do prédio, bem como mutilando uma estátua de Nossa Senhora que ali se encontrava. Ninguém se feriu.

A reinauguração do oratório e do prédio marcou o nascimento de uma piedosa iniciativa da TFP: o novo oratório contendo a imagem mutilada de Nossa Senhora, a partir daquele dia, durante todas as noites, ininterruptamente, dois membros da TFP passaram a se revezar em vigília e oração diante da referida imagem. Interessante notar que a notícia da bomba não foi divulgada nos grandes jornais da época e desconhecemos que algum de menor porte o tenha feito, apenas a inauguração do oratório, meses depois, é que constou na *Folha de São Paulo*, de 27/04/1970, em artigo escrito por Plínio, intitulado *Maio-1970: Dois Jovens Rezam por Você*, publicado na pág. 02 do referido jornal.

3.2.3- O Concílio Vaticano II e a TFP;

O Concílio Vaticano II foi aberto pelo papa João XXIII em 1962 e encerrado por Paulo VI em 1965.

Este concílio teve por finalidade “atualizar” a Igreja e seus procedimentos no mundo contemporâneo, isto é, levar a Igreja ao diálogo com o mundo contemporâneo, o que significa dialogar com a “modernidade” e com as novidades por ela trazida.

O concílio marcou profundamente a história da Igreja, justamente porque assinalou uma mudança de postura da mesma. O Vaticano II não foi um concílio dogmático, não proclamou nenhum novo ensinamento advindo da Tradição do Magistério, se apresentou como um concílio pastoral.

Com o Concílio Vaticano II, iniciado no pontificado de João XXIII (1958-1963), a Igreja Católica reconcilia-se com a cultura moderna. As imagens tradicionais da Igreja como ‘sociedade perfeita’ foram substituídas por imagens como povo de Deus, como serva e como símbolo de salvação do mundo (ALTOÉ, p. 46).

Segundo Mainwaring,

As encíclicas de João XXIII, tais como *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) modificaram o pensamento católico oficial. Ambas desenvolveram uma nova concepção da Igreja, mas em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social (MAINWARING, p.62).

Notamos que a Igreja deixou de lado a idéia de sociedade perfeita e se colocou como uma Igreja peregrina.

Um dos principais documentos do concílio, *Lumen Gentium* (A Luz dos Povos),

(...) abandonou a compreensão jurídica e defensiva da Igreja, colocando no centro de sua doutrina a noção de Povo de Deus, que abrangia tanto o clero quanto o laicato. Essa concepção retirou a compreensão da natureza da Igreja das categorias rigidamente hierárquicas, permitindo uma asserção nova, radical e mais positiva do papel dos leigos na vida da Igreja (ALTOÉ, p.47).

Outro documento marcante do concílio foi *Dignitatis Humanae* (Da Dignidade Humana) que trata da liberdade do homem, da liberdade de culto e de consciência. Segundo Giacomo Martina, este documento dá ao indivíduo o direito de :

(...) escolher entre as diferentes religiões, entre a verdade e o erro; não esquece a obrigação de todo homem de procurar a verdade, mas lembra que essa procura deve ser conduzida com liberdade. A *Dignitatis Humanae* reconhece portanto a liberdade de culto público, de propaganda, de associação, mas reafirma também os limites dessa liberdade, ilícita quando se violam os direitos dos outros; de outra parte, condena toda forma de discriminação jurídica por motivos religiosos (ALTOÉ, p.47).

É notório que os documentos do Vaticano II tratam de assuntos relativos a questões sociais típicas do mundo contemporâneo ocidental que contempla as liberdades individuais em seus códigos civis. São noções que remontam à Revolução Francesa, e portanto, condenadas veementemente pela Igreja.

A reação da TFP aos documentos do concílio foi de aversão. Como seria possível o concílio contradizer o ensinamento dos outros papas? Isto é possível? Pode um papa contradizer outro em questão de fé e moral? Não, a própria Igreja ensina que não, bem como, somente um papa pode declarar outro como herege. A TFP nunca disse abertamente que algum papa pós 1960 fosse herege, mas apenas se colocou como denunciadora de contradições em seus discursos, sobretudo os de Paulo VI (1963-1978). Cabe lembrar aqui que o Concílio Vaticano II não foi um concílio dogmático, não proclamou nenhuma verdade de fé, foi sim um concílio pastoral, conforme declarou o papa que o abriu, João XXIII (1958-1963). Sendo assim, o Vaticano II não se chocou com nenhum dogma de fé, e nem quis fazê-lo, pois foi um concílio pastoral.

3.2.3.1 – Plínio Corrêa em Roma durante o concílio;

Segundo Valle⁵, Plínio e alguns membros jovens da TFP, inclusive os príncipes da Casa Imperial Brasileira, Dom Luís e Dom Bertrand de Orleans e Bragança, permaneceram em Roma durante parte do concílio, divulgando, em idiomas diversos, através de panfletos, a TFP brasileira e sua luta ultramontana contra as ameaças do Comunismo e do Modernismo no mundo e na Igreja. Eles estavam, portanto, na contra-mão do concílio.

A TFP e Dom Sigaud precisamente, lideraram um movimento entre bispos conciliares mais conservadores para que resistissem aos apelos de mudanças na Igreja. Esta instituição formada por bispos conservadores se intitulava *Coetus Internationalis Patrum* (Severa Assembléia Internacional) e dela fizeram parte o próprio Dom Sigaud, Dom Antônio de Castro Mayer, Dom Francisco Borja do Amaral (bispo de Taubaté – SP) e Dom Marcel Lefebvre, francês, e o maior porta voz da ala conservadora conciliar.

Lefebvre apresentou o concílio como a maior tragédia que a Igreja tinha sofrido e que estava na raiz direta da desastrosa situação da Igreja. Para o pensamento integrista, o Vaticano II representou a aceitação dos princípios revolucionários da Revolução Francesa e os aplicou na estrutura eclesial.

Como adotou princípios da Revolução Francesa, o Concílio é apresentado como o “golpe de mestre de Satanás”. O arcebispo francês argumenta que Lúcifer inoculou os erros revolucionários no corpo da Igreja, fazendo-a propagar e defender com sua autoridade os princípios que teria obrigação de combater e condenar.

É importante ressaltar como o pensamento de Lefebvre segue a mesma linha de raciocínio de Plínio Corrêa de Oliveira. Como fez este último em “Revolução e Contra-Revolução”, o arcebispo francês observa um processo revolucionário que mina os valores cristãos, iniciado na Reforma Protestante e que deságua no Comunismo (ALTOÉ, p. 48).

Em junho de 1988, na Suíça, Dom Lefebvre sagrou quatro bispos a revelia de Roma e teve como co-sagrante Dom Antônio de Castro Mayer. Ambos e os quatro novos bispos foram excomungados por João Paulo II. Hoje, o grupo de Campos, outrora

⁵ Os fatos que aqui relatamos são de nosso conhecimento graças a uma entrevista informal concedida pelo Pe. João Edênio dos Reis Valle, membro da Sociedade do Verbo Divino (a mesma de Dom Sigaud), e que participou do Concílio Vaticano II como tradutor.

liderado por Dom Mayer encontra-se em plena comunhão com a Santa Sé e estão erigidos canonicamente como Administração Apostólica, tendo como administrador apostólico o bispo Dom Fernando Arêas Rifan.

O grupo ligado a Dom Lefebvre, Fraternidade Sacerdotal São Pio X, continua, ao menos oficialmente, sem comunhão com Roma e também estão sediados no Brasil, como uma província, na cidade gaúcha de Santa Maria.

A campanha liderada pela TFP durante o Concílio Vaticano não fez sucesso, dado que as idéias por ela combatidas se tornaram a interpretação da maioria conciliar, o que mudou os rumos pastorais da Igreja e sua maneira de entender a sociedade contemporânea. Plínio retornou ao Brasil sem conseguir mudar os rumos da Igreja, como talvez tenha sonhado. Os rumos tomados pela Igreja e pela TFP passaram a ser cada vez mais distintos, sob a profissão da mesma fé!

Conforme já analisamos no capítulo I, graças à Ação Católica Brasileira, os leigos passaram a ter maior participação na vida da Igreja, inclusive nas atividades paroquiais. A partir dos anos cinquenta, mas sobretudo a partir do fim do Concílio, os movimentos sociais ligados à Igreja começam a crescer em número e em atividades. Muitos deles foram acusados de serem inspirados no Marxismo.

A corrente católica brasileira engajada socialmente que surgia neste período sofreu uma significativa influência da Igreja Católica francesa à qual ligou-se progressivamente desde o século XIX, principalmente a do padre Lebret, (...) e a dos dominicanos Congar, Chenu e Cardonnel.

O padre Lebret insistia no problema da pobreza e nas condições infra-humanas de vida das populações das favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, colocando em questão a lógica capitalista. O prelado (sic) francês também foi importante para “desdiabolizar” o marxismo aos olhos de muitos católicos brasileiros. Lebret não era marxista, a civilização de seus sonhos opunha-se ao capitalismo e ao socialismo, e contribuiu para libertar estudantes e intelectuais do temor ao marxismo.

Os dominicanos por sua vez, eram, nos anos 50, a parte mais avançada do catolicismo francês. Alguns de seus teólogos mais conhecidos como os padres Chenu e Congar tiveram atritos com Roma por defenderem os padres operários. Thomas Cardonnel, também dominicano, através de uma breve permanência no Brasil – de dezembro de 1959 ao final de 1961 – promoveu um impacto na esquerda católica. Em suas conferências denunciava a

“blasfêmia estrutural” representada pelo contraste entre os barracos das favelas e o luxo dos bancos, que chamava de palácios onde se acumulava dinheiro (ALTOÉ, p. 49).

Esta linha de pensamento influenciou o surgimento na América Latina do movimento conhecido como Teologia da Libertação, que envolveu e muito toda a vida da Igreja na América Latina, de maneiras diferentes, pois embora muitos leigos, padres e bispos, bem como congregações religiosas tenham optado por esta linha teológica, a resistência também houve, não só da parte da TFP e de outros grupos conservadores e/ou tradicionalistas, mas também do pentecostalismo católico, conhecido como Renovação Carismática Católica (RCC).

Os princípios básicos defendidos pela Teologia da Libertação são:

(...) a luta contra a idolatria do mercado como inimigo principal da religião; a libertação humana histórica como a antecipação da salvação em Cristo; uma nova leitura da Bíblia, enfocando passagens como a do Êxodo, que é vista como paradigma da luta de um povo escravizado por sua libertação; uma forte crítica moral e social ao capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo; o uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender a pobreza e, finalmente, a opção preferencial pelos pobres (ALTOÉ, p. 49)

Destacamos como os grandes escritores brasileiros deste movimento o ex-frade franciscano Leonardo Boff, seu irmão Fr. Clodovis Boff da Ordem dos Servos de Maria e Fr. Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Beto), da Ordem dos Pregadores, os dominicanos.

Com o fim do Concílio e com a proliferação da Teologia da Libertação em muitas dioceses brasileiras, a TFP ergueu mais uma bandeira em defesa da fé católica de sempre e acentuou cada vez mais, com suas atitudes, sua discrepância e separação da hierarquia católica.

3.3 – 1970 – 1979;

3.3.1 – TFP enfrenta a burguesia “sapa”;

Durante os anos de “chumbo” da ditadura militar (1964-1985) parecia que qualquer movimento socialista havia desaparecido do país. A TFP alegava que não, acreditava que de maneira sutil e perversa os defensores do comunismo continuavam de espreita para atacarem no melhor momento e enquanto este não chegava, acreditava a TFP, os movimentos de esquerda, camuflados, atentavam a todo tempo contra ela, a “guerreira” contra o Comunismo. Estes ataques visariam destruí-la, por ser ainda a única entidade a combater o Comunismo em seu próprio nome e em nome da Igreja, embora esta (sua hierarquia no Brasil) nada fizesse para estimular o fim do Comunismo, ao contrário, estimulava as práticas comunistas, sobretudo o arcebispo de Olinda – Recife, Dom Hélder Câmara.

Em um folheto universitário paulistano, escreveu um anônimo:

São Paulo foi assaltada por anjos medievais. Ficção científica? Alucinação dantesca? Realidade pura. De repente, surgidos das entranhas obscuras da mitologia, eles invadem as ruas, dominam as praças, fixam posições de ataque,... Não podemos negar que há certa beleza imemorial nesses estandartes que lembram leões dourados em campos vermelhos. Mas é absolutamente incompreensível que eles ainda tremulem em nossos céus, galhardamente erguidos por paladinos cuja envergadura mental recorda, pelo seu sectarismo, a estreiteza medieval... (TFP, Um Homem... p. 96).

Este seria um exemplo de um “sapo”. O Comunismo, segundo a TFP, estava muito vivo e disfarçado no país. Mas a classe burguesa achava que não, acreditava que o rigor da ditadura militar contra os movimentos de inspiração socialista havia abafado qualquer idéia revolucionária. A TFP insistia que não, e continuava a lutar contra este Comunismo velado. Contra a TFP surgem os burgueses inocentes que a atacam porque não percebiam a existência deste Comunismo velado. Esta seria a burguesia “sapa”, apelido criado dentro da TFP, para se referir àqueles que ao invés de colaborarem com a TFP, não viam mais razão de ser para ela existir. Estes “sapos”, geralmente abraçariam o sistema capitalista-liberal de vida, incluindo a secularização, o despeito pelos valores morais católicos e pela vida de santidade. Na visão da TFP, essa elite burguesa nada tem a ver com as elites tradicionais, análogas à antiga nobreza feudal que ocupava seu lugar na sociedade, zelando pela manutenção da perfeita ordem harmônica estamental e em comunhão com os príncipes e com a hierarquia católica.

3.3.2 – TFP enfrenta o “anti – anticomunismo” eclesiástico;

No início dos anos 1970 a TFP enfrentou a oposição católica. Isto soa estranho, uma instituição que professava a fé católica, recebendo oposição da própria Igreja Católica! Sim, a TFP no início dos anos 1970 tornou-se cada vez mais distante da hierarquia, da CNBB, da realidade de Igreja no Brasil. Diminuiu cada vez mais o número de eclesiásticos simpatizantes e crescia o número daqueles que a criticavam.

3.3.2.1 – O caso Dom Eugênio Sales;

Em 1970, Dom Eugênio Sales, arcebispo de Salvador, em pronunciamento público atacou veementemente a TFP e defendeu, contra os ataques da mesma entidade, o arcebispo de Olinda – Recife, Dom Hélder Câmara. Dom Hélder havia sido chamado de “bispo vermelho” por Plínio em escritos diversos.

Plínio reagiu com argumentos escritos, publicados em diversos jornais do país e na revista “Catolicismo” (novembro de 1970). Dom Eugênio não replicou, sepultando assim mais este contra-tempo público envolvendo a TFP⁶.

3.3.2.2 – Dom Sigaud rompe relações com a TFP;

Marcou profundamente a TFP em 1970 o afastamento de um de seus fundadores e diretor: Dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina.

Desde 1969 vinha se acentuando certas diferenças ideológicas de Dom Sigaud com a TFP, ou seja, com Plínio. Uma delas seria a questão da reforma litúrgica, que apesar de não ser um assunto inerente à TFP, a mesma sempre simpatizou e apoiou os padres que mantinham o uso do missal editado em 1963 por João XXIII, sem as reformas radicais operadas por Paulo VI a partir de 1966.

Além da questão litúrgica, o principal motivo do rompimento de relações foi um pronunciamento de Dom Sigaud favorável à Reforma Agrária, dentro de certas circunstâncias criadas pelo governo Médici. Dom Sigaud, questionado por Plínio,

⁶ Folha de São Paulo, 09 e 10/10/1970, p. 02; O Globo, 14/10/1970, p.03.

declarou sua nova postura e também acrescentou que a TFP já havia feito muito pelo Brasil, mas agora já estava até atrapalhando.

A TFP não divulgou publicamente sua ruptura com Dom Sigaud, mas este o fez, por questão de consciência e porque,

(...) não podia deixar de ajudar o governo ou ser contra o Papa (TFP, Um Homem... p. 98).

3.3.2.3 – 1976: *A Igreja ante a Escalada da Ameaça Comunista – Apelo aos Bispos Silenciosos*;

Com este título, em 1976, Plínio lançou mais um livro pela Editora Vera Cruz (editora de propriedade da TFP).

Este livro, alegou Plínio, foi necessário para que os verdadeiros católicos clamassem aos seus pastores para que estes atacassem diretamente o Comunismo e suas práticas.

A contenda que inspirou este livro iniciara-se no ano anterior quando o governo brasileiro expulsou do país, acusado de ser subversivo, o Pe. Francisco Juntel, francês, que atuava na Prelazia⁷ de São Félix do Araguaia – MT. O então prelado de São Félix, Dom Pedro Casaldáliga, espanhol, também tem sua permanência no Brasil questionada por ter defendido o Pe. Juntel e por seus discursos, também considerados subversivos. Dom Casaldáliga ganhou a inimizade da TFP, que nunca poupou esforços em mostrá-lo como subversivo e socialista.

O livro *A Igreja ante a Escalada...*, obteve quatro edições, somando ao todo 51 mil exemplares, foi duramente criticado por bispos brasileiros, entre eles: Card. Dom Frei Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo; Dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria; Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda-Recife.

Generalizadamente, também se pronunciou contra o livro o episcopado da Província Eclesiástica de São Paulo. O pronunciamento do episcopado paulista figurou posteriormente no *L'Osservatore Romano*, órgão oficial de notícias do Vaticano.

⁷ Prelazia são circunscrições eclesiais em campos missionários, normalmente, tendem a se transformarem em dioceses. Os prelados, administradores de uma prelazia, podem ser bispos ou não.

O clima parecia desfavorável à TFP, porém, em fevereiro de 1977, em Itaici, o assunto retornou, inclusive à mídia, de maneira desfavorável à TFP. Dom Sigaud acusou, em Itaici, durante a XV Assembléia Geral da CNBB, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, de serem os responsáveis pela infiltração comunista na Igreja. Juntou-se a Dom Sigaud, Dom José Pedro Costa, arcebispo coadjutor de Uberaba.

Em entrevista ao Jornal do Brasil (08/05/1977), Plínio comentou que esperava alguma atitude concreta da Santa Sé em relação às denúncias sobre estes dois bispos acusados de serem coniventes com o Comunismo.

De fato, a Santa Sé nomeou o arcebispo de Teresina, Dom José Freire Falcão, para que estudasse o caso e mantivesse a Santa Sé informada. O caso caiu no esquecimento, e nenhuma medida concreta foi tomada pela Santa Sé, até porque grande parte do episcopado brasileiro apoiou diretamente os dois bispos acusados. Entre eles: Card. Dom Frei Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo; Dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre; Dom Frei Adriano Mandarino Hypólito, bispo de Nova Iguaçu; Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo-auxiliar de São Paulo; Dom Cândido Padim, bispo de Bauru; Dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria; Dom João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte; Dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa; entre outros. Também a Cúria Arquidiocesana de Olinda – Recife.

Em 1978, novamente a TFP volta à mídia, agora no programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão. Foram duas reportagens em dois domingos consecutivos que apresentavam o Pe. Olavo Pires Trindade, da Diocese de Campos, como sendo retrógrado, ultraconservador, etc.

Tal exposição não se deteve somente ao Pe. Trindade, mas se estendeu a outros membros do clero campista, inclusive ao bispo diocesano, Dom Antônio de Castro Mayer.

Realmente, até 1981, os “ares” do Vaticano II não haviam penetrado a Diocese de Campos. Dom Antônio manteve o seminário diocesano, bem como as paróquias, a liturgia, tudo conforme as orientações da Igreja pré-conciliar. Missas segundo o missal de 1966 (Paulo VI) e no vernáculo, somente em igrejas administradas por padres do clero regular, isto é, religiosos ligados à alguma congregação. O clero secular continuava intransigente e defendendo a tradição. A TFP, até então, estava intimamente

ligada a Dom Mayer e tinha, da parte dele, total liberdade para trabalhar na formação ideológica da juventude masculina daquela diocese.

3.4 – 1980 – 1988;

3.4.1 – O conturbado ano de 1980;

Em 1979 ocorreu a Revolução Socialista da Nicarágua. Assumiu o poder o chamado “Movimento Sandinista”, inspirado e apoiado pelo clero daquele país.

Plínio alegou que o que ocorria neste país da América Latina era fruto da Teologia da Libertação. Tal governo, nos moldes cubanos, criou sérias barreiras ao capitalismo e à propriedade privada naquele país.

Em fevereiro de 1980 aconteceu em Taboão da Serra o “Congresso Internacional Econômico de Teologia”, do qual participaram 160 pessoas (leigos, religiosos, padres, bispos e alguns pastores protestantes), todos ligados à Teologia da Libertação. O tema do congresso foi “Eclesiologia das Comunidades de Base”.

Paralelamente a este congresso, acontecia na PUC-SP a Semana de Teologia, com sessões noturnas no TUCA (Teatro da Universidade Católica) e neste evento, no dia 28 de fevereiro, aconteceu o que a TFP chamou de “Noite Sandinista”.

Este evento foi marcado pela presença de líderes socialistas da Nicarágua e do Brasil, juntos, pela socialização brasileira.

Nas fotos se podia ver o auditório do TUCA todo ocupado por uma platéia ululante, onde não faltavam os punhos cerrados (típica saudação comunista), sob os olhares comprazidos de religiosas de mini-hábito. Frei Betto, o conhecido dominicano condenado pela justiça brasileira por sua participação na guerrilha urbana de Carlos Marighela, presidia a sessão. Ao seu lado, importantes figuras da Revolução Sandinista: o pró-homem da Junta, Daniel Ortega; o chanceler nicaraguense, Padre Miguel d'Escoto; o “capelão” da Revolução, Padre Uriel Molina, e mais três participantes da guerrilha sandinista (TFP, p. 138).

A TFP, que gravou toda a sessão em fitas de áudio, pôde destacar posteriormente, através da revista *Catolicismo* as palavras de Dom Casaldáliga: Eu me sinto, vestido de guerrilheiro, como me poderia sentir paramentado de padre.

E assegurou que ia (...) tratar de agradecer esse sacramento de libertação [o uniforme de guerrilheiro que recebera] com feitos, e se for preciso, com o sangue (TFP, p. 138).

Dom Evaristo Arns: A coisa apenas começou... vejam esta pergunta: - Chega de teologia e vamos à prática: onde estão os grupos que vão para a Nicarágua aprender? Eu respondo: Sei que, em São Paulo, há grupos se preparando e de malas prontas para partir. Até com a permissão do Arcebispo de São Paulo... (TFP, p. 139).

Também em 1980, os metalúrgicos da região do ABC entraram em greve por melhores salários. Liderando a greve estava Luís Inácio da Silva, vulgo Lula, tendo como seu “assistente” um membro da “esquerda católica”: Frei Betto.

Em 22 de abril, a CNBB, através de uma nota oficial, diz que esta greve representava um movimento de todo o operariado, e portanto, aprovou a mesma.

A TFP não via como prática cristã as greves, considerava sim, que estas faziam parte da “máquina” do Socialismo para corromper a Civilização Cristã e levar ao erro os operários.

Dois dias depois, Plínio comentou na *Folha de São Paulo*, estes acontecimentos:

Essas autoridades consentem, em que numerosos eclesiásticos façam de sua influência religiosa, bem como do sagrado e prestigioso recinto de vários templos, um uso contínuo para incentivar movimento reivindicatório que abarca, em uma promíscua efervescência, tanto comunistas quanto brasileiros amigos da ordem e do bom senso (OLIVEIRA, Folha de São Paulo, 25/04/1980, p.2).

Cada vez mais parecia que a TFP se distanciava da hierarquia eclesiástica, a vivência e a prática da Igreja do Brasil não era, absolutamente, a prática da TFP.

O ano de 1980 marcou também a história da TFP por parte de seus inimigos que a injuriavam, conforme ela mesma afirmou. Muitos boatos que denegririam qualquer insituição, a TFP as sofreu, porém, nada foi comprovado e alguns casos, como o que

comentaremos a seguir, não surtiram resultados positivos na justiça comum, sendo então arquivado.

Em Teófilo Otoni – MG, o jornal “Tribuna do Mucuri” noticiou que a TFP e fazendeiros da região estavam adquirindo armas para lutarem e atacarem comunistas e eclesiásticos daquela região.

O referido jornal não indicou fontes, porém, quatro meses após este episódio, um padre da Diocese de Teófilo Otoni sofreu uma tentativa de homicídio e novamente o caso voltou à tona, com um pronunciamento, inclusive, do bispo-auxiliar daquela diocese, Dom Antônio Zuqueto, não descartando a participação da TFP no referido crime.

Plínio Corrêa exigiu uma retificação do bispo, fato que não ocorreu. A TFP não processou o bispo por calúnias, mas, por outro lado, mais uma vez, as investigações policiais nada encontraram que de alguma forma, recriminasse a TFP (TFP, Um Homem..., p.143)

3.4.2 – 1981: *Sou Católico: Posso ser Contra a Reforma – Agrária?*

Em 1980 a CNBB lançou o documento “Igreja e Problemas da Terra”, chamado IPT.

Segundo a TFP, este documento declarava que a terra deveria, por justiça, pertencer a quem nela trabalhasse e que seria uma atitude justa e cristã, da parte dos fazendeiros, que se deixassem extinguir enquanto classe.

Em 1981, Plínio lançou o livro *Sou Católico: Posso ser Contra a Reforma – Agrária?* em co-autoria com o economista agrário Carlos Patrício del Campo.

Esta obra versou sobre a obrigação que os católicos tem de serem contra a Reforma – Agrária (parte escrita por Plínio com base em documentos pontifícios) e uma segunda parte sobre o perigo, para a economia de um país, que seria a Reforma – Agrária confiscatória e socializante⁸. Esta segunda parte da obra foi escrita pelo economista supracitado.

⁸ Para Plínio e a TFP, qualquer desapropriação seria confiscatória e socializante, porque é algo compulsório, oriundo do poder estatal. Um fazendeiro, livremente, por sua vontade, abrir mão de suas terras em prol dos pobres seria tolerável, o que a TFP não admitia era o Estado se meter em assuntos que,

3.4.2.1 – Argumentação de Plínio contra a Reforma – Agrária;

Esta obra de Plínio teve por finalidade demonstrar, via documentos pontifícios, que o católico deveria ser contra a Reforma-Agrária e não o contrário, como segundo ele, a CNBB vinha defendendo.

Plínio destacou que Igreja e Estado são instituições separadas e antes de ser fiel ao Estado, o homem deve ser fiel a Deus, isto é, a Igreja não estimula à desobediência ao Estado, mas ensina que se este mandar o cidadão praticar algo que a Igreja desaprove, ele deve obedecer a Igreja e não o Estado.

Plínio insistiu também que o Estado tem por finalidade contribuir para que a Igreja realize sua missão salvífica e que não deve se intrometer em assuntos específicos do plano eclesial, bem como, a Igreja não deve se intrometer em assuntos específicos do Estado. Não obstante, as incursões da CNBB em matéria especificamente temporal tem sido numerosas e graves (OLIVEIRA e CAMPO, p. 68).

Segundo Plínio,

Assim, por exemplo, a inflação deu origem a um desajuste salarial. De si, a matéria salarial não é religiosa. Contudo, nas atuais circunstâncias, ela envolve um problema moral: é justo que os trabalhadores sofram em larga medida o contra-golpe da inflação, enquanto o sofrem em medida menor os empresários? Posto que, em via de regra, estes, ainda quando muito diminuída sua quota de lucros, não sofrerão privações no necessário, mas os operários, por pouco que se lhes diminua o valor aquisitivo dos salários, podem entrar no estado de carência, quando não no de penúria, pergunta-se: como distribuir, segundo os princípios da justiça cristã, os rendimentos da empresa? Justiça cristã é matéria sobre a qual todo católico aceita que a Hierarquia eclesial tenha sua palavra a dizer. Tanto mais que, seguindo o exemplo de seu Divino Fundador, a Igreja tem atrás de si uma tradição duas vezes milenar, de apoio às viúvas, aos órfãos, aos desvalidos, e aos pobres de modo geral (OLIVEIRA e CAMPO, p. 68).

Sendo assim, o pobre tem sim seus privilégios e são socorridos de maneiras diversas pela Igreja, o que Plínio não concordava é que membros da hierarquia, ou a

para ela, era de foro pessoal, dado que considerava o direito à propriedade como algo inalienável e legítimo.

própria CNBB, opinassem sobre como resolver a inflação, como resolver os problemas do país de maneira política ou qualquer outra forma que não fosse a Doutrina Social da Igreja, que contemplava as diferenças e afirmava que estas são fundamentais para o bem existir da sociedade.

Plínio considerava que o documento IPT desejava uma Reforma-Agrária nos latifúndios, e que a distribuição das terras ocorresse de acordo com o tamanho das famílias credenciadas para receberem o benefício. Esta socialização da propriedade privada, segundo Plínio, seria uma afronta à Doutrina Social da Igreja, pois se assemelhava ao Comunismo e desrespeitava o direito à propriedade daquele que possui a posse e as escrituras da terra.

Plínio também comentou que o quadro de miséria, descrito no *IPT*, realmente existia, e era lamentável, conforme afirmou o documento, porém,

(...) não está demonstrado que, segundo os planos da Providência, o homem possa alcançar, no plano sócio-econômico, tal perfeição de conhecimento e de organização que consiga eliminar inteiramente a miséria. Como a Igreja jamais conseguirá eliminar inteiramente o crime nem o pecado, nem a medicina doenças e a morte (OLIVEIRA e CAMPO, p. 77).

Sendo assim, não caberia à Igreja ou a CNBB desejarem resolver os problemas do mundo de maneira definitiva, nem apontar o caminho para se chegar a este utópico mundo sem problemas.

Fundamentando pela “Sagrada Escritura”, as idéias acima defendidas, Plínio citou o versículo 11 do capítulo 26 do Evangelho de São Mateus, no qual Jesus afirma que pobres sempre teremos entre nós, sendo assim, não adiantaria lutar para por fim à pobreza, à miséria. São maus crônicos do mundo, que nele penetraram pelo pecado original, conforme a Doutrina Católica.

Em relação à alarmante miséria de muitos brasileiros, Plínio chamou a atenção para o fato da constante mudança, para melhor, das condições de vida de nosso povo:

Desde a luta inicial contra a natureza inculta e aspérrima, na qual se empregava o trabalho escravo de índios ou negros, até a libertação dos escravos em 1888, e o “advento” da era da legislação trabalhista em constante ampliação (1930-1980), as melhorias para a classe operária tem sido graduais, mas incessantes e largas. Cumpre acrescentar que toda essa evolução se vem fazendo sem qualquer espécie de luta de classes (OLIVEIRA e CAMPO, p. 80).

Sendo assim, Plínio concluiu com a idéia de que a “opção preferencial pelos pobres”, propalada pela CNBB e por outras conferências episcopais da América Latina, não significava incentivar os pobres a lutarem contra os ricos, e sim, viverem em harmonia e respeito, conforme os ensinamentos da própria Igreja, sobretudo da Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (1878-1903).

Realmente os escritos de Plínio se pautaram por pronunciamentos diversos de papas, todos eles opostos à

(...) doutrina marxista da luta de classes, segundo a qual toda desigualdade – quer de indivíduos, quer de classes – importa na “exploração” (ou “opressão”) dos inferiores pelos superiores. Diante dessa injustiça, a solução não é a cooperação, mas a luta dos “explorados” (ou “oprimidos”) contra os “exploradores” (ou “opressores”) (OLIVEIRA e CAMPO, p. 82).

Plínio e Campo concluem o livro com um apêndice, no qual são citados 106 bispos brasileiros que já se pronunciaram a favor da Reforma Agrária “confiscatória” e que, portanto, segundo os autores, estão em desacordo com os ensinamentos dos papas.

Alguns deles:

- 1) Cardeais: - Dom Alfredo V. Scherer, arcebispo de Porto Alegre;
 - Dom Fr. Aloísio Lorscheider, OFM, arcebispo de Fortaleza;
 - Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador;
 - Dom Eugênio de A. Sales, arcebispo do Rio de Janeiro;
 - Dom Fr. Paulo Evaristo Arns, OFM, arcebispo de São Paulo;

2) Arcebispos: - Dom Antônio Barbosa Guimarães, SDB, arcebispo de Campo Grande;

- Dom Benedito Ulhoa Vieira, arcebispo de Uberaba;
- Dom Geraldo de Proença Sigaud, SVD, arcebispo emérito de Diamantina;
- Dom Hélder P. Câmara, arcebispo de Olinda-Recife;
- Dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa;
- Dom Nivaldo Monte, arcebispo de Natal;
- Dom Pedro M. Fedalto, arcebispo de Curitiba;

3) Bispos: - Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo-auxiliar de São Paulo;

- Dom Antônio Celso Queiroz, bispo – auxiliar de São Paulo;
- Dom Cândido Padim, OSB, bispo de Bauru;
- Dom Fr. Cláudio Hummes, OFM, bispo de Santo André;
- Dom José Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria;
- Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, bispo – auxiliar de São Paulo;
- Dom Mauro Morelli, bispo – auxiliar de São Paulo;
- Dom Pedro Casaldáliga, CMF, prelado de São Félix do Araguaia;
- Dom Silvestre Luís Scandian, SVD, bispo de Araçuaí;
- Dom Fr. Tomás Balduino, OP, bispo de Goiás;
- Dom Waldir Calheiros de Novais, bispo de Barra do Piraí – Volta Redonda;

3.4.2.2 - Alguns pronunciamentos, dos últimos papas, que respaldam as palavras de Plínio Corrêa:

1) Leão XIII, encíclica *Quod Apostoloci Muneris*, de 28 de dezembro de 1878:

Segundo as doutrinas do Evangelho, a igualdade dos homens consiste em que todos, dotados da mesma natureza, são chamados à mesma e eminente dignidade de filhos de Deus, e que, tendo todos o mesmo fim, cada um será julgado pela mesma lei e receberá o castigo ou a recompensa que merecer. Entretanto a desigualdade de direitos e de poder provém do próprio Autor da natureza, “de quem toda a paternidade tira o nome, no céu e na terra” (Ef 3, 15) (LEÃO XIII, p. 8).

Na mesma encíclica:

(...) assim como no céu quis que os coros dos Anjos fossem distintos e subordinados uns aos outros, e na Igreja instituiu graus nas ordens e diversidade de ministérios de tal forma que nem todos fossem apóstolos, nem todos doutores, nem todos pastores (1 Cor 2, 27); assim estabeleceu que haveria na sociedade civil várias ordens diferentes em dignidade, em direitos e em poder, a fim e que a sociedade fosse, como a Igreja, um só corpo, compreendendo um grande número de membros, uns mais nobres que os outros, mas todos reciprocamente necessários e preocupados com o bem comum (Leão XIII, 1962, p.9).

Plínio também citou, em *Sou Católico: Posso ser Contra a Reforma Agrária?*, um pequeno trecho da Carta Apostólica *Permoti Nos*, de Leão XIII, ao Cardeal Goossens e demais bispos da Bélgica. Documento datado de 10 de julho de 1895, no qual o papa assim se expressou:

Deus quis que houvesse na sociedade humana uma diversidade de classes, mas ao mesmo tempo certa equanimidade proveniente da colaboração amistosa. Assim ,os operários não devem de maneira nenhuma faltar ao respeito ou à fidelidade a seus patrões, nem estes últimos faltem em relação àqueles, com a justiça, a bondade e cuidados providentes (OLIVEIRA e CAMPO, p.83).

2) Bento XV, encíclica *Ad Beatissimi*, de 1 de novembro de 1914, trecho citado por Oliveira e Campo:

Defrontando-se com os que a sorte ou a atividade própria dotaram de bens de fortuna, estão os proletários e operários, abrasados pelo ódio porque, participando da mesma natureza não gozam entretanto da mesma condição. (...). Assim, pois, os pobres que lutam contra os ricos como se estes houvessem usurpado bens alheios, agem não somente contra a razão; principalmente tendo em vista que podem, se quiserem, com honrada perseverança no trabalho, melhorar a própria fortuna. É desnecessário declarar quais e quantos prejuízos acarreta esta rivalidade de classes, tanto aos indivíduos em particular, como à sociedade em geral (OLIVEIRA e CAMPO, p. 84).

3) Pio XI, encíclica *Divini Redemptoris*, de 19 de março de 1937:

Não é verdade que na sociedade civil todos temos direitos iguais, e que não exista hierarquia legítima (PIO XI, p.17).

4) Pio XII, discurso de 4 de junho de 1953, citado por Oliveira e Campo:

É preciso que vos sintais verdadeiramente irmãos. Não se trata de uma simples alegoria: sois verdadeiramente filhos de Deus e portanto verdadeiros irmãos.

Pois bem, os irmãos não nascem nem permanecem todos iguais: uns são fortes, outros débeis; uns inteligentes, outros incapazes; talvez algum seja anormal, e também pode acontecer que se torne indigno. É pois inevitável uma certa desigualdade material, intelectual, moral, numa mesma família...

Pretender a igualdade absoluta de todos seria o mesmo que pretender dar idênticas funções a membros diversos do mesmo organismo (OLIVEIRA e CAMPO, p.86).

5) João XXIII, encíclica *Ad Petri Cathedram* de 29 de junho de 1959, trecho citado por Oliveira e Campo:

A concórdia que se procura entre os povos deve ser promovida cada vez mais entre as classes sociais. Se isto não se verifica, podem em conseqüência resultar ódios e dissensões, como já estamos presenciando; daí nascerão perturbações, revoluções e por vezes

massacres, bem como a diminuição progressiva da riqueza e as crises que afetam a economia pública e privada... Quem ousa, pois, negar a diversidade de classes sociais contradiz a ordem mesma da natureza (OLIVEIRA e CAMPO, p.88).

6) João Paulo II, alocução aos jovens em Belo Horizonte, 1º de julho de 1980:

Aprendi que um jovem cristão deixa de ser jovem, e há muito não é cristão, quando se deixa seduzir por doutrinas ou ideologias que pregam o ódio e a violência...

Aprendi que um jovem começa perigosamente a envelhecer quando se deixa enganar pelo princípio fácil e cômodo de que “o fim justifica os meios”, quando passa a acreditar que a única esperança para melhorar a sociedade está em promover a luta e o ódio entre grupos sociais, na utopia de uma sociedade sem classes, que se pode revelar bem cedo na criação de novas classes (JOÃO PAULO II, 1980, p.34).

3.4.3 – Arcebispo de Uberaba diz que a TFP não é católica;

Em uma exposição de gado zebu em Uberaba – MG, entre os muitos “stands” estava o da TFP, divulgando seus livros e sobretudo o mais recente então, *Sou Católico: Posso ser Contra a Reforma Agrária?*

Esteve na referida exposição, o arcebispo de Uberaba, Dom Benedito de Ulhoa Vieira, que em entrevista ao *Jornal da Manhã* de 08/05/1981, declarou: Eles se apresentam, como católicos, e na realidade não são; eles constituem-se juízes do Papa, do Concílio e dos Bispos; portanto não são católicos (JORNAL DA MANHÃ, p.03).

A reação de Plínio foi imediata e através do jornal *Última Hora*, questionou em que ponto a TFP havia errado para que o arcebispo dissesse que ela não é católica. De fato, a TFP nunca declarou que condenava um papa, nem algum bispo, ela sempre apontava atos em discordância com os ensinamentos tradicionais da Igreja. Conforme entendimento da própria Igreja, somente um papa pode condenar um antecessor seu por heresia.

Dom Ulhoa Vieira não replicou, sendo então o caso “engavetado”.

3.4.4 – O caso *Revista Manchete*;

Em fevereiro de 1982 a TFP começou o ano como protagonista de mais estrondo publicitário. A revista *Manchete* de 27 de fevereiro relatou que a TFP mantinha (...) campos de treinamento paramilitares, porte ilegal de armas, prática de “lavagem cerebral” etc (MANCHETE, 1982, p.30).

Dizeres similares já tinham anteriormente percorrido os arredores de Campos – RJ, inclusive um boato sobre um possível atentado da TFP contra a vida do papa João Paulo II. Após manifestação de Plínio, a referida revista publicou em sua edição de 27/03/1982 um desmentido da TFP, sem maiores comentários.

Também em 1982, Plínio lançou mais um livro em co-autoria com Gustavo Antônio Solimeo e Luiz Sérgio Solimeo: *As CEBs...das quais muito se fala, pouco se conhece – A TFP as descreve como são*, obtendo uma tiragem de 22 mil exemplares.

3.4.5 – *As CEBs... das quais muito se fala, pouco se conhece – A TFP as descreve como são*;

Este livro teve por finalidade, conforme a própria TFP esclareceu, informar a opinião pública e os católicos “desavisados” sobre o que são as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e que tipo de doutrinação existia dentro delas, o que, segundo a TFP, tornavam as CEBs berços do Socialismo, disfarçadamente nos meios católicos e com apoio de parte da hierarquia católica do Brasil!

As CEBs foram idealizadas por Dom Eugênio Sales, no Nordeste, com a finalidade de serem, como a sigla sugere, comunidades católicas que proporcionassem formação ao povo carente, formação religiosa, social e até mesmo política, um lugar de formação e debates esclarecedores, em comunhão com a hierarquia e por ela orientadas. Porém a TFP, enxergou de maneira diferente, dado que foi fato: as CEBs, em várias partes do país, foi o “fermento” esclarecedor que pois a massa católica para pensar e questionar os problemas sociais do Brasil. Mas, não seria este mesmo o seu objetivo? A TFP denegriu as CEBs com este livro que agora comentaremos.

Plínio comentou, a princípio, que os países que destroem suas elites, chegam ao caos social. A nobreza e as elites tradicionais análogas, são necessárias para guiarem um país, qualquer que seja, em assuntos políticos, sociais e até religiosos. Este discurso foi amplamente divulgado por Plínio em sua vida, para isso se utilizou de pronunciamentos

do papa Pio XII, sobretudo, dando origem, posteriormente, ao livro *Nobrezas e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*, de 1993, último livro escrito por Plínio.

Com a defesa deste ponto de vista, Plínio já chamava atenção para o perigo do Socialismo e sobretudo do Socialismo dentro da Igreja, esta que deveria ser por excelência, a maior guerreira contra este “mal”.

Plínio alegou que as CEBs, além de promoverem a luta de classes, destoavam da hierarquia católica, colocando, muitas vezes, o padre no mesmo “patamar” dos fiéis. Plínio delatou que em muitas dioceses eram os leigos que batizavam, celebravam casamentos, dirigiam a oração dos fiéis aos domingos, em substituição à Missa, distribuíam a Eucaristia, pregavam, entre outros.

A linguagem deste livro tendeu a se dirigir às “elites” brasileiras, para que se mexessem e fizessem alguma coisa para barrarem as investidas socialistas em nosso país. Plínio aqui denunciou a hierarquia católica como se esta estivesse desviada de seus rumos e em desconcertante desobediência aos ensinamentos tradicionais da Igreja. Plínio e a TFP destoavam por completo da CNBB e quiçá da Igreja como um todo. Neste livro, Plínio comentou também que a Igreja estava em um processo de “autodemolição”, que não chegaria ao fim, dado que é a “Verdadeira e Única Igreja”, mas que ela mesma, tentava se demolir, através de sua hierarquia. Fica-nos aqui a impressão clara que somente Plínio e a TFP tinham o caminho certo para a Igreja e para a sociedade e que católica mesmo, só ela!

Plínio elencou alguns “especialistas” do movimento das CEBs no Brasil:

- Frei Leonardo Boff, OFM: Professor no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, Redator da “Revista Eclesiástica Brasileira” e da revista teológica internacional “Concilium”. Um dos mais prolíficos mentores das CEBs, seus escritos versam especialmente acerca da eclesialidade das Comunidades de Base. Ministra cursos para Bispos, Padres, freiras, agentes pastorais leigos e líderes de CEBs por todo o País. Expoente da Teologia da Libertação em nível internacional.
- Frei Gilberto Gorgulho, OP: Professor de Sagrada Escritura na Faculdade de Teologia N.Sra. da Assunção e Coordenador de Pastoral na Arquidiocese de São Paulo, responsável pelas CEBs (OLIVEIRA, SOLIMEO e SOLIMEO, 1982, p. 127).

Plínio citou também como defensores e divulgadores das CEBs no Brasil: Pe. José Oscar Beozzo; Frei Beto, OP; Pe. Eduardo Hoornaert, Mons. Gerard Cambron; Frei Carlos Mesters, O. Carm.; Pe. João Batista Libânio, SJ; Frei Clodovis Boff, OSM; Pr. Jether Pereira Ramalho, pastor metodista; entre outros.

Além de ataques a outros membros da hierarquia e religiosas, Plínio dedicou um capítulo ao então arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires. O capítulo intitulado: *Dom José Maria Pires, corifeu do movimento das CEBs, proclama a prostituição como um verdadeiro serviço de Deus!*

Este capítulo e a revolta de Plínio em relação a Dom Pires deveu-se ao fato do arcebispo ter concedido uma entrevista ao jornalista W.J. Solha, do *Correio da Paraíba*, de 18/05/1978, na qual comentou um trecho de um romance, escrito por um amigo seu, no qual, uma prostituta ao se mudar para um pequeno lugarejo, teria provocado uma grande mudança na vida das pessoas: menos agressão dos maridos às suas esposas, menor atrevimento dos homens em relação às moças... Uma sociedade melhor. Porém a prostituta veio a falecer e os problemas antigos voltaram... Uma jovem do vilarejo que se preparava para ser freira teria pensado: “Onde sirvo melhor ao Senhor? Em um convento ou substituindo esta meretriz e trazendo a paz para meu povo?” Ao consultar seu pai, este lhe teria dito que no convento ela serviria ao Senhor e teria sossego, no prostíbulo, ela seria o próprio Cristo sofredor! Ela optou pelo prostíbulo!

Indagado pelo jornalista se esta história se baseava em fatos reais, Dom Pires respondeu que não, mas que teria contado um fato real diferente ao autor, que então fez a adaptação. O caso real, narrado por Dom Pires, seria o de uma prostituta que em seu leito de morte foi atendida por um bispo, para a Unção dos Enfermos. Indagada pelo bispo para que lhe contasse os atos bons feitos por ela, a mesma teria respondido:

Não sei se... Talvez Jesus considerasse...Tenho até vergonha de dizer...mas em todos os natais eu ia sempre à prisão e... dava o meu corpo... àqueles prisioneiros que tinham a condenação maior, àqueles que mais precisassem de mulher...

O jornalista comentou que o fato real era até melhor e Dom Pires respondeu: Claro! E tem uma conotação nova... e clara... do verdadeiro sentido do serviço de Deus (CORREIO DA PARAÍBA, 18/05/1978, p. 05).

Parte desta entrevista foi publicada no livro *As CEBs...*, e apaixonadamente questionada por Plínio que alegou que com estas palavras o arcebispo fez da prostituição um serviço a Deus, um bem para a sociedade e teria dado até um sentido oblato para a prostituição, sendo, portanto um mérito se prostituir.

Esta obra não obteve pronunciamentos da CNBB a seu respeito, foi ignorada, dado que em 1982 a CNBB já nem mais se preocupava, oficialmente, com Plínio e a TFP. À TFP restava apenas, ainda, o apoio do bispo emérito de Campos – RJ, Dom Antônio de Castro Mayer e de mais 6 padres.

3.4.6 – O caso Dom Mayer: bispo emérito de Campos rompe com a TFP;

Também em 1982 a TFP foi atingida por um grande e forte golpe: Dom Mayer, sócio-fundador, amigo e companheiro de Plínio de tantos anos, decidiu romper com este e com a TFP. O motivo: a TFP seria uma “seita” que externamente era católica inquestionável, mas, internamente, uma organização herética e acatólica, que prestava culto ao próprio Plínio e à sua mãe, Lucília Corrêa de Oliveira.

Dom Antônio não criou polêmicas externas com a TFP, porém, dela se afastou e chegou a pedir aos católicos que não mais a apoiassem.

Em 1999, o *Centro Bom Jesus de Divulgação da Boa Imprensa*, (CBJDBI) sediado em Bom Jesus de Itabapoana, publicou um livreto intitulado *Documentário sobre a Face Oculta da TFP*, no qual contam citações atribuídas a Dom Mayer, tais como: Plínio me enganou durante 40 anos; Levei o apoio à TFP longe demais; Para combater o Comunismo apoiei a TFP: agora acho que para destruir o Comunismo é preciso combater a TFP (CBJDBI, 1999, p.03).

Também no referido livreto consta uma carta escrita por Dom Mayer em 20/12/1982, endereçada a Plínio, na qual se lê:

A respeito de sua pessoa, disse claramente que acho que não se lhe deve o “status” de profeta, no sentido próprio da palavra, envolvendo um carisma especial, além das

qualidades de que o indivíduo é possuidor, mesmo que sejam singulares. Vejo que na TFP o pensamento e a ação se pautam por outro conceito. Também não escondi que encontro na TFP uma atmosfera generalizada desfavorável ao clero. Que outros o tenham percebido também, não admira (...)

Quanto ao meu testemunho favorável à TFP, que dei várias vezes, entendi sempre de sua ortodoxia nas suas atividades anti-comunistas, anti-socialistas, enfim no campo econômico social. Não atingia o regime e a formação interna da TFP aos quais sou estranho (...)
(CBJDBI, 1999, p. 05).

Plínio respondeu:

(...) outra questão inteiramente distinta é saber se pessoalmente tenho algo desse profetismo não oficial. Naquela carta anterior à sua ida a Amparo, V.Excia. me disse, em tom aliás afetuoso, que acha que não. Outros acham que sim (...) tão só à minha pessoa. Nela não entro pois, senão para reconhecer a quem quer que seja e a V.Excia. mais do que a ninguém, o direito de pensar e de dizer o que quiser (...) (CBJDBI, 1999, p.05).

É notório que Plínio não nega ter um certo “dom” profético, fato que outros ex-membros irão relatar, conforme citaremos adiante. Plínio passou a ser venerado como profeta, portador de carismas especiais, ser alguém especial, escolhido por Deus para ser o defensor da “Verdadeira Fé”.

(...) os especialistas religiosos devem forçosamente ocultar a si mesmos e aos outros que a razão de suas lutas são interesses políticos. Primeiro, porque a eficácia simbólica de que podem dispor nestas lutas depende de tais interesses e, portanto, convém-lhes politicamente ocultar a si mesmos e aos outros seus interesses políticos [isto é, interesses temporais] (...). Assim, talvez seja preciso reservar o nome *carisma* para designar as propriedades simbólicas (...) que se agregam aos agentes religiosos na medida em que aderem à ideologia do carisma, isto é, o *poder simbólico que lhes confere o fato de acreditarem em seu próprio poder simbólico*. Se é preciso recusar ao carisma o estatuto de uma teoria sociológica da profecia, não obstante toda teoria da profecia deve reservar um lugar ao carisma como *ideologia profissional* do profeta, condição da eficácia (...) da profecia, na medida em que conserva a fé do profeta em sua própria “missão” e ao mesmo tempo lhe fornece os princípios de sua ética profissional (BOURDIEU, 1985, p. 54).

Este trecho de Bourdieu nos leva a pensar, no caso TFP especificamente, como poderia Plínio, que parecia ser tão católico quando jovem, pôde, nos últimos anos de sua existência ter um comportamento tão estranho ao catolicismo e ainda se afirmar católico, aos extremos. Acreditamos, como já dissemos no capítulo anterior, que Plínio tinha sim interesses temporais, talvez até mundanos demais, usando o nome “TFP” como uma maneira fácil de “ganhar a vida”, e conseguiu! Por outro lado, seu afincamento em estudar, conhecer a Igreja, até mesmo para atacá-la, dá-nos a impressão de alguém que talvez, além dos interesses temporais, tivesse também a convicção de estar fazendo a coisa certa e agradando a Deus, dentro da sua maneira pessoal de crer. Não caberia aqui entrarmos no mérito da intimidade de Plínio, nem tampouco procurar compreender a fundo sua consciência, mas, entendê-lo dentro daquilo que ele mesmo nos deixou. Conforme ele escreveu para Dom Mayer, e citamos acima, Plínio parecia não descartar a possibilidade de possuir um certo “profetismo”. Seu poder simbólico, tudo que ele significava e ainda significa para muitos brasileiros crentes, seja talvez um reflexo da crença que um dia ele teve sobre sua própria pessoa, isto é, ninguém acreditou tanto nas palavras de Plínio como ele mesmo.

Em dezembro de 1984, Dom Mayer escreveu ao pai de um jovem que havia abandonado a família para seguir a TFP. Dom Mayer assim se expressou, em carta contida no mesmo livreto divulgado pelo CBJDBI:

(...) só lhe posso dar um conselho: rezar e rezar muito, sobretudo o Rosário ou ao menos o Terço de Nossa Senhora, pedindo à Virgem Mãe, Medianeira de todas as graças, que ilumine o seu filho e faça-o ver que a TFP é uma seita herética porque, de fato, bem que não na profissão oral ou escrita, vive e se comporta de acordo com um princípio que solapa fundamentalmente todo o verdadeiro Cristianismo, isto é, a Igreja Católica.

Constitui, (...), uma subversão herética, habitualmente seguir um leigo – não membro, pois da Hierarquia – como porta-voz da ortodoxia. Não se procura saber o que a Igreja disse, o que os Bispos disseram, mas o que fulano disse. Não só. Mas essa atitude que, na realidade, - embora não nas palavras – coloca o líder como árbitro da ortodoxia, vem acompanhada de uma sutil, mas real desconfiança da Hierarquia e do clero em geral. Há na TFP um anticlericalismo visceral: tudo que vem do clero é recebido com reservas. No fundo, há uma convicção de que todos os padres são ignorantes, pouco zelosos, interesseiros e outras qualidades pelo estilo. Ora, dada a constituição divina da Igreja, como a instituiu Cristo,

esse anticlericalismo habitual, larvado, da TFP, faz dela uma seita herética, pois, como dizia, vive animada por um princípio contrário ao dogma estabelecido por Jesus Cristo na constituição de sua Igreja.

No entanto, a TFP teve origem sadia. (...) Acompanhei e aprovei esse apostolado, mesmo quando ele começava a desviar-se com espírito anticlerical que começava a lastrear-lhe sua posição, e a subvertê-lo de maneira a passar o clero a reboque do leigo carismático, monopolizador da lídima ortodoxia. Levei minha adesão talvez além do que seria lícito. Só a abandonei porque vi que minha adesão talvez além do que seria lícito. Só que a abandonei porque vi que minhas advertências não eram tomadas em consideração. Tornaram-se inúteis.

(...) o enlevo carismático gera um certo fanatismo: as pessoas ficam meio incapacitadas de ver a realidade objetiva, de perceber erros mesmo fundamentais, como essa inversão de seguir um leigo em vez de seguir os legítimos chefes da Santa Igreja (CBJDBI, 1999, p. 6).

Sobre o que seria uma seita, Dom Mayer escreveu no periódico *Monitor Campista*, de 13/04/1983:

(...) Seita (de “secare”, cortar, ou de “sectari”, por sua vez de “sequi”, seguir) tem uma conotação religiosa. Só por analogia se aplicaria em outro campo. De si indica um grupo de pessoas que seguem a mesma concepção religiosa, traduzida nos mesmos hábitos, modos de ser e agir próprios do seu “profeta”. Sim, porque toda seita se agrupa em torno do “profeta”. O “profeta” seria um indivíduo singular, carismático, portador de prerrogativas humanamente inexplicáveis, e que teria sido, especialmente, suscitado par conduzir os homens à salvação eterna. Na adesão “vital” ao profeta, assimilando-lhe o modo de ser e agir, tem os membros da seita a certeza inabalável de sua eleição salvífica. Neste sentido, a seita é exclusivista: seus membros foram os escolhidos, eles sabem que poucos são os escolhidos, e esses poucos são eles (...) (MAYER, 13/04/1983, p. 04).

Sobre o comportamento dos membros da TFP nas Missas, Dom Mayer teceu severas críticas, dado que, conforme nós também presenciamos, os mesmos só adentram, normalmente, no templo para comungarem, ficando, durante as outras partes da Missa, do lado de fora, recitando o terço.

Dom Mayer assim se expressou em artigo do *Monitor Campista* de 22/12/1985:

(...) Não menos dignas de censura, são as pessoas que fazem profissão de católicos, e não tem a Santa Missa na conta que este ato sublime exige. São os homens da Comunhão. Antes da Comunhão, aguardam à porta da Igreja, por vezes em conversas, - provavelmente edificantes, - mas só entram no momento de se apresentarem à Sagrada Mesa. Semelhante “modéstia” não os impede de atitudes espalhafatosas – como andar cadenciado e genuflexões ruidosas mais próprias de regimes militares do que da compunção da alma. Também não lhes interessa a pregação ritual do Evangelho. Eles são os depositários da Verdade. Sem eles não há salvação (MAYER, A TFP e o ..., 22/12/1985, p. 4).

Após Dom Mayer, novas rupturas aconteceram na TFP, a partir de 1983, e trouxeram à tona novos esclarecimentos sobre aspectos já mencionados pelo bispo emérito de Campos.

3.4.7 – O caso Orlando Fedeli;

Em 1983 o então cooperador da TFP, Orlando Fedeli, escreveu a Plínio apresentando suas razões para se desligar da TFP. Entre outras, estava a da heterodoxia da TFP, isto é, Fedeli não aceitava, enquanto católico, participar de uma entidade que prestava culto a Plínio Corrêa e à sua progenitora, usando orações católicas (como a Ave-Maria) apenas para mascarar este culto interno e velado.

A acusação de Fedeli provocou uma rápida reação da TFP, dando origem ao livro *Refutação da TFP a uma Investida Frustrada*. Esta obra teve como autores os sócios da TFP: Antônio Augusto Borelli Machado, Átila Sinke Guimarães, Gustavo Antônio Solimeo e João Scognamiglio Clá Dias.

O primeiro volume traz artigos de eminentes teólogos e canonistas, que, a primeira vista, dão base para as práticas da TFP. O segundo, traz artigos sobre a vida de alguns santos, deixando a impressão de uma certa comparação destes com Plínio e sua mãe Lucília.

Surpreendentemente, um conceituado teólogo, muito respeitado pela Santa Sé, Pe. Vitorino Rodriguez y Rodriguez, deu parecer favorável à refutação da TFP às acusações de Fedeli.

Segundo Fedeli, a TFP teria adulterado seus textos, para parecerem repletos de erros e por isso o Pe. Rodriguez teria feito uma refutação favorável à TFP.⁹

Fedeli, após deixar a TFP, acompanhado de outros antigos cooperadores da TFP, fundou a Associação Cultural Montfort, entidade católica que tem por finalidade defender e propagar a genuína fé católica, o que inclui também, alertar os fiéis sobre o que foi a TFP no passado e o que são hoje os chamados “Arautos do Evangelho”.

3.4.8 – O caso Ablas;

Juntando-se a Dom Mayer e a Fedeli, em 1985 outro associado da TFP rompeu com ela e expôs o que presenciou nos seus tempos de membro do grupo. Luís Filipe de Freitas Ablas publicou na *Folha da Manhã* de Campos – RJ no dia 14/03/1985 uma declaração, por ele assinada e tendo por testemunhas Orlando Fedeli e Giulio Folena. Nesta ele explica:

(...) quando pertenci à TFP, (...), em 1967, entrei para uma sociedade secreta existente no seio da entidade e que se intitulava “Sagrada Escravidão”, conhecida também por seus membros como “Sempreviva”.

Os membros dessa sociedade se consagravam como escravos a Dr. Plínio Corrêa de Oliveira no mesmo sentido em que S. Luiz G. de Montfort recomenda que se faça consagração a Nossa Senhora. Para a consagração como escravo ao Dr. Plínio usava-se o mesmo texto de S. Luiz para a consagração a Nossa Senhora, com ligeiras adaptações. Fazia-se isto porque considerava-se que Dr. Plínio tinha de tal maneira a mentalidade de Nossa Senhora que ele era um só com o Coração Sapiencial de Maria. Os membros da sociedade rezavam diariamente a oração da Sagrada Escravidão composta por Dr. Plínio (ABLAS, Sempre Viva..., 14/03/1985. p. 04).¹⁰ Segundo Ablas, os

⁹ Esta informação foi dada por Fedeli em conversa informal, dado que o mesmo criou certas dificuldades em responder a uma entrevista, certamente por princípios religiosos radicais.

¹⁰ Conforme a “Declaração Ablas”, assim era a Oração da Sagrada Escravidão:

“Ó Coração Imaculado e Sapiencial de Maria, nesse ambiente de nossos dias em que todos são homens livres, ébrios de liberdade, sei que me fiz vosso escravo para ser como o último dos homens de quem Meu Senhor (Dr. Plínio) pode dispor como mísero objeto sem vontade própria.

Nesse ambiente de nossos dias que tudo fala de naturalismo, sei que minha vida é toda sobrenatural. Não sou eu que vivo, mas é meu Senhor (Dr. Plínio) que vive em mim. Dele me vêm todas as graças, o espírito dele me habita e posso fazer, nessa união de escravo, tudo o que ele mesmo pode.

Nesse ambiente de nossos dias, sem grandeza, sem horizontes, de otimismo e de vidinha, sei que nossa época trará acontecimentos grandiosos, com horizontes grandiosos, dentro dos quais devo viver como herói a própria grandeza de Meu Senhor.

membros da “Sempreviva” rezavam também uma paródia da Ave-Maria, reunindo nesta nova oração o profetismo de S. Luiz, do profeta Santo Elias e do próprio Plínio. Rezavam também jaculatórias a Plínio, bem como uma “ladainha à Da. Lucília”, a mãe de Plínio. ¹¹

A ladainha:

Kyrie, eleison.

Christe, eleison.

Kyrie, eleison.

Christe, audi nos.

Christe, exaudi nos.

Pater de caelis Deus, miserere nobis.

Fili, Redemptor Mundi, Deus, miserere nobis.

Spiritus Sancte Deus, miserere nobis.

Sancta Trinitas, unus Deus, miserere nobis.

D^a Lucília, rogai por nós.

Manguinha, rogai por nós.

Mãe do Sr. Dr. Plínio,

Mãe do Doutor da Igreja,

Mãe do nosso Pai,

Mãe do Inefável,

Mãe de todos nós,

Mãe dos séculos futuros,

Olhando para dentro de mim mesmo e vendo tanta microlíce (sic), sei que a fé em tudo quanto acabo de dizer me dará uma participação na própria grandeza de Meu Senhor (Dr. Plínio), e fará de mim um perfeito Apóstolo os últimos tempos, segundo a oração profética de S. Luiz Maria Grignon de Montfort. Em tudo isso, eu creio, mas ó Meu Senhor (Dr. Plínio), ajudai a minha incredulidade”.

¹¹ - Paródia da Ave-Maria: “ Ave Luiz Plínio Elias (nome oficial do Dr. Plínio na Sagrada Escravidão), cheio de amor e de ódio, a Sma. Virgem é convosco, bendito sois vós entre os fiéis, e bendito é o fruto do vosso amor e ódio, a Contra-Revolução.

Ó sacral Luiz Plínio Elias, pai admirável e catolicíssimo da Contra – Revolução e do Reino de Maria, rogai por nós capengas e pecadores, agora e na hora de nossa morte. Amém”.

- Jaculatórias: “Ave Luiz Plínio Elias, pai admirável e catolicíssimo da Contra-Revolução e do Reino de Maria”.

“Ave Luiz Plínio Elias, escravo fidelíssimo do Imaculado e Sapiencial Coração de Maria”.

Mãe do Princípio Axiológico,
Mãe do Temperamento de Síntese,
Mãe de toda pureza,
Mãe da Trans-esfera,
Mãe da seriedade,
Mãe da Contra-Revolução,
Restauradora dos temperamentos,
Fonte da Luz,
Geradora da inocência,
Consoladora do Sr. Dr. Plínio,
Mediadora do Grand Retour,
Medianeira de todas as nossas graças,
Aurora do Reino de Maria,
D^a Lucília do Sorriso,
D^a Lucília dos flashes,
Flor mais bela entre todas,
Refugium nostrum,
Consolatrix nostra,
Auxilium nostrum na Bagarre,
Causa de nossa perseverança,
Vaso de lógica,
Vaso de metafísica,
Mártir do isolamento,
Rainha do sofrimento sereno,
Rainha do jeitinho,
Rainha da serenidade,
D^a Lucília, mãe e senhora nossa, ajudai-nos.
D^a Lucília, nossa maior medianeira ante N^a Senhora, ajudai-nos.
(Jaculatória acrescentada após as denúncias contra a ladainha).
Rogai por nós ó Mãe do Doutor da Igreja,

Para que sejamos dignos das promessas do Sr. Dr. Plínio (FOLHA DA MANHÃ, p.03).

Fedeli, que assinou esta declaração como testemunha, também publicou na *Folha da Manhã* de Campos (14/04/1985) um artigo confirmando mais uma vez a “Declaração Ablas”, bem como, o que ele mesmo já havia dito antes e também as acusações de Dom Mayer.

Tudo isso repercutiu nos jornais paulistanos e mais uma vez a TFP saiu em sua própria defesa:

(...) o que havia de real na acusação do sr. Folena era coisa perfeitamente lícita, isto é, a escravidão por amor (servitudo ex caritate) à Santíssima Virgem, ensinada por São Luis Grignon de Montfort (1673-1716) e recomendada enfaticamente por Santos e por Papas – inclusive pelo atual Pontífice João Paulo II. Trata-se, pois, de uma escravidão puramente espiritual, que nada tem a ver com a escravidão dos povos pagãos, ou com a triste condição dos negros no Brasil, antes da Lei Áurea (TFP, Um Homem... p.162).

Também na *Folha da Manhã*, de 16/03/1985, a TFP havia se defendido nos mesmos moldes, explicando que a referida consagração, feita por um grupo mais “chegado” de Plínio, não era bem assim, como afirmavam os ex-membros. A consagração seria feita à Santíssima Virgem, pelas mãos de Plínio. Ele seria, portanto, uma “ferramenta” desta consagração, alguém que mostrava o caminho, que orientava.

Em 29/03/1985, novamente Ablas replica na *Folha da Manhã*:

A TFP publicou nesta folha um comunicado, dia 26 p.p., confirmando as notícias contidas numa declaração minha sobre a “sempreviva” (...) e tentando dar à mesma uma justificativa baseada na doutrina da escravidão marial de São Luiz Grignon de Montfort.

Este santo escreveu, com efeito, um “tratado” para justificar por que razões alguém deve consagrar-se como escravo a Maria Ssma. para melhor servir a Jesus Cristo. Essas razões resumem-se na excelsitude de Maria Ssma. decorrente de ser Ela Mãe de Deus e medianeira de todas as graças. Por isso a fórmula de S. Grignon se intitula: “consagração de si mesmo a Jesus Cristo (...) pelas mãos de Maria”.

Ora, o comunicado da TFP afirma que, no caso da “sempreviva”, tratava-se de uma consagração como escravos de Maria Santíssima feita pelas mãos de Dr. Plínio, por analogia à fórmula da consagração de S. Grignon.

Dentro da lógica da argumentação dada pela TFP, pois, para que a “sempreviva” fosse lícita, seria necessário que as razões pelas quais se fazia a consagração ao Dr. Plínio fossem idênticas às razões pelas quais S. Grignon justifica sua consagração, a saber, a própria excelssitude de Nossa Senhora, mãe de Jesus.

Urge, pois, que o chefe da TFP declare e demonstre ele uma excelssitude como a de Maria Ssma., mãe de Deus e medianeira de todas as graças... Sem essa demonstração (que deve ser pública, uma vez que o assunto tornou-se público), o extenso e resvaladiço comunicado da TFP não serve senão para comprovar perante o público que ela mesma não passa de uma seita blasfema (FOLHA DA MANHÃ, p.03).

Ablas conclui que a referida consagração seria feita ao próprio Plínio, e não à Nossa Senhora através de Plínio, como defendia a TFP. Sendo assim, questiona uma suposta analogia entre Plínio e Nossa Senhora, como sendo algo aceito dentro da TFP pelos membros da “sempreviva”.

Na “Declaração Ablas” publicada na *Folha da Manhã*, o ex-membro comenta também que a introdução à “sempreviva” era algo secreto e o novo membro deveria participar de um rito de iniciação que acontecia sempre em alguma das sedes da TFP em São Paulo, durante a madrugada.

A cerimônia se iniciava com Plínio sentado em um trono, revestido do hábito da Venerável Ordem Terceira do Carmo (ordem leiga a qual Plínio se filiou na juventude), usando por cima uma capa de cor bege, típica dos carmelitas em cerimônias solenes. Seus assistentes usavam também o mesmo hábito, porém sem a capa. Os neófitos deveriam se prostrar no chão, fingindo-se de mortos. Após o “exsurge”, pronunciado por Plínio, este se levantava, simbolizando o nascimento para uma nova vida, agora um “escravo do profeta”, um “apóstolo dos últimos tempos”.

Feito isso ocorria a consagração, análoga à de S. Grignon, conforme já comentamos, ai então se encerrava a cerimônia com o ósculo dos pés e das mãos de

Plínio, pelos novos membros da “sempreviva” e depois o próprio Plínio osculava os pés e mãos de seus novos “súditos” a ele consagrados, eram agora “outros Plínios”.¹²

Era costume também adotar um novo “nome”, vigente somente nas reuniões da “sempreviva”, tratava-se de um nome iniciado por “Plínio”, seguido do nome de um santo padroeiro e de um título de Nossa Senhora. Ablas adotou o pseudônimo de Plínio Bernardo Dimas Longinos de Nossa Senhora, Rainha Sagrada dos Apóstolos dos Últimos Tempos. Ficou conhecido como Plínio Dimas.

Sobre as demais reuniões, Ablas comentou também:

Dr. Plínio dava a benção aos seus escravos. Às vezes eles a recebiam deitados no chão, com o rosto voltado para cima, então Dr. Plínio punha o seu pé direito sobre o rosto deles e dava a benção (...).

Era costume os escravos de Dr. Plínio se confessarem com ele, contando-lhes faltas e mesmo pecados. Finda a acusação, se o escravo pedisse uma penitência, era costume que o Dr. Plínio desse então três bofetadas no rosto do escravo. A seguir dava a benção.

Falando de seu poder e seus escravos, Dr. Plínio perguntava: “o que é ser papa em comparação com isso?”

Dizia-se entre os escravos que o “Segredo de Maria” de que fala S. Luiz de Montfort seria provavelmente a instituição da Sagrada escravidão ao Dr. Plínio.

Dr. Plínio passou a ser designado com codinome “Maria”. Por isso, escravo de Maria era escravo de Plínio.

Era costume que os escravos se ajoelhassem diante de Dr. Plínio pedindo-lhe graças. Por exemplo, (...) [um dos escravos], na consagração pediu a “Meu Senhor” a graça de ficar viúvo (ABLAS, Sempre..., 14/03/1985, p.04).

Ablas declarou também que, além de ser escravo de Plínio, se consagrou da mesma forma como “filho de D^a Lucília”, de joelhos, junto ao túmulo da família Corrêa de Oliveira, no Cemitério da Consolação na cidade de São Paulo, na presença de Plínio e de seus guardas.

¹² Entre os “escravos”, citamos alguns: Caio Vidigal Xavier da Silveira (escravo Plínio Mário); Eduardo de Barros Brotero (Plínio Eduardo); João Scognamiglio Clá Dias (Plínio Fernando); Dom Bertrand de Orleans e Bragança (Plínio Miguel); Átila Sinke Guimarães (Plínio Márcio); Plínio Vidigal Xavier da Silveira (Plínio Eliseu); Paulo Corrêa de Brito Filho (Plínio Jeremias); Dom Luiz de Orleans e Bragança (Plínio da Cruz), entre outros, somando o total de 47 “escravos”.

3.4.9 – Mais uma vez a CNBB;

Em 1985 a CNBB, reunida em Itaipaci – SP, em sua 23ª Assembléia Geral, após muito tempo, se pronuncia sobre a TFP com a seguinte nota, publicada na *Folha de São Paulo*:

É notória a falta de comunhão da TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) com a Igreja no Brasil, sua hierarquia e o Santo Padre. O seu caráter esotérico, o fanatismo religioso, o culto prestado à personalidade de seu chefe e progenitora, a utilização abusiva do nome de Maria Santíssima, conforme notícias veiculadas, não podem de forma alguma merecer a aprovação da Igreja.

Lamentamos os inconvenientes decorrentes de uma sociedade civil que se manifesta como entidade religiosa católica, sem ligação com os legítimos pastores.

Sendo assim, os bispos do Brasil exortam os católicos a não se inscreverem na TFP e a não colaborarem com ela (CNBB, Nota sobre..., 20/04/1985, p. 03).

Imediatamente a TFP rebateu alegando que o fato dela discordar e apontar erros de alguns bispos com tendências socialistas, não configuraria necessariamente afastamento da comunhão da Igreja, nem tampouco, rompimento com a sagrada hierarquia.

Dias depois, sofreu punição da Santa Sé o Pe. Fr. Leonardo Boff, OFM. Em favor dele 17 arcebispos e bispos brasileiros se pronunciaram, considerando desmedida a punição sofrida. Neste caso a TFP alegou ter havido “dois pesos e duas medidas”, pois a CNBB não se pronunciou oficialmente contra estes bispos que, segundo a TFP, demonstraram claramente, ao defenderem Boff, não estarem em comunhão com o papa João Paulo II.

No dia 23 de abril a TFP respondeu à nota da CNBB com a seguinte nota, também publicada pela *Folha de São Paulo*:

A TFP custou crer que o texto da nota da CNBB, (...), em sua edição de 20 do corrente, exprimisse realmente o pensamento do ilustre órgão episcopal. Tal é, no texto, o acúmulo de afirmações carentes de realidade, bem como de apreciações unilaterais e apaixonadas.

A TFP não renuncia à eventualidade de ainda fazer uma análise mais pormenorizada do pronunciamento da CNBB. Se ela o fizer, será, entretanto, fiel a sua inquebrantável tradição. Isto é, prestará à Autoridade eclesial toda a medida de respeito e de obediência preceituada pelo Direito Canônico, às entidades cívicas de inspiração católica.

Desde já afirma a TFP estar, como sempre esteve, disposta a acatar a vigilância da Sagrada Hierarquia no concernente à Fé e aos bons costumes.

Se a CNBB considera que a TFP emitiu algum conceito heterodoxo, ou praticou uma só ação que seja, na linha do comunicado de ontem, queira especificar qual: a TFP, sem dúvida, acatará o reparo desde que provada a autenticidade do erro ou a iliceidade da ação imputada.

Entretanto, por um imperativo de justiça, não pode ela aceitar como válidas acusações vagas e genéricas como as – tão graves – do texto da CNBB. É indispensável especificar fatos e exibir provas.

A enumeração de tais fatos e provas, a TFP aguardará, pois, com a consciência absolutamente tranqüila. E, ademais, disposta a defender sua honra perante a opinião pública, em toda a extensão do legítimo e do necessário. E isto ainda quando – oh dor! – tal defesa deva exercer-se em relação a sagrados Pastores. – Paulo Corrêa de Brito Filho, Diretor de Imprensa da TFP (BRITO FILHO, 23/04/1985, p. 03).

A CNBB não replicou e mais uma vez o assunto esmoreceu, mas já estava selada a separação definitiva entre a CNBB e a TFP, isto é, entre a hierarquia da Igreja no Brasil e a TFP.

3.4.10 – *Guerreiros da Virgem – A Vida Secreta da TFP;*

Cerca de dois meses depois destes últimos estrondos publicitários anteriormente citados, envolvendo a TFP, mais um surge! O também ex-membro, José Antônio Pedriali, lançou pela *EMW Editores*, a obra *Guerreiros da Virgem – A Vida Secreta da TFP*, confirmando as informações anteriormente citadas pelos outros ex-membros, como Dom Mayer, Fedeli e Ablas.

Como uma autobiografia, Pedriali contou como era sua vida antes, durante e depois da TFP.

Desta vez o próprio Plínio escreveu um livro – resposta, refutando Pedriali: *Guerreiros da Virgem: a Réplica da Autenticidade – A TFP sem Segredos*.

A obra de Pedriali não trouxe nada de novo, a nível de novas informações sobre a TFP. Apenas tornou conhecida a trajetória de mais um ex-membro da TFP. Pedriali tenta explicar o porquê de tanta “devoção” a Plínio dentro da entidade e faz uma analogia aos fundadores de congregações ou ordens religiosas, cujas personalidades são exaustivamente lembradas e são fontes de inspiração e guias no decorrer da vida religiosa dos membros de suas respectivas fundações, tais como São Francisco de Assis (franciscanos), Santo Inácio de Loyola (jesuítas), São João Bosco (salesianos). O que ele chama a atenção é que o fundador torna-se tão lembrado, tão importante, bem como sua mãe, que aos poucos, se sobressaem mais que Jesus Cristo e Nossa Senhora nas práticas de piedade dos membros e nas atividades formativas em geral.

Sobre a “profecia” de Plínio, Pedriali cita o texto abaixo, que segundo ele, era o que se pregava em seu tempo de militância na TFP:

(...) se a TFP, (...), tem a nobre missão de, mais cedo ou mais tarde, instaurar o Reino de Maria¹³, é porque a pessoa que nos dirige possui todas as virtudes e forças espirituais necessárias para que atinjamos nosso objetivo. Dominus Plinius não tem visões, não fala diretamente com Deus, mas tem conceito claro sobre o futuro, e, tal como Moisés, foi incumbido de guiar os eleitos – nós, os católicos autênticos – à terra prometida. A terra que nos foi prometida não se chama Canaã, mas, sim Reino de Maria. Por isso, não tenha dúvida: Dominus Plinius é profeta! (PEDRIALI, 1985, p. 87).

Na página 110, Pedriali acrescenta mais um trecho de um discurso formativo ouvido por ele na TFP:

(...) Dominus Plinius é a Contra-Revolução! Toda a beleza da Contra-Revolução, toda a harmonia e sublimidade do Reino de Maria, toda a santidade acumulada ao longo dos séculos pela Igreja... tudo isso é Dominus Plinius! Deixando nossas lamas ser penetradas pela dele, inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, o vírus da Revolução que nos corrói se extinguirá e, aí sim!, (sic) nos conformaremos à alma de Dominus Plinius e encontraremos, na realidade, as nossas próprias almas criadas para ajustar-se inteiramente à alma dele (...)

¹³ O Reino de Maria, segundo o próprio Pedriali, seria a instauração de mil anos de paz na terra, quando então “Dominus Plinius” (Senhor Plínio) seria arrebatado para um local místico em uma carruagem de fogo e os verdadeiros católicos dominariam a terra (os membros da TFP). Após estes mil anos, chegaria então o fim do mundo e os “justos” de então se juntariam, no céu, aos demais salvos.

Dominus Plinius é o maior de todos os santos, o maior entre todos os profetas! E Ele está tão próximo de nós! (PEDRIALI, 1985, p. 110).

Apesar de tantos ataques e revelações importantes, a TFP se manteve altaneira e se mostrou pouco abalada por estes ataques, e a obra ideológica de Plínio cresceu e ultrapassou os limites do Brasil, como veremos agora.

3.4.11 – O crescimento da obra de Plínio no mundo;

Quando falamos do crescimento da obra de Plínio no mundo, devemos destacar que a TFP, fundada em 1960, é tipicamente brasileira, o que houve em relação à propagação, foi somente a expansão de seus ideais através de associações semelhantes à TFP que inspiradas na obra *Revolução e Contra-Revolução*, foram fundadas por simpatizantes, totalmente independentes da TFP brasileira.

São elas: 1) Sociedad Argentina de Defensa de la Tradicion, Família y Propriedad, originada em 1957, em meios universitários.

2) Sociedad Chilena de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad, fundada em 1967, também de meios universitários.

3) Sociedad Uruguay de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad, fundada em 1967.

4) Sociedad Colombiana de la Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad, fundada em 1968.

5) Asociación Civil Resistencia (Venezuela), originada entre jovens universitarios em 1968.

6) Sociedad Ecuatoriana de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad, originada de meios estudantis em 1970.

7) Núcleo Peruano de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad, fundado em 1971.

8) Jóvenes Bolivianos Pro-Civilización Cristiana, fundada em 1974.

9) American Society for the Defense of Tradition, Family and Property (EUA), fundada em 1975.

10) Société Canadienne pour la Défense de la Tradition, de la Famille et de la Propriété (Canadá), fundada em 1974.

11) Sociedad Española de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad, fundada em 1969.

12) Centro Cultural Reconquista (Portugal), fundado em 1971, por universitários.

13) Association Française pour la D fense de la Tradition, de la Famille et de la Propriété, fundada em 1975.

14) Young South Africans for a Christian Civilization (África do Sul), fundada em 1980.

Além destas associa es, diversos indivíduos, de meios civis, militares e religiosos deram seu apoio   TFP e formaram, ainda que informalmente, pequenos núcleos tradicionalistas ultramontanos em seus respectivos países. O culto a Plínio, ocorrido na TFP brasileira, não existiu nos outros países, fortalecendo uma maior fidelidade   ortodoxia.

3.4.12 – Anos 90, a decadência da TFP;

Em 1990 Plínio completou 82 anos, estava fisicamente debilitado, apresentava-se em público sempre em uma cadeira de rodas, porém, mantinha-se lúcido e escrevendo seu último livro, lançado em 1993, *Nobrezas e Elites Tradicionais Análogas, nas Alocu es de Pio XII ao Patriciado e   Nobreza Romana*. Esta volumosa obra, focada nos pronunciamentos de Pio XII, teve um caráter social e político, enfocando os papéis que deveria desempenhar a nobreza e as elites tradicionais análogas na sociedade do século XX.

Uma visão aristocrática e conservadora, tão cara a Plínio, porém tão distante de nossa época! *Nobrezas e Elites* foi prefaciado pelo príncipe brasileiro Dom Luís de Orleans e Bragança, amigo de Plínio e sócio da TFP.

O início dos anos 90 marcou também um profundo ostracismo da TFP e de Plínio. Não se envolveram mais em polêmicas, não apareceram mais na mídia, foram aos poucos sendo esquecidos.

Também no início dos anos 90 foi lançada pela TFP a obra *Dona Lucília*, de João Scognamiglio Clá Dias, sócio cooperador muito próximo de Plínio e que o acompanhou nos momentos finais de sua vida.

Dona Lucília, uma imensa biografia, foi publicada em 3 grandes volumes de capa dura, edição de luxo, tendo uma circulação ínfima, interna aos meios da TFP, também porque o preço da coleção era muito elevado.

Em setembro de 1995, próximo de completar 87 anos, Plínio foi internado no Hospital Oswaldo Cruz em São Paulo. Foi detectado, pela junta médica que o acompanhava, um câncer em estágio avançado no fígado, com metástase nos pulmões. Em 03/10/1995, Plínio faleceu no início da noite.

A revista *Catolicismo* de nov/dez de 1995, número especial, publicou farta reportagem sobre Plínio.

Destacamos o seguinte artigo: *Um Homem de Fé, Pensamento, Luta e Ação* (Uma pequena biografia de Plínio, na íntegra no apêndice deste trabalho); .

O referido artigo que aqui citamos, mostra uma biografia de Plínio sob a visão da TFP: uma vida fantástica, “romântica”, totalmente favorável ao biografado.

3.4.13 – A TFP após Plínio;

Nosso objetivo neste trabalho foi focar a TFP de 1960 (ano da fundação) até 1995 (ano da morte de Plínio). Porém, consideramos importante, para concluirmos, comentarmos também sobre a TFP após Plínio e o que são hoje a TFP ou as “TFPs”.

O estatuto da TFP dizia que somente os membros fundadores teriam direito a voto nas assembleias gerais. Este estatuto foi criado por Plínio. Com a morte do “profeta”, os membros fundadores decidiram que a TFP não teria mais um presidente, isto é, Plínio seria insubstituível, carisma como o dele, ninguém tinha, ele era único. Sendo assim, decidem que este conselho é que, a partir de então, administraria a entidade.

Questionados pelo cooperador e “braço direito” de Plínio, João S. Clá Dias, os membros do conselho acirram ainda mais sua intransigência em relação à uma maior participação dos outros membros na gerência da entidade. Esta maior participação, inclusive o direito de votar nas assembléias, era a “bandeira” defendida por João Clá e pela grande maioria dos associados. Note-se que até a morte de Plínio, ninguém brigou pelo poder e pelo controle da entidade. Plínio era “sagrado”. Agora, sem ele, *qui est Plinius?* Começava uma luta pelo poder, pelo controle da vida de cerca de 700 pessoas que moravam nas sedes da TFP dedicando suas vidas exclusivamente para a entidade (ALTOÉ, 2006, p. 36).

Importante também é que, presidir a TFP, além de significar controlar vidas, significaria também administrar um patrimônio líquido de R\$ 5.075.157,00, conforme consta no Processo Judicial nº 3.058/97, citado por Altoé, p. 40.

Como a TFP é uma entidade civil, João Clá e seus seguidores entraram na justiça em 1998, solicitando mudanças nos estatutos. O processo correu até 2002, quando o grupo majoritário de João Clá venceu e expulsaram da TFP os membros-fundadores que não concordaram com as mudanças. A sigla “TFP” fica agora sob o controle de João Clá, que em 1999 já havia fundado uma outra instituição paralela à TFP, a Associação Cultural Nossa Senhora de Fátima (ACNSF), que deu origem ao movimento intitulado *Arautos do Evangelho* (AE).

A ACNSF se organizou de maneira semelhante à TFP, criou a revista *Dr. Plínio*, para competir com *Catolicismo* (que por não estar em nome da TFP, não se envolveu no processo pela divisão dos bens da entidade, quando do “racha” em 2002, ficando, portanto, em poder dos membros-fundadores) e sobretudo, se aproximam novamente da hierarquia da Igreja.

A partir de 2002 a sigla TFP não apareceu mais em escritos e publicações da ACNSF, agora ofuscada pela nova entidade, os AE. A TFP, portanto, ainda existe oficialmente, mas está “adormecida” pelos AE, provavelmente a pedido da própria hierarquia, para que a velha sigla e Plínio caiam definitivamente no esquecimento e os AE pareçam um novo movimento militante e em plena comunhão com a hierarquia e sobretudo com o papa.

Os AE estão erigidos canonicamente como Pia Associação de Fiéis. É surpreendente que João Paulo II tenha aprovado esta instituição, porém, há quem pense

que a proteção que a Santa Sé dá a estes novos movimentos de Igreja, às vezes com características sectárias, deve-se ao interesse que a Santa Sé tem em vocações sacerdotais, dado que estes novos movimentos realmente tem dado à Igreja bom número de sacerdotes, portanto, quantitativamente, compensa.

Segundo Altoé, outros movimentos de Igreja, que em alguns aspectos se assemelham aos Arautos, são *Focolare*, *Comunhão e Libertação*, *Neocatecumenato* e *Opus Dei*. Todos estes com grande veneração pelos seus fundadores, como sendo eles, pessoas especiais e escolhidas por Deus párea fundarem grandes obras.

O papel do profeta, antes desempenhado por Plínio na TFP, hoje é exercido por João Clá entre os AE, conforme alguns fotos e artigos, muitas vezes por eles (AE) publicados.

Os membros filiados à associação AE podem ser leigos casados ou não, que residindo em suas casas contribuem de alguma forma, sobretudo financeiramente, para a expansão da obra. Porém, assim como ocorria na TFP, muitos membros, principalmente jovens, moças (agora as mulheres também são recebidas) e rapazes, vivem em comunidades, trajando normalmente um hábito medieval, típico das antigas ordens militares. As sedes dos AE em São Paulo são, muitas vezes, as antigas sedes da TFP. Ao grupo dos fundadores da TFP que não se aliaram a João Clá, somente uma sede restou.

Os AE, embora estejam constituídos como Pia Associação de Fiéis, de direito pontifício, passou a ter também, logo após sua aprovação por João Paulo II, o direito de preparar alguns de seus membros celibatários para o sacerdócio, afim de que a associação tivesse sempre a assistência de sacerdotes do próprio meio e imbuídos dos ideais do fundador.

Os padres arautos são incardinados à Diocese de Avezano na Itália e ficam a serviço da associação em todo o mundo. A ordenação aconteceu na Catedral da Sé em São Paulo, sendo a ordenação presidida por Dom Lucio Renna, bispo de Avezano, tendo como concelebrantes: Cardeal Cláudio Hummes, OFM, arcebispo de São Paulo; Dom Emílio Pignoli, bispo de Campo Limpo; Dom Fernando Legal, SDB, bispo de São Miguel Paulista; Dom Joseph Mahfouz, OLM, eparca da Eparquia Maronita de N.Sª do Líbano; Dom Benedito Beni dos Santos, bispo-auxiliar de São Paulo; Dom Antônio

Maria Mucciolo, bispo emérito de Botucatu e presidente da Rede Vida de Televisão, entre outros.

Entre os sacerdotes que concelebraram, esteve presente, Monsenhor Piero Amenta, da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, do Vaticano.

Fica-nos a pergunta, como podem estes bispos apoiar este movimento nascido da TFP? Provavelmente acreditam, ou tentam passar a imagem que acreditam, que este grupo se “converteu” e abandonou as práticas estranhas ao catolicismo que se praticava na TFP e que agora querem se colocar sob o “manto” da Igreja e da hierarquia.

Dom Hummes, além de se fazer presente na ordenação dos 15 primeiros padres, abençoou também o prédio do Colégio Arautos do Evangelho, escola de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, que transmite a seus alunos uma educação católica, porém, de acordo com as inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II.

Além deste colégio, os AE criaram também, em São Paulo, um seminário para a formação de seus sacerdotes, aprovado por Dom Hummes, que esteve na inauguração do prédio, pouco antes de mudar para o Vaticano em 2006. Este seminário recruta jovens, que desejam ser padres arautos, a partir da 5ª série do Ensino Fundamental e oferecem toda a formação até o fim do curso teológico. O seminário em 2006 contava com cerca de 180 seminaristas.

Os AE cresceram e arrebanharam simpatizantes por todo o mundo católico e também recebem, pelo que deixam perceber, grande volume de doações que utilizam em obras sociais e também em doações para paróquias carentes. Talvez resida neste fato a proteção e simpatia que diversos bispos no Brasil dão aos AE.

Teriam então Plínio e Lucília sido esquecidos para sempre pelos AE? Certamente não. Os AE publicam também ainda, veladamente, sem propaganda, com restrito acesso a revista *Dr. Plínio*, que ainda presta um certo culto de admiração a Plínio e a Lucília. A hierarquia parece desconhecer!? Até o momento só conhecemos, por parte do bispo de Jales – SP, Dom Demétrio Valentini, palavras contra a ACNSF e conseqüentemente contra os AE, publicadas no site da CNBB em 13/12/2005, no qual o referido bispo alega que esta instituição não tem autorização para agir pastoralmente na Diocese de Jales, bem como, solicita aos fiéis que não colaborem com pessoas que carregam nos braços a imagem de N.Sª de Fátima para pedir dinheiro.

Segundo Orlando Fedeli, hoje, além do culto a Plínio e à Lucília, os AE cultuam também o Pe. João Clá, porém, exteriormente, continuam católicos fervorosos e obedientes ao papa.

3.4.14 – Orlando Fedeli e a Associação Cultural Montfort trazem novas informações sobre a TFP;

O site da Associação Cultural Montfort possui um link que dá acesso a uma área intitulada “Cartas de Nossos Leitores”. Nesta colhemos mais algumas informações que podem ilustrar melhor o término de nosso trabalho.

Numa das cartas, de outubro de 2004, um leitor pergunta sobre os estranhos cultos praticados pelos membros da TFP/Arautos, ainda nos dias de hoje, no túmulo da família Corrêa de Oliveira, ao qual Fedeli responde:

Dr. Plínio incitava seus “devotos” a irem ao túmulo da mãe dele, e elogiava o fato de que eles recolhessem lá as pétalas de rosas do túmulo, para fazerem chá de rosas sepulcrais. O que, no mínimo, era um tanto fúnebre. E de um mau gosto incrível, próprio de um culto fanático.

Ora, enquanto ele estava vivo, à noite, seus fanáticos, quando engraxavam as botinas do profeta, colocavam pétalas de rosa, do túmulo da mãe dele, dentro dos sapatos dele, e, no dia seguinte, depois que ele as pisar (sic) durante 24 horas, e as umedecer com seu suor profético, eles as recolhiam, e as cultuavam como relíquias.

Diziam-no imortal. Depois, esperaram a sua ressurreição ao terceiro dia. Depois, seria no ano 2000. Depois, seria na primeira invasão americana no Iraque, (...). Agora, estão esperando que ele ressuscite, logo mais, no próximo cataclismo meteorológico, ou na primeira crise internacional (FEDELI, Culto Bizarro... 2004).

Outro leitor, em 01/01/2004, pergunta a Fedeli sobre uma possível ligação entre a TFP e a Maçonaria, a qual Fedeli responde:

(...) Na família de Dr. Plínio Corrêa de Oliveira, houve maçons (...). Anos depois que saí da TFP, foi publicado na Itália o livro *La Maschera e il Volto* (...) de autoria de Carlo Alberto

Agnoli e Paolo Taufer (...) que acusou a TFP de ter ligações com a Maçonaria Internacional através da Nova Direita Americana.

Nesse livro (...) se mostra a ligação de Plínio Corrêa de Oliveira com Paul Weyrich, que esteve presente numa reunião da TFP, em São Paulo, em Agosto de 1988 (...).

O mensário Catolicismo, da TFP, em Outubro de 1988, publicou a seguinte afirmação de Paul Weyrich: “ Em nossas batalhas, tanto nos Estados Unidos como no mundo, a TFP é uma das poucas organizações confiáveis verdadeiramente coerentes com as quais podemos nos associar...” (...). E o órgão da TFP Catolicismo disse de Paul Weyrich: “Um dos criadores do conceito de ‘Nova Direita’... fundador e presidente da prestigiosíssima Heritage Foundation que de tanta influência do governo Reagan, ele é hoje, presidente da ‘Free Congress Foundation’... Weyrich se reúne semanalmente com dezenas de senadores e deputados para debater temas de comum interesse. O senador Robert Dole, líder do Partido Republicano no Senado, afirmou que “Weyrich é o conservador-chave em Washington para fazer trabalhar unidos os diversos grupos, com o fim de realizar as nossas metas” (Carlo Alberto Agnoli e Paolo Taufer, La Maschera e il Volto, ed cit. p. 82).

Ora, na página 83 desse mesmo livro, se pode ver a foto do Senador Robert Dole homenageado como grau 33 da maçonaria do Rito Escocês, na capa da revista New Age, revista oficial do Rito Escocês. Informa-se ainda que Paul Weyrich, entre 1973 e 1977, foi assistente do Senador Carl Thomas Curtis, membro da Maçonaria Americana e dos OLD FELLOWS (...).

Consultando (...) [um] Dicionário Maçônico, tive uma surpresa extraordinária.

Na TFP, quando havia algum novato ou desconhecido, para prevenir que não se dissesse algo que ele não deveria saber, dizia-se: “Tem goteira”.

Essa expressão – “Tem goteira” – era a senha para mandar a pessoa calar o que estava dizendo, porque estava presente um intruso, que ainda não gozava de confiança da entidade. Qualquer um que foi da TFP sabe dessa expressão do código interno tefepista, que sempre foi usada lá dentro, desde o começo do grupo do Dr. Plínio.

Impressionante! Era a mesma gíria usada na TFP!

De onde Dr. Plínio foi retirar essa coincidência?

Por que essa cópia da gíria maçônica, na TFP? (FEDELI... TFP e Maçonaria, 2004).

Concluimos nosso trabalho com uma última correspondência, também de
01/01/2004:

Caro Prof. Dr. Orlando,

Espero que o sr. Responda uma dúvida que tenho há certo tempo. Ciente, por relato seu, de que os “Arautos do Evangelho” (...) se originaram de uma cisão da seita TFP (...), quero saber como esta organização foi reconhecida pela Santa Sé como “Associação Internacional de Fiéis de Direito Pontifício”. Teria o seu líder João Clá abjurado de tudo o que fizera no passado (...) enquanto membro da “Sempre Viva”? Caso contrário, como o Vaticano aceitou aprovar a instituição ao comando deste homem?

Para mim é perturbadora esta dúvida, principalmente porque boa parte dos padres de minha Arquidiocese (...) tem deixado os Arautos atuarem sazonalmente entre seus fiéis.

Resposta:

Muito prezado (...), salve Maria!

Que eu saiba, para serem reconhecidos pelo Vaticano, os tais arautos se comprometeram a não falar mais publicamente de Dr. Plínio e da TFP. Pelo menos foi isso que me contou um advogado que é amigo e freqüentador dessa entidade. Disse-me ele ainda que, por isso, só reservadamente os tais arautos continuam a praticar seu culto a Plínio. (...).

In Corde Iesu, semper,

Orlando Fedeli.(FEDELI, Reconhecimento... 2004).

CONCLUSÃO

Neste trabalho retomamos um tema que em outras ocasiões já fora estudado sob outros aspectos. Aqui, nossa análise foi diferente, não enquadrámos a TFP dentro de um conceito já criado.

Começamos por analisar o contexto histórico que precedeu a criação da TFP, a luta da Igreja contra o Modernismo, o surgimento da Ação Católica e do movimento ultramontano, bem como a abertura da Igreja para o diálogo com o mundo contemporâneo, a exemplo do que sugeria Jacques Maritain.

Analisamos o nascimento da TFP em 1960 como resultado de uma tentativa de restauração de um passado remoto em que a Igreja teria tido hegemonia no pensamento ocidental: a Civilização Cristã. Apesar de parecer um movimento de cunho ultramontano, fomos convidados, pelos fatos, a analisarmos a TFP também como um movimento sectário. Preferimos não enquadrá-la diretamente em nenhuma destas opções, por considerarmos que ela foi um movimento ímpar. Por fim, analisamos o desenvolvimento da TFP a partir de sua fundação, seus inúmeros atritos com a hierarquia católica no Brasil, seu crescimento, o recebimento de apoios e críticas e seu afastamento, cada vez mais claro, da hierarquia, o que se tornou mais evidente quando os dois bispos que a apoiavam retiraram seu apoio.

Terminamos destacando o ostracismo de Plínio em seus últimos anos de vida, bem como o “racha” nascido na TFP após sua morte, dando origem aos Arautos do Evangelho, sem deixar de lembrar que anos antes, um ex-cooperador havia se retirado da instituição acusando-a de praticar cultos a Plínio, ainda vivo e à sua mãe, Lucília Corrêa de Oliveira, já falecida na ocasião. Outros cooperadores o seguiram, dando origem a Associação Cultural Montfort.

Nosso enfoque diferente, portanto, foi enxergá-la como uma instituição “ligada” à Igreja, ao mesmo tempo que sempre esteve distante dela. Um movimento de varões católicos, que só recrutava católicos e que ao mesmo tempo, se desentendia com a hierarquia da Igreja. Um movimento com características sectárias, entretanto, nunca cogitou deixar de ser católico.

Concluimos nosso trabalho compreendendo a TFP como um movimento único, sem um adjetivo específico que a qualifique. Nem seita, nem ultramontana, porém radical e cristalizada!

Bibliografia

ABLAS, Luís Filipe de Freitas. Sempre Viva: Escravidão dentro da TFP. *Folha da Manhã*, 14/03/1985, p.03.

_____. Sempre Viva: Escravidão dentro da TFP (II). *Folha da Manhã*, 29/03/1985, p.03.

_____. Sempre Viva: Escravidão dentro da TFP (III). *Folha da Manhã*, 14/04/1985, p. 03.

ALTOÉ, André Pizetta. *Tradição, Família e Propriedade (TFP): Uma Instituição em Movimento*. 2006. 102p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) UFF. Niterói.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 1985.

BRITO FILHO, Paulo Corrêa de. Em Defesa da TFP. *Folha de São Paulo*, 23/04/1985, p. 3.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *O Influxo Ultramontano no Brasil: O Pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira*. 2005. 116p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) UFJF. Juiz de Fora.

CENTRO BOM JESUS DE DIVULGAÇÃO DA BOA IMPRENSA. *Documentário sobre a Face Oculta da TFP*. Bom Jesus do Itabapoana. 1999.

CNBB. Nota sobre a TFP. *Folha de São Paulo*, 20/04/1985, p.3.

COMPOSTA, Dario. Há Noventa Anos: A Condenação do Modernismo. *Sim, Sim, Não, Não*, Nova Friburgo, n. 75, p. 1-6, mai. 1999.

ENTREVISTA com Dom Benedito Vieira. *Jornal da Manhã*, 08/05/1981, p.03.

FEDELI, Orlando. Culto Bizarro da TFP ao dr. Plínio. <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=cartas&subsecao=tfp&artigo=20041013213509&lang=bra>. Acesso em: 09 de fev de 2008.

_____. TFP e Maçonaria. <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=cartas&subsecao=tfp&artigo=20040728141231>. Acesso em: 09 de fev de 2008.

_____. Reconhecimento dos Arautos pelo Vaticano. <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=cartas&subsecao=tfp&artigo=20040728123248>. Acesso em: 09 de fev de 2008.

GROM, B. *Psicologia de la Religion*. Barcelona: Herder. 1994.

GROPPO, Célia Maria. *Ordem no Céu, Ordem na Terra: A Revista "A Ordem" e o Ideário Anticomunista das Elites Católicas (1930-1937)*. 2007. 175p. Dissertação (Mestrado em História) PUC – SP. São Paulo.

JOÃO PAULO II, *Todos os Pronunciamentos do Papa no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.

LEÃO XIII, Quod Apostolici Muneris. In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1962. p.08.

LELOUP, Jean-Yves. *Seitas, Igrejas e Religiões: Elementos para um Discernimento Espiritual*. Campinas: Verus Editora, 1998.

MACHADO, Antônio Augusto. et al. *Refutação da TFP a uma Investida Frustrada*. Vol. I. São Paulo: Vera Cruz, 1984.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. *Império e Missão: um Novo Monarquismo Brasileiro*. São Paulo: Nacional, 2001.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero aos Nossos Dias*. São Paulo: Loyola, 1996.

MAYER, Antônio de Castro. O que é uma Seita?. *Monitor Campista*, 13.04.1983, p.4.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. Edição Digital do original de 1959. <http://www.tfp-fundadores.org.br>. São Paulo: Associação dos Fundadores da TFP. Acesso em: 30 ago. de 2005.

_____. *Em Defesa da Ação Católica*. São Paulo: Artpress, Edição Comemorativa, 1983.

_____. SOLIMEO, Gustavo Antônio; SOLIMEO, Luiz Sérgio. *As CEBs...das quais Muito se Fala, Pouco se Conhece – A TFP as Descreve como São*. São Paulo: Artpress, 1984.

_____. CAMPO, Carlos Patrício del. *Sou Católico: Posso ser Contra a Reforma Agrária?*. São Paulo: Artpress, 1984.

_____. Sobre as Eleições. <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/MAN19330115.htm>. Acesso em: 30 ago. de 2005.

_____. *Nobrezas e Elites Tradicionais Análogas nas Alocações de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*. Edição Digital. São Paulo: Associação dos Fundadores da TFP, 2004.

_____. *Guerreiros da Virgem – A Réplica da Autenticidade: A TFP sem Segredos*. São Paulo: Vera Cruz, 1985.

_____. Maio-1970: Dois Jovens Rezam por Você. *Folha de São Paulo*, 27/04/1970, p. 2.

_____. *A Igreja ante a Escalada Comunista: Apelo aos Bispos Silenciosos*. São Paulo: Vera Cruz, 1976.

OLIVEIRA, Tiago de Paula. *O Discurso da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – “TFP”: a Evolução da Contra-Revolução*, 2005. 101p. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

ORNELAS, César Vinícius Alves. *Novos Movimentos Eclesiais, Ortodoxia e Emancipação: Um Estudo da Identidade de Jovens Conversos*, 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) PUC-SP. São Paulo.

PIO XI, Divini Redemptoris. In: *Documentos Pontifícios*. Fasc. 1. Petrópolis: Vozes, 1963, p. 17.

PEDRIALI, José Antônio. *Guerreiros da Virgem – A Vida Secreta da TFP*. São Paulo: EMW Editores, 1985.

SEIBLITZ, Zélia. Conflito na Diocese de Campos. In: SANCHIS, P. (Org.) *Catolicismo: Modernidade e Tradição*. São Paulo: Loyola, 1992.

- SOUZA, Beatriz Muniz. *A Experiência da Salvação*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- TFP. *Um Homem, uma Obra, uma Gesta: Homenagem das TFPs a Plínio Corrêa de Oliveira*. São Paulo: Edições Brasil de Amanhã, 1988.
- _____. Análise, Defesa e Pedido de Diálogo. *Folha de São Paulo*, 10.10.1970, p.2.
- TROELTSCH, Ernst. Igreja e Seitas. In: *The Social Teaching of the Christian Churches*. Trad. Paulo Henriques Britto. Chicago e Londres: The University of Chicago Press e Phoenix Edition, 1981, 2v.
- UM HOMEM de Fé, Pensamento, Luta e Ação. São Paulo: Editora Pe. Belchior de Pontes Ltda. Nov/dez de 1995. Separata da Revista *Catolicismo*.n. 539/540, p. 7-24.
- VALLE, Edênio. *O Século XX Interpela a Vida Religiosa Brasileira: Guia para uma Reflexão Histórica*. Col. Cadernos de Vida Religiosa. Aparecida: Ed. Santuário, 2000.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja Católica em São Paulo (1900-1964): Associações Operárias Católicas, Ação Católica e Partido Democrata Cristão. In: VILHENA, Maria Ângela. PASSOS, João Décio. (Org). *A Igreja de São Paulo: Presença Católica na História da Cidade*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- WILSON, Bryan. *Sociologia de las Sectas Religiosas*. Madrid: Ediciones Guadarrama S.A, 1970.
- ZANOTTO, Gizele. *É o Caos!!! A Luta Anti Agro-Reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*, 2003. Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis.

Anexos

Artigo publicado em *Catolicismo*, nº 539-540- Nov/Dez de 1995. Ano XLV.

UM HOMEM DE FÉ, PENSAMENTO, LUTA E AÇÃO. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA: 87 ANOS DE VIDA, 67 DE MILITÂNCIA CATÓLICA.

A luminosa trajetória de Plínio Corrêa de Oliveira atravessou quase de ponta a ponta nosso século de incertezas, de catástrofes e de confusão, imprimindo-lhe marca indelével pelo exemplo de sua vida ilibada, pela coerência e vitalidade de seu pensamento, por sua Fé inabalável de católico, apostólico, romano, por sua intrepidez e destemor na defesa dos princípios que professava e por sua devoção entranhada à Santíssima Virgem, a quem, desde a juventude, se consagrou como escravo, conforme o método de São Luís Maria Grignon de Montfort, nela depositando todas as suas esperanças.

Nessa ocasião dolorosa, se bem que iluminada pela esperança que a Fé traz consigo, *Catolicismo* quer manifestar filial gratidão a seu inspirador, o qual, em nossa conturbada época, conduziu e impulsionou com seus conselhos, orientações e, sobretudo, com seu exemplo, o combate ideológico em prol da civilização cristã.

Apresentamos nesta edição os lances mais significativos da vida e obra, bem como os predicados mais relevantes dessa personalidade inteiramente ímpar, cujos méritos e valor a História haverá de registrar e homenagear.

De Ilustre Estirpe;

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo a 13 de dezembro de 1908, filho do Doutor João Paulo Corrêa de Oliveira e de Dona Lucília Ribeiro dos Santos Corrêa de Oliveira, membros de duas ilustres estirpes brasileiras.

Os Corrêa de Oliveira eram senhores de engenho em Pernambuco, descendentes de heróis da guerra contra os holandeses, e que contaram entre seus membros homens

de destacada participação na vida pública, como Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Senador do Império e membro vitalício do Conselho de Estado. Enquanto Presidente do Conselho, João Alfredo conduziu a aprovação e referendou a Lei Áurea, de libertação dos escravos, a 13 de maio de 1888. Este célebre homem de Estado era irmão do proprietário do engenho de Uruaé, Leodegário Corrêa de Oliveira, do qual foi neto Plínio Corrêa de Oliveira.

Sua mãe, Dona Lucília, pertencia à tradicional classe dos paulistas de quatrocentos anos – isto é, provenientes dos fundadores ou primeiros moradores da cidade de São Paulo – e contava entre seus descendentes vários bandeirantes famosos. Dentre os antepassados maternos de Plínio Corrêa de Oliveira destacou-se, durante o reinado do Imperador D. Pedro II, o ilustre Professor Gabriel José Rodrigues dos Santos, catedrático da famosa Faculdade de Direito de São Paulo, advogado, orador de grandes dotes, deputado provincial e mais tarde nacional.

Incomparável educadora, Dona Lucília soube inculcar na alma do filho, de forma indelével, mas com a suavidade que sempre a caracterizou, a Fé católica apostólica romana, pela qual ele batalharia toda a vida. Ao entregar a alma a Deus, essa tradicional dama paulistana mereceu o maior elogio que um filho pode fazer à sua mãe: "Mamãe me ensinou a amar Nosso Senhor Jesus Cristo, ensinou-me a amar a Santa Igreja Católica".

“Quando ainda muito jovem...”

Após os primeiros anos de formação sob o olhar e os desvelos de seus pais, Plínio Corrêa de Oliveira ingressou no Colégio São Luís, dos Padres jesuítas de São Paulo.

De feitio muito lógico já na infância, entusiasmou-se pelos princípios da formação inaciana, e a esta devotou viva admiração até o fim de seus dias. Infelizmente encontrou também, entre ponderável número de seus colegas, manifestações de desregramento moral, vulgaridade e igualitarismo. Posto diante do contraste entre esse modo de ser e o ambiente casto e tradicional de sua família, formou a resolução de dedicar sua existência inteira à defesa da Igreja e à restauração da civilização cristã.

Atitude admirável de quem tinha diante de si um futuro sorridente, mas preferiu uma vida consagrada a defender princípios que muitos começavam a impugnar com belicosa ênfase.

Com efeito, a Plínio Corrêa de Oliveira não faltavam dotes para obter êxito invejável na vida intelectual, política ou profissional. Berço e qualidades pessoais se abraçavam em um harmonioso conjunto dos melhores dons da inteligência e do espírito. Caso ele se conformasse com as brisas mornas da acomodação moral e do indiferentismo religioso que sopravam, todas as portas lhe estariam abertas para uma brilhante carreira.

Mas, animado de Fé e de coragem, deliberou dar outro rumo a sua vida. Tal decisão, resumiu-a ele mesmo em palavras de grande ressonância:

“Quando ainda muito jovem,
Considerarei enlevado as ruínas da Cristandade,
A elas entreguei meu coração,
Voltei as costas ao meu futuro
E fiz daquele passado carregado de bênçãos
O meu Porvir...”

Início da atuação pública no movimento católico;

Em setembro de 1928, aos 19 anos, Plínio Corrêa de Oliveira, então universitário, participa do Congresso da Mocidade Católica, onde toma o primeiro contato com as Congregações Marianas, nos primórdios de sua expansão. Nelas encontraria ambiente receptivo para os ideais que desde menino se vinham formando em seu espírito. Ali teve início a nobre gesta de sua vida pública.

Desde logo fez-se notar pelos dons com que a Providência o favorecera, despontando como orador e homem de ação. Em pouco tempo se tornou um dos principais líderes do movimento católico no Brasil.

Em 1929, ainda quartanista na renomada Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo - tida na época como baluarte do laicismo - coordenou alguns congregados marianos e fundou a Ação Universitária Católica (AUC). Esta se tornou em breve uma realidade vitoriosa da vida acadêmica de então, estendendo-se rapidamente para as demais escolas superiores de São Paulo.

Professor Catedrático e diretor do “Legionário”;

Dedicou-se ao magistério universitário, após o seu mandato de deputado. Assumiu a cátedra de História da Civilização no Colégio Universitário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e mais tarde a de História Moderna e Contemporânea nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras São Bento e Sedes Sapientiae, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao mesmo tempo, dedicou-se à análise filosófica e religiosa da crise contemporânea. As páginas do “Legionário”, que sob sua direção passou de simples folha paroquial a órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo, registram muitos desses penetrantes comentários. A clarividência com que interpretava a marcha dos acontecimentos levou-o a diversas ocasiões a prever, com impressionante acerto, os fatos futuros.

Assim, numa hora em que até os opositores do nazismo julgavam que este era adversário do comunismo, Plínio Corrêa de Oliveira, no “Legionário” de 1º de janeiro de 1939, prognosticava a união do nazismo com o comunismo: “ A nosso ver, 1939 assistirá à consumação dessa fusão”.

Muitos leitores do “Legionário” certamente se lembram destas palavras quando, apenas oito meses depois, em agosto de 1939, a Alemanha e a Rússia assinaram o pacto de não agressão conhecido como Ribbentrop-Molotov, bem como protocolos secretos sobre o limite das esferas de influência alemã e soviética na Europa do Leste.

Entretanto, enquanto se estreitava ainda mais essa colaboração entre nazismo e comunismo, Plínio Corrêa de Oliveira comentava (17 de setembro de 1939): “Foi uma inabilidade o pacto teuto-russo [pois desmascara o nazismo]. É possível que, dentro em

breve, Hitler e Stalin brinquem novamente de inimigos, ‘pour épater les bourgeois’ e despistar o público”.

E em 8 de dezembro de 1940, muito antes da espetacular e surpreendente invasão da Rússia pela Alemanha nazista, insistia: “ O ‘Legionário’ já tem afirmado reiteradamente que a mascarada nazi-soviética pode de um momento para o outro recomençar e que, hoje ou amanhã, bem pode ser que Moscou e Berlim reencetem a comédia de seu recíproco antagonismo, com o qual tão sensíveis vantagens auferiram há já algum tempo”.

A propósito, é interessante notar que Plínio Corrêa de Oliveira manteve o “Legionário” numa posição visceralmente contrária ao nazi-fascismo, numa época em que este contava simpatias numerosas e influentes no Brasil. De fato, aquele órgão publicou 2489 artigos contra o nazismo e o fascismo (447 de autoria do próprio Plínio Corrêa de Oliveira).

Fundação da TFP brasileira;

Com os poucos membros do “grupo do Plínio” – como era conhecido o coetus congregado em torno dele – Plínio Corrêa de Oliveira fez do mensário de cultura *Catholicismo* um dos pólos de pensamento da imprensa católica no Brasil, e do qual permaneceu até seus últimos dias o principal colaborador.

Da expansão do núcleo remanescente do “Legionário” nasceu, em 1960, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP.

Neste mundo materialista, que tinha voltado as costas ao passado, levantar um estandarte em torno da Tradição, da Família e da Propriedade era tal ousadia que muitos a consideravam até uma demência, votada fatalmente ao fracasso. Hoje essa trilogia constitui um ponto de referência, um farol orientador em meio às trevas do caos moderno.

A TFP recorda continuamente que só na fidelidade aos princípios perenes da Verdade revelada, ensinados pela Igreja Católica, é possível construir uma autêntica civilização cristã.

Papel decisivo na história contemporânea do Brasil;

Concretizando esse ideal de vida, Plínio Corrêa de Oliveira desempenhou inegavelmente, à testa da TFP brasileira, um papel decisivo na história contemporânea de nossa Pátria, alertando e orientando a opinião pública nos momentos cruciais da vida nacional.

Suas numerosas intervenções públicas contra o agro-reformismo socialista e confiscatório, iniciadas em 1960 com o “best-seller” *Reforma Agrária – Questão de Consciência*, foram de capital importância na preservação da estrutura fundiária brasileira e para o despertar das forças vivas da Nação. Contribuiu assim para evitar que o Brasil rolasse para o abismo comunista, livrando-o dos horrores que se patentearam aos olhos do mundo inteiro com a queda da cortina de ferro (1989).

De igual modo, suas oportunas denúncias contra a infiltração comunista na Igreja puseram de sobreaviso a opinião pública católica, reduzindo as possibilidades de êxito da esquerda.

Uma dessas oportunidades foi o portentoso abaixo-assinado pedindo a Paulo VI medidas contra a infiltração esquerdista nos meios católicos, no ano de 1968, que alcançou no Brasil o número de 1.600.368 assinaturas. Somadas às que foram coletadas pelas TFPs então existentes na América do Sul, chegou-se ao total de 2.025.201 assinaturas.

Em 1976, em vista da atividade crescente do comunismo em nosso País, e sobretudo da magnitude de sua infiltração nos meios católicos, Plínio Corrêa de Oliveira lançou o livro *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista – Apelo ao Bispos Silenciosos*, o qual, divulgado amplamente, despertou em importantes setores da opinião pública o sentimento anticomunista, que na conjuntura de então estava sendo adormecido. Conforme informou de Roma o jornalista Rocco Morabito, “em várias épocas era possível encontrar, em mesas de trabalho do Vaticano, algumas cópias do livro de Plínio Corrêa de Oliveira – ‘A Igreja ante a escalada da ameaça comunista’ - , editado em São Paulo”.

Merece ainda especial menção a obra *Tribalismo indígena, ideal comunomissionário para o Brasil no século XXI* (1977), que denuncia uma nova investida do progressismo: a neomissilogia comuno-estruturalista, que propugna um regime ainda mais radical que o fracassado capitalismo de Estado do tipo soviético. Nesta obra, Plínio Corrêa de Oliveira previu, com 15 anos de antecedência, as principais doutrinas e tendências comuno-ecologistas manifestadas na ECO-92 do Rio de Janeiro.

Ainda entre as atividades que, sob o impulso e orientação de Plínio Corrêa de Oliveira, a TFP realizou, permanecem na memória do público as grandes campanhas em defesa da família brasileira, ameaçada pela chaga do divórcio. Neste sentido, destaca-se o imponente abaixo-assinado de 1966, que em 50 dias recebeu a adesão de mais de um milhão de pessoas.

O maior abaixo-assinado da História;

Em 1965, num discurso pronunciado em São Paulo durante o III Congresso Lituano Interamericano, Plínio Corrêa de Oliveira propusera um abaixo-assinado de âmbito internacional, dirigido ao Presidente norte-americano Lyndon Johnson, solicitando que colocasse como condição para o diálogo com a Rússia soviética a independência das nações bálticas. Na ocasião essa idéia não vingou.

Em 1990, num momento particularmente decisivo da crise da URSS, lançou ele a TFP brasileira na campanha *Pró Lituânia Livre*, recebendo a adesão calorosa das várias TFPs, Bureaux-TFP e associações afins. Tal campanha, estendida assim a todos os continentes, resultou no monumental abaixo-assinado em favor da independência da Lituânia.

Tendo atingido 5.212.580 assinaturas, constituiu-se no maior abaixo-assinado da História, fato reconhecido pelo *Guinness Book of Records*. E exerceu inegável influência no processo de libertação dos países bálticos do jugo soviético, conforme testemunhou na época o Governo lituano.

“Eco fidelíssimo do supremo Magistério da Igreja”;

Tão numerosos são os empreendimentos de Plínio Corrêa de Oliveira, que o reduzido espaço destas páginas não comporta sequer sua enumeração.

Sua vida, entretanto, não se caracterizou apenas por uma fecunda operosidade. Foi ele, sobretudo, homem de fé. Não uma fé comum, mas uma fé profunda, reverente e entusiasmada na única Igreja verdadeira, do único Deus verdadeiro, a Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana.

Exemplo dessa fé e desse amor entranhado e ardoroso à Santa Igreja é o seguinte trecho de uma Via-Sacra, por ele composta e publicada em *Catolicismo*, em março de 1951:

“No Véu [de Verônica], a representação da Face divina foi feita como num quadro. Na Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana ela é feita como num espelho. Em suas instituições, em sua doutrina, em suas leis, em sua unidade, em sua universalidade, em sua insuperável catolicidade, a Igreja é um verdadeiro espelho no qual se reflete nosso Divino Salvador. Mais ainda, Ela é o próprio Corpo Místico de Cristo... Pertencer à Igreja é coisa muito alta e muito árdua. Devemos pensar como a Igreja pensa, sentir como a Igreja sente, agir como a Igreja quer que procedamos em todas as circunstâncias de nossa vida. Isto supõe um senso católico real, uma pureza de costumes autêntica e completa, uma piedade profunda e sincera. Em outros termos, supõe o sacrifício de uma existência inteira”.

Como corolário de seu profundo amor à Santa Igreja, Plínio Corrêa de Oliveira nutria grande devotamento ao Sumo Pontífice. A tal ponto que em uma de suas últimas palestras, para um grupo de jovens da TFP, afirmou que, ao chegar ao termo desta vida, seu último alento seria um ato de amor, de veneração e de fidelidade ao Papado.

Não era outro o espírito que o animava ao escrever a conclusão de seu livro *Revolução e Contra-Revolução*. Não quis encerrá-lo “sem um preito de filial devotamento e obediência irrestrita ao ‘doce Cristo na terra’, coluna e fundamento infalível da Verdade...”

“‘Ubi Ecclesia ibi Christus, ubi Petrus ibi Ecclesia’. É pois para o Santo Padre que se volta todo o nosso amor, todo o nosso entusiasmo, toda a nossa dedicação...”

“Sobre cada uma das teses que o constituem [o livro *Revolução e Contra-Revolução*] não temos em nosso coração a menor dúvida. Sujeitamo-las todas, porém, irrestritamente ao juízo do Vigário de Jesus Cristo, dispostos a renunciar de pronto a qualquer delas, desde que se distancie, ainda que de leve, do ensinamento da Santa Igreja, nossa Mãe, Arca da Salvação e Porta do Céu”.

Essa submissão incondicional ao Supremo Magistério da Igreja, que se refletia em todos os seus atos, palavras e escritos, foi merecidamente reconhecida pela Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades, em carta de elogio ao livro *Acordo com o Regime Comunista: para a Igreja, Esperança ou Autodemolição?*, assinada pelo Cardeal Giuseppe Pizzardo, então Prefeito da mencionada Congregação.

Afirmava o ilustre Purpurado nessa missiva:

“Congratulamo-nos ... com o egrégio autor, merecidamente célebre por sua ciência filosófica, histórica e sociológica, e auguramos amais ampla difusão do denso opúsculo, que é um eco fidelíssimo de todos os Documentos do supremo Magistério da Igreja, inclusive as luminosas Encíclicas ‘Mater et Magistra’, de João XXIII, e ‘Ecclesiam Suam’ de Paulo VI”.

Esta obra correu o mundo, traduzida em dez idiomas. Repercutiu atrás da cortina de ferro, dando origem a polêmica entre o autor e um jornalista polonês, com repercussões na imprensa francesa.

Seguiu-se-lhe outra obra de vulto, *Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo*, a qual igualmente varou a cortina de ferro. Denunciava um ardiloso processo de persuasão, adotado pela propaganda comunista, mediante a utilização de palavras-talismãs como “diálogo”, “coexistência pacífica” e “paz”.

Vítima Expiatória;

“A Santa Igreja Católica é a luz dos meus olhos”, afirmava Plínio Corrêa de Oliveira. A crise que nos últimos 30 anos se abateu sobre a Esposa Mística de Jesus Cristo doía-lhe profundamente. Crise tão grave que Paulo VI chegou a compará-la a uma “autodemolição”. João Paulo II, também aludindo a ela, denunciou a difusão de

“verdadeiras heresias, no campo dogmático e moral, que criam dúvidas, confusões e rebeliões”.

Essa triste situação da Santa Igreja – que se reflete na sociedade do Ocidente, aguçando seus já tão graves problemas-, a Plínio Corrêa de Oliveira se afigurava insolúvel sem um especial auxílio do Céu. A fim de apressar o triunfo do Imaculado Coração de Maria – como a Virgem prometera em Fátima – parecia-lhe necessário haver almas que se oferecessem como vítimas expiatórias, conforme tradição duas vezes milenar da Igreja.

Na noite de 1º de fevereiro de 1975, durante uma reunião na TFP, ele se ofereceu explicitamente nessa intenção. Apenas 36 horas depois, era gravemente ferido em acidente, numa estrada de Jundiaí.

As seqüelas desse acidente perduraram até o fim de sua vida. Foram vinte anos de múltiplas cruces suportadas com ânimo admiravelmente resoluto, que culminaram com sua internação, no dia 1º de setembro último, no Hospital Oswaldo Cruz, em São Paulo, acometido de grave enfermidade.

Após mais de um mês de indizíveis sofrimentos, aceitos com resignação cristã e na mais absoluta paz de alma, a mão de Deus veio colhê-lo para o conduzir à glória celeste.